



# Congresso Dos Jornalistas







# 5.º Congresso dos Jornalistas

Pedro Coelho  
Filipe Teles  
Paulo Barriga  
Ilana Oliveira  
(org.)

## Ficha Técnica

### Título

5.º Congresso dos Jornalistas

### Organização

Pedro Coelho, Filipe Teles, Paulo Barriga e Ilana Oliveira

### Editora LabCom

www.labcom.ubi.pt

### Coleção

Livros de Comunicação

### Direção

Gisela Gonçalves

### Design Gráfico

Thais Longaray

### ISBN

978-989-9229-13-6 (papel)

978-989-9229-14-3 (pdf)

### Depósito Legal

539237/24

### Tiragem

Print-on-demand - 100 exemplares

Universidade da Beira Interior  
Rua Marquês D'Ávila e Bolama  
6201-001 Covilhã  
Portugal  
www.ubi.pt

### Covilhã, 2024

© 2024, Pedro Coelho, Filipe Teles, Paulo Barriga e Ilana Oliveira.

© 2024, Universidade da Beira Interior.

*O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.*



## Índice

Introdução	13
Resolução Final do 5.º Congresso dos Jornalistas	17
Marcas do 5.º Congresso: as vozes silenciosas do jornalismo nos 50 anos de Abril	21
Périplo Nacional: Estado deve financiar o jornalismo local	23
Redação Multiplataforma: aproximar a profissão da academia	26
A porta que o Congresso abriu	30
A abertura da discussão	37
Pedro Coelho, presidente do 5.º Congresso dos Jornalistas	39
Luís Filipe Simões, presidente do Sindicato dos Jornalistas	44
António Borga, presidente da Casa da Imprensa	47
Maria Flor Pedroso, presidente do Clube de Jornalistas	51
Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República	55
A discussão	63
1 Ética do Jornalismo para a Democracia – Balanço do Painel	65
Introdução às comunicações:	67
“Alma, precisa-se”, por Inês Serra Lopes	68
“E se falássemos das nossas responsabilidades?”, por Paulo Martins	69
“O Jornalismo e a valorização da Democracia”, por João Figueira	72
“Os jornalistas mentem?”, por Orlando César	75
“Pela anonimização de quem comete crimes ou é deles vítima”, por Nuno Viegas	78

"Por um registo de interesses público de jornalistas", por Nuno Viegas	82
"Por uma cidadania mediática – Em defesa de um projeto de Conselho de Imprensa", por Carlos Camponez	83
"Que jornalismo é este?", por Sofia Branco	85
"Serviço público de jornalismo", por Isabel Venceslau	89
"A lente com que vemos o 'outro'", por João Rosário	92
"Por um caminho coletivo para fora do abismo", por Tiago Dias	94
2 Condições de Trabalho dos Jornalistas – Balanço do Painel	97
Introdução às comunicações:	99
"A paixão e a maior fraqueza", por Rita Neves Costa	100
"Precária, mas essencial para a democracia", por Luís Humberto Marcos e Ana Melro	101
"Não há democracia – nem jornalismo – sem igualdade", por Aline Flor e coletivo	103
"Situação da GMG", por Frederico Bártolo	106
"TSF e GMG", por Ricardo Alexandre e coletivo	108
3 Formação, acesso à profissão, literacia e memória – Balanço do Painel	113
Introdução às comunicações:	115
"Pela valorização do papel de estagiário nas nossas redações", por Ruben Martins	116
"Maiores e vacinados", por João Duarte Soares	118
"Desabafos de um jornalista reformado, desencantado, mas não resignado", por Martins Morim	121

"Abel Pereira (1925-1985) uma memória perdida talvez no Poço do Bispo", por José do Carmo Francisco	124
"Combater a novilingua, condição necessária para um jornalismo digno desse nome", por Rui Cardoso	126
4 Financiamento do Jornalismo – Balanço do Painel	129
Introdução às comunicações:	131
"Salvar o jornalismo", por Sofia Branco	132
"Jornalismo, o que será de ti?", por José Manuel Mestre	135
"Eles' estão no meio de nós", por Miguel Carvalho	138
"A emergência mediática pode combater 'a crise'", por Luiz Humberto Marcos	141
"O jornalismo precisa de financiamento público", por Sofia Craveiro e coletivo	145
"In Vino Veritas", por Filipe Teles e Micael Pereira	148
"Que Lusa queremos para o século XXI? – Um contributo 2.0", por Rui Nunes	151
5 Do Local ao Global – Balanço do Painel	155
Introdução às Comunicações:	156
"Nem transparência nem independência", por Bernardo Emídio	157
"Os trabalhadores que (não) colaboram", por Paula Sofia Luz	160
"A imprensa na região de Setúbal: 30 anos de morte lenta", por Francisco Alves Rito	163
"Jornalismo de proximidade no distrito de Castelo Branco", por Miguel Santos	166

“Comunicação Social na Diáspora”, por Raúl Reis	170
“Sobre o digital absoluto e outros perigos de morte”, por Isabel Nery	173
6 Novas Fronteiras da Profissão – Balanço do Painel	179
As Moções Aprovadas no 5.º Congresso	181
“As nossas redações espelham a diversidade do país? Não, e temos de falar sobre isso”, por Filipe Santa-Bárbara, Joana Carvalho Reis e Sara de Melo Rocha	182
“Moção pelo Fotojornalismo em Portugal”, por Álvaro Isidoro, Luís Miguel Sousa, João Miguel Rodrigues, Pedro Rocha e Vítor Mota	184
“Pela rejeição da desinformação e do clickbait expressas no Código Deontológico”, por Sofia Craveiro	188
“120 jornalistas e trabalhadores dos media mortos no mundo, em 2023 – 96 foram mortos deste 7 de Outubro de 2023 na guerra em Gaza”, por Orlando César e Carlos Camponez	191
“Moção sobre ecossistema dos media e a deontologia”, por Orlando César	195
“Jornalista do Jornal Expresso foi agredido na Universidade Católica”, por Luís Filipe Simões, Diana Andringa, Pedro Coelho e Sofia Branco	198
“Moção sobre preservação da memória audiovisual e digital”, por Nuno Domingues	199
“Pela saúde mental dos jornalistas”, por Isabel Nery	200
“Por um jornalismo ético - pelo sim e pelo não”, por Sofia Branco	201
“Não pode ser negado ao jornalista em período de estágio a possibilidade de assinar as suas peças”, por Ruben Martins	203
“Voto de louvor aos jornalistas da GMG”, pelo Sindicato dos Jornalistas	204
“Transparência de investidores”, pelo Sindicato dos Jornalistas	204

“Pelo que os jornalistas reivindicam para si os dividendos das grandes plataformas digitais”, pelo Sindicato dos Jornalistas	204
“Criação de uma estrutura de Missão que integre as entidades organizadoras”, por Luiz Humberto Marcos, Luís Filipe Simões e Céu Neves	205
“O Estado que queremos”, pelo Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas	206
“Solidariedade com os camaradas palestinianos”, por Rui Nunes	207
“Greve geral”	207
Depois do Congresso	211
“Cozinhar Catorzes de Março”	212
Passar das palavras aos atos	217
Memórias do 5.º Congresso	221
Comissão Organizadora do 5.º Congresso dos Jornalistas	235
Comissão Executiva	237
Secretariado	238
Promotores	238
Conselho Consultivo	238
Composição da Comissão de Árbitros das Comunicações	239
Identidade Visual do 5.º Congresso dos Jornalistas	240
Redação do 5.º Congresso dos Jornalistas	240
Apoios institucionais	244
Em parceria com	245
Apoios financeiros	245



## Introdução

Para que serviu, afinal, o 5.º Congresso?

Depois de quase meia centena de pessoas terem oferecido uma parte substantiva do ano, que antecedeu a nossa reunião magna, à montagem do acontecimento, o pior seria não termos uma resposta clara, objetiva e inspiradora.

Essa resposta é, afinal, muito mais simples do que parece.

O 5.º Congresso deu-nos coisas concretas – como a ação de formação anual dirigida a jornalistas de proximidade, cuja primeira edição será lançada no primeiro trimestre de 2025 – mas serviu, principalmente, para nos despertar. A greve geral, a primeira em 40 anos, é o sinal supremo do despertar coletivo da classe.

No congresso ouvi com atenção as mais de 30 comunicações dos nossos camaradas. Relemo-las, agora – eu, o Filipe Teles e o Paulo Barriga, que, juntamente com a Ilana Oliveira, aceitaram levar comigo esta empreitada até ao fim – e concluímos que, as comunicações, expressão soberana do pensamento livre, são o melhor deste livro; poderiam ter sido o melhor deste 5.º Congresso.

Se as comunicações não tiveram o espaço de discussão que a sua qualidade exigiria foi, tão só, porque a Comissão Organizadora quis preencher o vazio, deixando pelos sete anos que separaram o 4.º do 5.º congresso, com a discussão de todos os inevitáveis tópicos que marcam o presente da nossa profissão.

Um dos conselhos que deixo à Comissão Organizadora (CO) do 6.º Congresso é mesmo esse: que usem as comunicações para preparar a discussão magna, que estas não sejam os adereços que chegam à mesa de trabalho quando já tudo está fechado. Tal opção, se a seguirem,

ao mesmo tempo que vos obrigará a antecipar – muito – os prazos de entrega, também vos permitirá incluir na organização do congresso outras vezes igualmente comprometidas, podendo a CO construir as bases da discussão a partir de dentro e de fora.

É claro que, mesmo se integrarem os que – pela via do pensamento livre expresso nas comunicações – aceitarem juntar-se aos preparativos da discussão magna, estarão sempre sujeitos à crítica. Sabemos, todavia, que é a crítica que nos faz crescer. É, aliás, por causa dela, feita no alvoroço da discussão do 5.º Congresso, que faço, neste balanço, a minha contrição. Espero, por isso, que este livro faça justiça às comunicações, elevando-as ao lugar onde nunca estiveram no congresso.

A primeira alínea da resposta à pergunta provocatória que coloquei no início é esta, portanto: a juntar aos extraordinários momentos de discussão inspiradora, animada por oradores, igualmente inspiradores, o 5.º Congresso ofereceu-nos um conjunto de excelentes comunicações que podem, agora, ser revisitadas.

Da discussão e das comunicações sai, afinal, algo de verdadeiramente único. O que sobressai é o consenso a que chegámos na defesa da nossa base: o quadro de valores do jornalismo. Coincidimos no diagnóstico e alinhámo-nos no desenho do processo de reconstrução do jornalismo. Todos queremos lutar por um jornalismo livre, todos defendemos um processo de formação e modalidades de acesso que ajudem, efetivamente, a criar uma nova geração de jornalistas preocupados com o jornalismo, todos estamos conscientes dos efeitos do mercado, todos reagimos aos efeitos da precariedade, que se acentuam fora dos grandes centros, todos percebemos que as tecnologias nos criam problemas, mas também desafios e oportunidades, todos aprovámos uma greve geral de combate ao que nos destrutura e em defesa do futuro da profissão.

Sem termos um pensamento único, coincidimos naquilo que alimenta a nossa identidade. O 5.º Congresso deu-nos voz. A greve geral elevou-a e espalhou-a pela sociedade. Hoje, políticos e empresários dos media jorna-

lísticos sabem que temos voz, que voltará a ser grito quando agentes sem escrúpulos tentarem manipular-nos, espezinhar-nos, suprimir-nos.

Como a democracia, que quotidianamente, nos esforçamos por regar, também o que conquistámos precisa ser alimentado.

Seria imperioso que os promotores do 4.º e do 5.º Congresso lançassem, de imediato, as bases do 6.º. Mesmo que a nossa próxima discussão nacional apenas ocorra em 2026, seria relevante que a classe – por tradição atomizada – se juntasse à volta da ideia de continuidade.

A liderança do 6.º Congresso deveria ser decidida já. Que alguém, sabiamente escolhido pelos promotores, agarre, dê forma, solidifique e dê continuidade a tudo aquilo que, em conjunto, conquistámos.

Pedro Coelho



## **RESOLUÇÃO FINAL DO 5.º CONGRESSO DOS JORNALISTAS**

O 5.º Congresso dos Jornalistas concluiu que o atual estado de emergência do jornalismo nacional convoca todos a empenharem-se na busca de soluções e na união em torno dos princípios e valores que regem a profissão.

1. A precariedade laboral, que adquire as mais diversas formas e tem vindo a acentuar-se, compromete seriamente a independência de jornalistas e a sua liberdade de informar. O clima de insegurança e ausência de estabilidade expõe os profissionais à cedência a práticas que violam a ética. A paixão dos jornalistas pela profissão não pode servir de pretexto à exploração desenfreada do seu trabalho por parte das empresas. Perante a ameaça que a precariedade representa, é necessário, hoje mais do que nunca, reforçar a solidariedade entre jornalistas e demonstrar que se mantêm fiéis ao seu compromisso com os cidadãos;
2. A imposição de condições de trabalho desumanas, que colocam jornalistas em situações de exaustão emocional e sofrimento ético, relatadas no Congresso, e os expõem a patologias do foro da saúde mental e a esgotamentos, merece a firme condenação de todos os profissionais. Esta situação obriga as empresas a garantir o necessário acompanhamento psicológico;
3. A sustentabilidade financeira do Jornalismo exige medidas imediatas e soluções estruturais, sob pena de ser destruído um instrumento fundamental para a saúde da democracia, tão ameaçada em

todo o mundo. É imperioso levar a cabo uma reflexão séria sobre o financiamento do Jornalismo, não excluindo o apoio estatal, desde que salvaguardada a autonomia e a independência dos jornalistas, como sucede em países que concebem o Jornalismo como um bem público. O eventual financiamento das empresas jornalísticas por parte do Estado deve obedecer a critérios transparentes e rigorosos. Projetos inovadores promovidos por jornalistas constituem um sinal de esperança;

4. O jornalista não pode ser agente de desinformação, que corrói os fundamentos da vida em sociedade e alimenta os populismos;
5. O jornalismo deve comprometer-se com a defesa da democracia e jamais tratar por igual a verdade e a mentira;
6. A tecnologia e a reconfiguração das práticas profissionais em nada alteram os princípios éticos e deontológicos, mas colocam novos desafios, sendo hoje fundamental diferenciar o jornalismo de outras formas de comunicação, preservando a sua importante missão em democracia;
7. A chamada inteligência artificial não pode substituir o trabalho de jornalistas, devendo ser enquadrada no que traz de benefício ao exercício da profissão e tema de ações de formação em todas as redações;
8. Todas as formas de censura e autocensura devem ser veementemente repudiadas. Os jornalistas devem agir, em todas as circunstâncias, de acordo com a sua consciência, também com sentido de responsabilidade quanto ao impacto da produção noticiosa em cidadãos mais vulneráveis;
9. O quadro legal que regula a profissão – em especial as leis de Imprensa, de Televisão e de Rádio, o Estatuto do Jornalista e o Regulamento da Carteira Profissional – deve ser objeto de reflexão aprofundada, com vista a incorporar novas realidades e a garantir o pluralismo e a diversidade. Os jornalistas devem reforçar a autorregulação, em defesa de um Jornalismo de qualidade e eticamente responsável, e fortalecer os conselhos de redação;

10. Deve ser feita uma reflexão séria sobre o quadro de intervenção da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, em especial no domínio da transparência da propriedade dos órgãos de comunicação;
11. O modelo de formação e ensino vigente deve adaptar-se às novas práticas profissionais, incentivar o cruzamento de diversas competências e estimular o espírito crítico dos futuros jornalistas, de forma a serem capazes de desempenhar o papel de mediadores. As redações têm um papel fundamental no processo de formação profissional dos jovens jornalistas. Numa sociedade em mudança permanente, a formação ao longo da vida é indispensável e as empresas não podem furtar-se a cumprir o que a lei estabelece nesta matéria;
12. Regular legalmente a preservação dos arquivos, físicos e digitais, dos órgãos de comunicação social é a garantia do direito à informação no presente e no futuro;
13. A desertificação noticiosa do país é uma realidade gritante que precisa de ser alterada, o que passa pelo reforço dos apoios públicos, pela capacitação dos jornalistas que trabalham fora de Lisboa e do Porto pelo combate à promiscuidade crescente entre órgãos de comunicação social e autarquias. Neste domínio, os órgãos de comunicação social públicos têm responsabilidades acrescidas;
14. A literacia mediática deve ser transversal a toda a sociedade e merecer apoio estatal;
15. O jornalismo não pode hipotecar o património fundamental da credibilidade.

O 5.º Congresso dos Jornalistas sensibiliza a sociedade para a importância vital do Jornalismo enquanto instrumento de aprofundamento da democracia e exige aos partidos políticos concorrentes às próximas eleições legislativas que contemplem nos seus programas compromissos efetivos de proteção do Jornalismo enquanto bem público.

Lisboa, 18 a 21 de janeiro de 2024



**MARCAS DO 5.º CONGRESSO:  
AS VOZES SILENCIOSAS  
DO JORNALISMO NOS  
50 ANOS DE ABRIL**



## **PÉRIPO NACIONAL: ESTADO DEVE FINANCIAR O JORNALISMO LOCAL**

De Fundão a Câmara de Lobos são 11 paragens de distância. As estações que o Congresso dos Jornalistas (CJ) percorreu em “périplo nacional”, entre 15 de abril e 15 de julho. Durante três meses, andámos pelo País a auscultar os jornalistas que exercem a profissão fora de Lisboa. Recolhendo opiniões, observando práticas, anotando as singularidades do jornalismo de “vizinhança”. O resultado desta viagem refletiu-se na programação do “Painel da Proximidade”, que ocupou os trabalhos do CJ durante a manhã de 20 de janeiro de 2014.

Os problemas são os de sempre, a distância maior do que nunca. Esta será a conclusão fundamental a retirar do “périplo nacional”. No campo laboral, a questão do acesso à profissão, a ausência de formação profissional, o recurso abusivo e desregrado a jornalistas estagiários, a precaridade laboral e a crise no financiamento das estruturas detentoras dos media de proximidade constituem, no seu todo, uma realidade que “aparentemente” não diferirá muito daquela que se verifica nos chamados “órgãos nacionais”.

As “aparências”, no entanto, são ilusórias. A deterioração da qualidade de vida dos jornalistas e a precarização dos vínculos de trabalho são uma evidência generalizada nas redações portuguesas. Sem exceção. Mas é preciso mergulharmos no “Portugal profundo” para nos depararmos com jovens jornalistas que, durante a manhã, preenchem a emissão radiofónica local e que, depois do almoço, tratam de engomar a roupa da esposa do patrão. Ou jornalistas que recebem meio ordenado, embora ofereçam mais de 12 horas diárias à sua entidade patronal, incluindo feriados e fins de semana. Ou jornalistas que têm de colecionar mensalmente 30 “peças” para que possam receber do organismo noticioso do Estado a que estão “vinculados” uma importância inferior ao ordenado mínimo nacional. A recibos verdes.

Durante o “périplo nacional” contactámos com perto de duas centenas de jornalistas, estudantes e professores. As nossas paragens incidiram precisamente nas regiões onde existem instituições de ensino superior que

oferecem licenciaturas em jornalismo. E constatamos que a “oferta” está regionalizada e abrange todo o país. De Trás-os-Montes ao Algarve, passando pelos Açores e pela Madeira.

No Instituto Politécnico de Portalegre há, inclusive, uma cadeira dedicada ao jornalismo regional. Em Mirandela, o Instituto Politécnico de Bragança investiu com robustez em estruturas e equipamentos dedicadas à prática escolar de televisão e rádio. Em Leiria, o Instituto Politécnico consegue inserir boa parte dos alunos no “mercado” local que é, por certo, o mais “fervilhante” em termos de jornalismo de proximidade do País.

Há bons exemplos de articulação entre a academia e a profissão. Mas também há o problema de fundo que atinge a esmagadora maioria das redações: o aproveitamento dos estagiários para suprir a carência de jornalistas profissionais, seniores. A saída de estudantes em fase de estágio é quase a salvação dos aflitos para centenas de jornais e rádios locais.

Tal como acontece nos media de abrangência nacional, também os órgãos de comunicação de proximidade se defrontam com uma crise profunda em termos de financiamento. A publicidade “tradicional” está a desaparecer ou a transitar a preços incombateveis para estruturas opacas licenciadas pela ERC, que funcionam sem jornalistas, e que servem apenas como meios coletores que se apropriam de forma ilegal e eticamente reprovável das notícias e dos conteúdos produzidos pelas empresas que contratam jornalistas com carteira profissional.

Por outro lado, as campanhas publicitárias promovidas pelo Estado raramente chegam à periferia. Se conseguimos obter uma linha condutora comum a todos os media que contactámos durante o “périplo nacional”, ela passa inevitavelmente pelo financiamento. E a solução que mais escutámos durante os três meses de estrada é que deve ser o Estado central a assumir essa responsabilidade.

Já que as autarquias locais deixaram de apostar nos jornais e rádios de vizinhança, criando gabinetes de comunicação e órgãos de “cariz informa-

tivo” que não só concorrem com os media traicionais, como escapam ao escrutínio jornalístico. O acesso às fontes de informação passou a estar “blindado”, restando apenas a “voz dos donos”. Muito em concreto os autarcas e os governantes regionais. Os casos de Setúbal e da Madeira disso são exemplos flagrantes.

Outra das necessidades emergentes do “périplo nacional” prendeu-se com a formação profissional. Ou com a falta dela. Nesse sentido, avançámos para a estrada com uma proposta formativa prévia, que ficou melhorada em função das diferentes carências que fomos detetando. No pós-Congresso estaremos em condições de iniciar uma ação de formação abrangente que aprofundará temas como o jornalismo de investigação, o financiamento, os direitos dos jornalistas e a literacia para os média.

Apesar dos grandes constrangimentos em termos de financiamento e de formação que detetámos, também nos deparámos com casos de sucesso. Alguns deles foram apresentados no painel “Do Local ao Global”. Que foi arquitetado com base nas visitas que tivemos oportunidade de fazer ao Fundão, Coimbra, Leiria, Ponta Delgada, Mirandela, Braga, Portalegre, Setúbal, Porto, Faro e Câmara de Lobos.

Paulo Barriga

## **REDAÇÃO MULTIPLATAFORMA: APROXIMAR A PROFISSÃO DA ACADEMIA**

A ideia de criar uma redação multiplataforma constituída por alunos de jornalismo nasceu no 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, em 2017, no pressuposto de que os futuros jornalistas beneficiariam de uma experiência inesquecível e fundamental para a sua formação na área do jornalismo.

Esta mesma ideia esteve na base da criação de uma redação multiplataforma para o acompanhamento dos trabalhos do 5.º Congresso dos Jornalistas, aproveitando a experiência entretanto adquirida e a base de trabalho iniciada sete anos antes.

A experiência de 2017 juntou cerca de 80 estudantes de dez cursos de jornalismo, comunicação social e ciências da comunicação de universidades e politécnicos portugueses. Para além dos quatro dias de funcionamento da redação, com acompanhamento dos trabalhos do congresso, a experiência de 2017 motivou a criação do projeto Repórteres em Construção (REC).

O REC baseia-se genericamente numa rede de cursos de jornalismo, comunicação social e ciências da comunicação de todo o país com o objetivo de produzir mensalmente um programa de rádio que é emitido na rádio pública (começou por ser na Rádio Renascença) e a elaboração de trabalhos multimédia publicados no site do projeto<sup>1</sup>.

Em 2024, foi a experiência do REC que serviu de base para a constituição da redação multiplataforma do 5.º Congresso dos Jornalistas, com outra ambição, quer em número de participantes, quer em objetivos.

Assim, a redação multiplataforma integrou, desta vez, 108 estudantes de 21 cursos das universidades e politécnicos portugueses, públicos e privados. A base de recrutamento dos estudantes começou por ser as instituições de ensino superior que integram o projeto REC, passando-se numa segunda fase por alargar a todos os cursos de jornalismo, comunicação social ou ciências da

1. Endereço do projeto REC: <https://www.reporteresemconstrucao.pt/>

comunicação existentes em Portugal. As instituições participantes foram as seguintes: universidades do Minho, Porto, Nova, Lusófona, Europeia, Católica, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Coimbra, Algarve e Autónoma e os politécnicos de Portalegre, Bragança, Tomar, Lisboa, Coimbra, Leiria e Viseu, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto Superior Miguel Torga e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Para além dos estudantes, integraram a redação do 5.º Congresso dos Jornalistas professores de jornalismo, formadores do Cenjor e jornalistas, totalizando 142 membros, divididos por três grandes áreas de trabalho: a rádio, o site e redes sociais e a fotografia e vídeo.

Com o objetivo de dar seguimento ao princípio de formação de futuros jornalistas seguido pelo REC, os estudantes e professores de jornalismo que integraram a redação começaram por frequentar um curso de formação criado para este efeito e lecionado por formadores do Cenjor. A formação foi planificada com cinco módulos que correspondem, genericamente, às áreas de trabalho da redação. Assim, os estudantes de jornalismo frequentaram as seguintes sessões: “Fazer Jornalismo no Congresso”, “Escrever para o ouvido e Técnicas Vocais”, “Redes Sociais e Escrita online”, “Vídeo e Fotografia” e “Multimédia”, totalizando 32 horas de formação. Com exceção do primeiro módulo, cujo objetivo foi proceder a uma introdução às especificidades de como fazer a cobertura jornalística de um congresso, os restantes corresponderam às principais áreas de trabalho da redação e tiveram um cariz essencialmente prático e de experimentação. Uma vez que da redação faziam parte estudantes de instituições de ensino superior de todo o país, as sessões de formação decorreram em Braga, Bragança, Porto, Leiria, Coimbra, Viseu, Abrantes, Covilhã e Lisboa.

Depois da frequência da formação, a preparação da redação prosseguiu no primeiro dia do congresso com a realização de uma reunião com toda a equipa, após a qual os estudantes foram divididos por turnos e por áreas da redação de forma a garantir a produção de trabalhos para o site e para a rádio.

A redação foi estruturada com uma coordenação editorial geral composta por professores de jornalismo e formadores do Cenjor. Foram criados três turnos diários de trabalho, com a duração de cinco horas, entre as 8 e as 21 horas. Cada turno/secção integrou cerca de uma dezena de estudantes, sendo que em cada um dos turnos trabalhavam entre 30 a 40 estudantes em simultâneo, oriundos de diferentes instituições e coordenados por professores e formadores do Cenjor.

A principal inovação e diferença em relação à experiência de 2017, foi a criação de uma rádio com emissão em direto durante os quatro dias do congresso, cuja programação foi preenchida com peças jornalísticas gravadas sobre os trabalhos e temas relacionados com o congresso dos jornalistas, entrevistas em direto e locução de continuidade. A rádio começou a funcionar na tarde do primeiro dia do congresso, mantendo-se no ar entre as 8 e as 21 horas de cada dia. A emissão terminou às 18 horas do último dia do congresso e pôde ser escutada, via streaming, através de um player disponibilizado no site do congresso.<sup>2</sup>

Em paralelo, foram criadas peças jornalísticas multimédia publicadas no site do congresso<sup>3</sup> bem como disponibilizadas no Facebook, Instagram, SoundCloud, YouTube e Tiktok. A redação funcionou de modo integrado seguindo um modelo multiplataforma e transmediático, segundo o qual os trabalhos preparados para uma plataforma poderiam ser utilizados noutra, desde que se encontrasse relevância jornalística para tal e depois de reformulados de modo a adaptar ao novo suporte. Ou seja, a rádio acolheu várias peças inicialmente preparadas para o site e este recebeu áudios provenientes da secção áudio da redação, com o objetivo de criar sinergias e interação entre os estudantes.

A criação da redação pretendeu desde logo contribuir para a formação dos estudantes de jornalismo, proporcionando-lhes um espaço de trabalho prático e de aproximação a uma redação profissional, através da criação de

2. A rádio do 5º Congresso dos Jornalistas Portugueses foi escutada na seguinte ligação: <https://congressojornalistas.pt/>

3. Endereço do site do Congresso: <https://congressojornalistas.pt/noticias/>

estruturas de coordenação, turnos e rotinas definidas em função da atualidade e da pressão do tempo, estimulando a tomada de decisão e a discussão entre pares. Esta questão foi essencial desde o primeiro momento, pois aquilo que seria objeto de produção noticiosa passou sempre por uma primeira fase de apresentação de ideias de trabalho, discussão entre a equipa de turno, elaboração do trabalho, melhoria desse mesmo trabalho e posterior publicação. Procurou-se estimular o trabalho de equipa e o espírito de iniciativa dos estudantes envolvidos. A aprendizagem entre pares foi também um dos objetivos da redação, uma vez que os estudantes de diferentes instituições foram distribuídos intencionalmente para os mesmos turnos, para assim possibilitar uma troca de experiências e conhecimentos entre alunos de diferentes cursos.

A redação representou, assim, um território para a aprendizagem e para a colocação em prática de conhecimentos adquiridos não só, na formação do Cenjor criada para este efeito, mas também nos cursos de jornalismo que os estudantes frequentavam.

Luís Bonixe

## **A PORTA QUE O CONGRESSO ABRIU**

O 5.º Congresso dos Jornalistas aconteceu, feliz coincidência, no mesmo ano em que se assinalam os 50 anos do 25 de Abril.

Esse facto traduziu-se, para o presidente do 5.º Congresso dos Jornalistas, na evidência de que havia que assinalar a data, cruzando-a com a instauração da democracia e da liberdade em Portugal. Porque sem ambas não há jornalismo e porque o jornalismo lhes é essencial.

O enorme desafio foi passado a uma equipa de sete pessoas de diferentes gerações, que planeou e executou uma programação ambiciosa.

O mote era duplo: destacar o papel dos e das jornalistas no contexto do 25 de Abril e, simultaneamente, recordar a importância do jornalismo na preservação da democracia.

Ao longo de três dias, a programação especial a que decidimos chamar “Portugal Livre” tomou conta do Cinema São Jorge, oferecendo uma série de iniciativas abertas ao público em geral e de acesso livre e gratuito.

Inscrevendo o Jornalismo como pilar da democracia e agente social, pretendeu-se prestar tributo ao passado e, simultaneamente, refletir sobre o presente, dando voz a jornalistas que foram protagonistas da nossa história coletiva, testemunhas privilegiadas de episódios que partilharam com plateias intergeracionais e diversificadas.

Pela grande tela passou um ciclo de vídeo e documentário selecionado a partir do Arquivo da RTP (que inclui um filme exibido pela SIC), revelador do deslumbramento dos jornalistas que, de um dia para o outro, podiam dizer, escrever e mostrar tudo, sem censura.

Mas as primeiras palavras em liberdade foram ouvidas na rádio, foi através dela que o país soube da Revolução, que se eternizaram palavras de ordem e discursos marcantes. Numa experiência de partilha sonora, apagámos as luzes de uma sala de cinema para ouvir os sons de Abril. E, pelas mãos do

histórico dj e radialista Mário Dias, dançámos ao som de “Banda sonora de uma revolução”.

“Proibido por inconveniente”, a exposição sobre a censura em Portugal da autoria do Arquivo Ephemera, foi adaptada ao Cinema São Jorge, que também acolheu uma pequena amostra dos ricos arquivos da Fundação Mário Soares e Maria Barroso, concretamente dos fotógrafos estrangeiros Ingeborg Lippman e Peter Collis, até aí nunca expostos em Portugal. Esta montra serviria de mote para uma mesa-redonda que reuniu vários correspondentes estrangeiros em Portugal e correspondentes portugueses no estrangeiro.

Em 1974, a Editorial O Século editava uma publicação com imagens de 20 fotógrafos da imprensa sobre “a revolução das flores”. Essa obra coletiva, hoje património nacional, acabou por dar título à programação especial: “Portugal Livre”. Com curadoria do fotojornalista Mário Cruz, fundador da associação Narrativa, as fotografias de 1974 serviram de mote a um outro coletivo, formado por jovens fotógrafos nascidos anos depois do 25 de Abril, numa reflexão sobre o país democrático de hoje.

A exposição “Portugal Livre 1974-2024” ocupou a Praça dos Restauradores durante um mês.

O teatro marcou presença, em primeiríssima mão, com um ensaio aberto da peça “A Noite”, inspirada na obra de José Saramago e levada a cena pelo Grupo de Teatro de Jornalistas do Norte.

A programação especial abriu-se ainda a estudantes, que puderam questionar o na altura presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva.

Como não poderia deixar de ser, a programação foi também um momento de homenagem, desde logo às mulheres jornalistas, convidando várias gerações sobre uma reflexão sobre a luta pela igualdade (também) no jornalismo.

O papel do Sindicato dos Jornalistas, que assinala o seu centenário em 2024, foi também justamente evidenciado por vários dos seus presidentes e associados.

Respondendo à mítica pergunta “Onde estavas no 25 de Abril?”, um vídeo com oito testemunhos de jornalistas, recolhidos em Lisboa, Porto, Fundão e Leiria, simbolizou tantas e tantos outros que serviram a liberdade.

O vídeo foi um dos momentos da homenagem devida a quem foi jornalista no tempo da censura, contornando-a e combatendo-a, em prol do direito à informação do povo português, que encerrou a programação especial.

Com o título “A palavra amordaçada”, essa devida homenagem contou com a atuação musical de Vitorino Salomé e quatro jovens jornalistas leram um texto de agradecimento a quem lutou contra a censura, da autoria de Inês Duarte Coelho e Margarida David Cardoso, que reproduzimos no final deste resumo.

Os três dias de “Portugal Livre” – a que assistiu uma audiência que excedeu, em muito, as expectativas – serviram também para que se fizesse a ponte entre memória e atualidade, trazendo para a discussão, com a cumplicidade das gerações de camaradas de ofício que lutaram pela liberdade, um renovado compromisso com os valores e a integridade do jornalismo num tempo em que este vive o seu momento mais frágil em democracia.

*Querido camarada.*

*Foste proibido por inconveniente. Amordaçado por seres jornalista.*

*Fizeste mozza, esticaste a corda, rompeste o cânone. Foste lá, viste, escreveste e disseste, às tuas expensas.*

*E resististe. Obrigada. Estamos orgulhosos de ti. O teu exemplo sobreviverá a todos os tempos.*

*Levantaste todos os dias da cama para ir para a redação, para a rua, para qualquer canto, na tentativa de contornar o censor. Contar uma história que não fosse a preto e branco.*

*Quanta paciência, humor, palavras subtis e ditos nas entrelinhas te exigiu este ofício.*

*A censura, essa, tanto era declarada como tácita. Imposta de fora e, às vezes, ditada por dentro.*

*Quão cruel seria aquele teu pensamento – “Mais vale não escrever que vai ser riscado”. O espaço em branco no jornal ou o silêncio na televisão e na rádio eram proibidos, para não se notar a ausência.*

*Achas que hoje já disseste – dissemos – tudo o que ficou então por escrever, a realidade que ficou por contar?*

*Querida camarada.*

*Como foi o primeiro dia? O dia seguinte sem censura? O que é que escreveste? O que é que tinhas mais pressa de dizer?*

*Quantas vezes ainda esticaste a mão para a “pasta dos recortes”, das provas para enviar ao “exame prévio”, num gesto mecânico feito de quase cinco décadas?*

*Quantos quilómetros ainda fizeste, para a frente e para trás, madrugada alta, para as entregar lá no censor?*

*Durante quanto tempo temeste que outra censura se abatesse sobre as tuas palavras?*

*Foste lá fechar a censura, à Rua da Misericórdia? Ou aos núcleos do Porto ou de Coimbra?*

*Como maltratamos a memória, que nem encontramos as suas moradas.*

*Quem sabe onde se afiavam os lápis azuis, nas delegações do resto do país?*

*O que é que escreveste no dia seguinte, sem vigia? Sem o medo de emprestar a tua voz, de dar a cara?*

*Sr. censor.*

*Derrotaram-te. Milhões de palavras censuradas não contiveram a corrente.*

*Rimo-nos hoje das tuas patacoadas. Dos cortes sem sentido com que entre-  
tinhas o ofício.*

*Lana-caprina para dar algum sentido à função.*

*Mas as palavras encontraram forma de te fugir. A Revolução deu-se na  
mesma e foi notícia.*

*Aqueles que chamaste de “transgressores” e “subversivos” podem hoje ves-  
tir essas palavras como elogios.*

*Hoje escrevemos a caneta por cima dos teus cortes a lápis.*

*Não tinha razão “o inteligente”, ao contrário do que dizia o poeta. Não só  
não acabaram as canções, como não acabaram as notícias, nem o pensa-  
mento livre.*

*Quem mandaste suceder-te?*

*Queridos camaradas.*

*Nascemos e crescemos em liberdade.*

*Foram as vossas memórias, as vossas notícias, as vossas histórias que nos  
fizeram compreender como foi viver sob aquela mordança.*

*Sabemos, porque vemos, ouvimos e lemos. Mas não vivemos.*

*Nunca vincamos a caneta no papel com medo de que alguém o riscasse.  
Nunca demos voz e cara a algo que não quiséssemos dizer. Mas, 50 anos  
depois, os ventos “não sopram de feição”.*

*Não chegam de lápis na mão, mas já passeiam pelas redações com ordem  
para condicionar: os administradores. Não trazem a agenda debaixo do  
braço. Parece cada vez menos declarada, mas existe.*

*Não sabemos que cor tem o lápis: quem – afinal – manda nas nossas rádios, nos nossos jornais, nas televisões. Que objetivos têm, além de tentar tirar-nos a autonomia?*

*Com mais ou menos subtileza, o lucro fala mais alto do que a notícia e instala-se a precariedade.*

*Voltamos a escutar relatos de tentativas de condicionar a atividade dos jornalistas e de ameaças à liberdade de escrever, quando sabemos que apenas ao rigor e à deontologia devemos vassalagem.*

*Quando se cumpre meio século de liberdade e democracia, resta-nos resistir, sabendo que fazer jornalismo é construir a liberdade.*

*Como disse, um dia, um poeta: “Só nos faltava agora que este Abril não se cumprisse.”*

25 de Abril, sempre. Jornalismo, sempre.

Cláudia Lobo, João Rosário, Inês Duarte Coelho, Miguel Carvalho, Sandy Gageiro e Sofia Branco



# **A ABERTURA DA DISCUSSÃO**



**PEDRO COELHO,  
PRESIDENTE DO 5.º CONGRESSO DOS JORNALISTAS**

Exmo. Sr. Presidente da República,  
Exma Sra. Ministra da Presidência,  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,  
Caros presidentes das entidades promotoras,  
Caros convidados,  
Caros congressistas,  
Camaradas.

Um agradecimento especial a Sua Excelência o Sr. Presidente da República pelo Alto Patrocínio que concede ao 5.º Congresso.

Agradeço igualmente ao nosso anfitrião e presidente da Câmara Municipal de Lisboa o apoio da autarquia à realização desta reunião magna.

Maria Flor Pedroso, António Borga, Luís Simões... Através de vós agradeço ao Clube de Jornalistas, à Casa da Imprensa e ao Sindicato dos Jornalistas – as três entidades promotoras deste congresso. Agradeço o facto de me terem escolhido para presidir à Comissão Organizadora.

Obrigado, também, por nos terem deixado funcionar em liberdade – palavra forte que, nos 50 anos do 25 de Abril, deve ser sublinhada, recordada, aclamada em todas as ocasiões.

Agradeço, muito, aos camaradas da Comissão Organizadora que, de forma abnegada, se entregaram durante mais de um ano à ambiciosa tarefa de montarmos este Congresso.

Construirmos algo quando tudo à nossa volta ameaça desabar foi um extraordinário desafio.

Todo esse esforço terá sido em vão se agora nós – e vós – camaradas, falharmos.

Está formalmente aberta a discussão sobre o estado do jornalismo português, mas está aberta, sobretudo, a discussão sobre aquilo que os jornalistas, orientados pela nobre missão de servir o público, precisam que o jornalismo seja.

Têm de ser os jornalistas a construir o futuro do jornalismo. Ou, pelo menos, temos de ser nós a estruturar o guião daquilo que acreditamos ser a essência do processo de reconstrução que teremos de empreender.

Coincidiremos mais facilmente no diagnóstico do que no quadro de propostas de reconstrução que nos cabe, neste congresso, desenhar.

Em 2017, ano do quarto Congresso, Barbie Zelizer, antiga jornalista e académica norte-americana, tinha escrito que o jornalismo atingira o ponto de exaustão, restando-lhe, por isso mesmo, renascer. Passaram sete anos. Estamos pior.

(Verdade a correr o risco de alcançar a banalidade, à custa de ser tantas vezes repetida. Mas estamos, de facto, pior).

Falo por mim, um privilegiado com dois empregos que, no jornalismo, está sem aumentos desde 1995 e que, passados 35 anos, é muitas vezes colocado na máquina trituradora e transformado em peça igual a todas as outras. Há muito que – nesta profissão – a antiguidade perdeu estatuto.

Falo por mim, mas falo, sobretudo, por todos os outros.

Falo pelos que fazem estágios sucessivos sem salário, pelos que ganham de menos e trabalham demais, pelos que se esgotam física e mentalmente, sem tempo nem dinheiro para viverem livres a delícia dos verdes anos.

Falo pelos que partilham casa, pelos que não têm dinheiro para viajar, comprar livros, conviver, ter filhos, família.

Falo pelos que não conseguem sair de casa dos pais, nem do bairro de onde gostariam de ter saído.

Falo pelos precários, pelos que não têm salário, pelos que produzem em massa peças jornalísticas pagas a pataco.

Falo pelos que de manhã são jornalistas e que de tarde, para manterem o posto de trabalho, passam a roupa a ferro em casa do patrão.

Falo pelos que ganham meio salário, mas que, em cada dia, trabalham dois.

Falo pelos que lutaram muito para construir o sonho e que – presos a esse sonho – se deixaram levar... até se verem hoje rodeados de desespero e desamparo.

Falo pelos que, impulsionados pelo desespero, tiveram a coragem de sair da profissão e falo pelos que têm, apesar de tudo, a coragem de ficar.

Eramos 5746 em 2017; somos 5310 em 2024. Em sete anos saíram da profissão 436 camaradas, mais de oito por cento de quebra. Todos os dias perdemos gente.

Sair e ficar são atos de coragem, porque uns e outros estão unidos pela mesma paixão pelo jornalismo.

Maldita paixão.

Diz-nos o estudo sobre precariedade que está a ser feito pela Rede Interuniversitária de Estudos sobre Jornalistas, cujos resultados preliminares serão apresentados neste congresso, que a maioria dos entrevistados – mesmo sabendo o que hoje sabe – voltaria a escolher ser jornalista.

Maldita paixão.

Neste congresso vamos ouvir vozes símbolo de camaradas nossos que nos relatam as histórias deles. Histórias tristes que não nos vão deixar indiferentes. Mesmo que, cada vez mais, estes relatos crus e duros sejam a nossa realidade quotidiana.

Caros camaradas.

Por tudo o que está a acontecer à nossa profissão.

A começar nos patos-bravos que querem à força investir no jornalismo como se o jornalismo, neste Portugal a viver os 50 anos de Abril, pudesse

ser empacotado em banalidades – como comida processada, emprateleirada em máquinas de vending.

Por tudo o que está a acontecer à nossa profissão.

A continuar na nossa própria apatia... que – atendendo ao estado geral desta nossa arte – nos fustiga, tolhe e abate.

Por tudo o que está a acontecer à nossa profissão.

A continuar no fosso intransponível que separa gerações,

A continuar na ausência de reportagem,

A continuar na cedência absoluta ao mercado,

A continuar naqueles que tendo carteira profissional a usam para:

- viajar aos territórios de capa de revista, à borla ou mais barato;
- dormir nos melhores hotéis, à borla ou mais barato;
- comer nos melhores restaurantes, à borla ou mais barato;
- receber o retorno pela promoção que fazem às melhores marcas.

Neste congresso, camaradas, não podemos enterrar a cabeça na areia. Temos de olhar para dentro de nós próprios e para o jornalismo que fazemos. E discutir com o propósito de conseguirmos chegar a um lugar que nos conforte e nos liberte desta ditadura do sofrimento quotidiano.

Se o problema é o financiamento do bem público que nos compete construir e alimentar, que se discuta, sem tabus, o financiamento do jornalismo. Digo do jornalismo e não das empresas, cuja propriedade desconhecemos e que podem servir interesses obscuros.

Na preparação deste congresso reunimos com todos os grupos parlamentares e nenhum – sublinho – nenhum, se mostrou indisponível para discutir modelos públicos de financiamento do jornalismo.

Se o problema também é o impacto da inteligência artificial, que se discutam, sem receios, as ferramentas tecnológicas que, enquanto engrandecem o jornalismo, ameaçam substituir a máquina pelo homem.... Sabendo nós que a máquina pode recriar o que já criámos, mas terá sempre mais dificuldade em antecipar o que ainda haveremos de criar.

Não nos basta saber o que não queremos, temos de saber o que queremos e – sobretudo – temos de construir o caminho para o conseguirmos alcançar.

No primeiro mês em que comemoramos os 50 anos do 25 de Abril temos a obrigação de olhar para o passado, para aquilo que muitos outros, antes de nós, conseguiram construir, permitindo-nos, com o seu esforço, desfrutar, em liberdade, a profissão que escolhemos.

Olhar pelo retrovisor da memória obriga-nos a encontrar um caminho que nos tire deste buraco.

Devemos fazê-lo porque a sociedade isso nos exige, mas devemos fazê-lo, também, pelos jovens que escolheram abraçar esta complexa e extraordinária profissão. Este congresso também é vosso. O jornalismo precisa de vós e da vossa juventude.

Por tudo o que nos está a acontecer, creio que há um antes e um depois deste congresso.

Se tudo ficar na mesma, ou se nos deixarmos enlear por discussões espúrias que só interessam aos espúrios que contaminam a nossa classe, teremos perdido a oportunidade de começarmos a reconstruir o futuro.

Estive aqui, estivemos aqui, ao longo do último ano, porque acreditamos... Ainda acreditamos.

Precisamos muito que isto resulte.

Façamos por isso, camaradas.

JORNALISMO, SEMPRE.

OBRIGADO E BOM CONGRESSO.

**LUÍS FILIPE SIMÕES,  
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS**

Cumprimento o Senhor Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa,  
A Ministra da Presidência Mariana Vieira da Silva,  
O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Carlos Moedas,  
Os Representantes dos Partidos com assento parlamentar,  
Convidados,  
Professores de Comunicação Social,  
Estudantes,  
Cumprimento sobretudo os meus camaradas que enchem o São Jorge num momento complicado para o jornalismo e os jornalistas.

Primeiro foram os jornais regionais e nós calámo-nos porque... afinal, eram só jornais regionais.

Quando implodiu a Impala, calámo-nos porque era só a Impala e o Jaques Rodrigues.

Quando aconteceu com A Bola calámo-nos porque era um jornal histórico, mas era desporto. Era só desporto.

Quando um fundo sem rosto, sem princípios, nem estratégia, avançou e começou a destruir o Global Media Group, passámos a importar-nos porque mais que os salários em atraso e os consecutivos ataques aos direitos dos trabalhadores é o jornalismo livre e independente, o pluralismo, é a democracia que está em risco.

E por isso, antes que fiquemos sozinhos a ver destruir o que resta, não podemos deixar de fazer aqui um grito de alerta para a sociedade ouvir. Para os decisores políticos ouvirem. Para o presidente da República ouvir. As palavras bonitas, repetirmos vezes sem conta que o jornalismo é um pilar da democracia e que tem de ser apoiado, já não são suficientes.

Marcelo Rebelo de Sousa falou num pacto de regime para fazer frente a uma situação de emergência. Não sei se é preciso fazer um pacto de regime, o que sei é que é urgente agirmos, rapidamente. As palavras deixaram de ser suficientes.

Todos identificarão, naturalmente, que comecei com palavras que tiveram como base a frase de Martin Niemöller (1892-1984), um pastor luterano alemão que acabou nos campos de concentração. E a inspiração não vem ao acaso porque nós, jornalistas, estamos na linha da frente contra o totalitarismo, a intolerância, a mentira, o boato, a manipulação, a ignorância. Não é por acaso que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Engenheiro António Guterres, referiu recentemente que “a capacidade para criar desinformação a uma escala global e minar factos estabelecidos cientificamente constitui um risco existencial da própria humanidade”. Não é por acaso, também, que o artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem faz referência à liberdade de informação como um direito fundamental e o n.º 2 do artigo 11.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia refere expressamente que “a liberdade e o pluralismo dos media têm de ser respeitados”.

Como todos sabemos, há formas e intensidades distintas de colocar em causa a liberdade de informação. E uma das mais silenciosas e menos discutidas são as condições de trabalho dos jornalistas: em Portugal apenas metade dos jornalistas têm um contrato permanente. Facto que contrasta com a realidade portuguesa onde os vínculos permanentes são a regra. Choca, também, com a própria constituição e lei que proíbem a precariedade.

A insegurança no emprego, a par com os salários baixos praticados no setor, representa um obstáculo grave ao desenvolvimento pleno da profissão de jornalista e constitui um entrave ao próprio direito dos cidadãos de serem informados livremente: um jornalista que não consegue pagar as suas contas ou ter um mínimo de estabilidade no emprego é, compreensivelmente, um jornalista exposto ao medo, às pressões de administrações menos escrupulosas e do poder em geral. Isso fere de morte a liberdade de imprensa, um dos mais determinantes pilares da nossa democracia. Enfrentamos,

atualmente, um dos momentos mais difíceis dos últimos anos. São os despedimentos coletivos, o incumprimento das leis e da contratação coletiva, as tentativas de silenciar o pluralismo, a descrédibilização e a secundarização da informação fidedigna e credível.

Mas não estamos aqui apenas para nos lamentarmos. Nós, jornalistas, temos uma missão que vai muito além do lamento. Estamos aqui para juntos, procurarmos caminhos e discutirmos soluções para o financiamento dos média. Para dizermos que o futuro do jornalismo não se constrói sem jornalistas. Que se permitirmos que se corroam os pilares da democracia voltaremos a viver nas trevas.

A luta dos trabalhadores da Global mostrou-nos que a luta ainda vale a pena. Mostrou-nos que os jornalistas estão unidos e estão dispostos a lutar. A lutar por melhores condições de trabalho para cada um de nós, mas sobretudo lutar por esse jornalismo que é um dos pilares da democracia.

Já disse muito sobre o estado do jornalismo e da vida complicada dos jornalistas. Mas mais do que as minhas palavras tivemos um exemplo na passada terça-feira sobre o momento que vivemos. Foi agredido um jornalista do Expresso. Foi agredido por um só motivo, por ser jornalista. Ao camarada em causa prestemos a nossa solidariedade. À sociedade dizemos que não são agressões que nos vão intimidar porque faz parte das nossas vidas e cumprimos sempre a obrigação de informar e manter os cidadãos informados. Como diz a nossa camarada Vânia Maia este é o melhor ofício do mundo, mas o pior emprego do mundo. Que se parta desta agressão para ilustrar o que aqui vos disse: o jornalismo e os jornalistas precisam de apoio. Vocês que têm o poder de decidir. Apoiem o jornalismo livre e independente porque vale sempre a pena apoiar a democracia.

E porque estamos perto de celebrar os 50 anos da conquista da liberdade. De liberdade de imprensa-a e de todas as outras liberdades, termino com duas coisas que no fundo são a mesma coisa: 25 de Abril, SEMPRE. Jornalismo, SEMPRE.

**ANTÓNIO BORGA,  
PRESIDENTE DA CASA DA IMPRENSA**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,  
Senhora Ministra da Presidência,  
Distintas Convidadas e Distintos Convidados,  
Caras e caros congressistas,  
Camaradas.

Ao reler a intervenção aqui proferida há sete anos pelo nosso camarada Goulart Machado, em nome da Casa da Imprensa, verifico que há nela motivos de satisfação que agora se renovam, a par de motivos de preocupação que, desgraçadamente, entretanto se agravaram.

A renovação da parceria entre o Sindicato dos Jornalistas, o Clube dos Jornalistas e a Casa da Imprensa para lançar este Congresso – mais uma vez por iniciativa do SJ – só pode ser motivo de regozijo e um estímulo para a unidade em torno do que nos é comum. Em tempos de fragmentação social e individual, estarmos juntos já é uma vitória.

Tal como há sete anos, o papel das três entidades foi o de criar as condições de suporte e desafiar, desta vez não uma camarada, mas um camarada nosso, o Pedro Coelho, para liderar uma comissão organizadora com total autonomia, uma vez mais “sem agenda nem conclusões pré-determinadas”.

Os trabalhos de preparação, pelo que pudemos acompanhar, foram intensos e mobilizadores, como se vê pelo número de inscrições. Os grandes desafios que se colocam ao exercício do jornalismo – da própria viabilidade desse exercício, à qualidade e relevância social que lhe deveriam ser reconhecidas – aí estão, em painéis e intervenções, abertos à participação de todos.

O que nos fica, a partir daqui, são os motivos de preocupação que se agravaram.

O espaço do jornalismo nos média é cada vez menor, substituído, em alguns deles, de forma sistemática, pelo infoespetáculo, ou infoentretenimento, pela opinião facciosa, interessada, ou, simplesmente, subjetiva, mascarada de matéria noticiosa ou de comentário jornalístico. A pressão para a desregulação do exercício do jornalismo é cada vez maior e tem encontrado uma resistência cada vez mais débil, incluindo por parte de legisladores e reguladores.

No que diz respeito aos jornalistas e candidatos a jornalistas, o Estudo Sobre as suas Condições de Vida e de Trabalho, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, a Casa da Imprensa e a Associação Portuguesa de Imprensa, e posto à disposição deste Congresso, mostra que, às deficiências da formação profissional – técnica e deontológica –, continuam a somar-se os baixos salários, a má organização do trabalho, os ritmos insuportáveis resultantes do sub-dimensionamento das redações, a utilização perversa da tecnologia, a precariedade, o desemprego, o abandono da profissão em desespero de causa. Nestes sete anos, o número de empresas do setor manteve-se, ou aumentou, o número de jornalistas diminuiu significativamente.

A ordem de trabalhos que nos aguarda exige, por tudo isto, que se vá ao cerne das questões, sem fogo de artifício declarativo. A história do jornalismo mostra que, sejam quais forem as circunstâncias, cabe aos jornalistas erguerem-se em defesa dos valores do jornalismo e dos direitos de quem o exerce. Na situação a que chegámos, não temos outro caminho se não o de nos unirmos na procura de respostas para os desafios que se nos colocam. Tal como a democracia, da qual é indissociável, também o jornalismo se defende encontrando as formas e as condições para o exercer.

O jornalismo não é uma religião, nem os jornalistas são mártires que se sacrificam por uns convertidos. O jornalismo não é um negócio, nem os jornalistas são vendedores de conteúdos para alimentar negociantes e satisfazer consumidores. O jornalismo é uma atividade de utilidade social e interesse público, exercida por jornalistas, a favor de cidadãs e cidadãos que têm o direito a ser informados com isenção e rigor, para poderem decidir de forma esclarecida. Essa é a razão pela qual o jornalismo é um pilar da democracia.

É importante ter isto presente quando procuramos soluções para os problemas que enfrentamos. É decisivo que os legisladores e os reguladores também o tenham.

Caras congressistas e caros congressistas, a Casa da Imprensa e o movimento sindical dos jornalistas nasceram onde nasceram porque ali era o Bairro dos Jornais, como o livro do nosso camarada Paulo Martins bem documenta. Jornalistas de redações concorrentes, com linhas editoriais em muitos casos opostas, encontravam-se diariamente ao almoço, ao jantar ou à ceia. Cruzavam-se e conviviam nos mesmos espaços, criavam laços de camaradagem muitas vezes mais fortes que as diferenças políticas e ideológicas. Jornalistas de diferentes redações conversavam mais entre si do que hoje conversam os jornalistas da mesma redação.

A Casa da Imprensa – associação mutualista, criada há 119 anos –, o movimento sindical dos jornalistas – também ele centenário e que tem no nosso Sindicato dos Jornalistas, reconquistado no tempo da ditadura, o seu representante democrático – e o Clube de Jornalistas – mais jovem, mas com um papel único na projeção do que de melhor se produz no jornalismo português – são três criações de jornalistas, fundadas e dirigidas por jornalistas.

Cada uma no seu âmbito, e juntas, em iniciativas como este Congresso, elas existem para apoiar os jornalistas e o jornalismo. Na saúde, que é cada vez mais cara e de difícil acesso; no apoio social, quando os jornalistas com rendimentos abaixo do limiar de pobreza são cada vez mais; na defesa dos direitos e das condições laborais; no reconhecimento e promoção do mérito profissional e cívico – os jornalistas portugueses podem contar com elas e, deixem-me que vos diga, ganhavam em fortalecê-las com uma adesão mais generalizada e uma participação mais ativa.

Olhando o futuro e os desafios que vão ser debatidos neste Congresso, a existência destas três organizações da classe e a disponibilidade por elas demonstrada para trabalhar em conjunto é motivo de reflexão para os congressistas.

Poderemos ficar mais sete anos à espera de um novo congresso? Poderão as conclusões deste congresso, por mais satisfeitos que fiquemos com elas, ter força própria suficiente para que sejam levadas à prática?

Enquanto promotores, não nos cabe fazer propostas nem dar conselhos ao Congresso. Em nome da Casa da Imprensa, dentro do espírito que julgo comum aos três promotores, quero deixar-vos, apenas, uma mensagem: contem conosco para ajudar a dar continuidade ao que decidirem fazer. Se decidirem decidir, é claro, e se aquilo que decidirem for em prol, passe a redundância, dos jornalistas com carteira profissional e do jornalismo com código deontológico. Bons trabalhos!

**MARIA FLOR PEDROSO,  
PRESIDENTE DO CLUBE DE JORNALISTAS**

Senhor Presidente da República,  
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,  
Senhora Ministra da Presidência,  
Senhores representantes dos Grupos Parlamentares,  
Senhora Presidente da Comissão comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril,  
Todos os nossos convidados.

Boa noite, camaradas,

Passados 7 anos desde o último congresso. É com prazer que se volta a esta magnífica sala do Cinema São Jorge, onde somos sempre tão bem acolhidos pela equipa liderada por Marina Sousa Uva.

Ver uma sala cheia à espera de respostas para os problemas, que hoje, infelizmente, são maiores do que há 7 anos.

Queria também deixar aqui dito que todas as palavras que foram ditas até agora, eu as subscrevo.

Em primeiro lugar, e na qualidade de promotora do Congresso pelo Clube de Jornalistas, instituição que celebrou no ano passado 40 anos, graças ao esforço de tantos, que são daqueles que não desistem e que trabalham em função dos outros e, por todos, vou citar quatro, porque isto é um Congresso de Jornalistas.

O Ribeiro Cardoso que já não está cá... E outros que estão e muito bem, o Cesário Borga, o Eugénio Alves e o Mário Zambujal, ao qual tive a honra de suceder.

E este Congresso é também fruto desse espírito.

Daqueles que não desistem. Daqueles que se questionam todos os dias.

Daqueles que não têm certezas. Daqueles que sabem que erram todos os dias e que podem sempre fazer melhor. Que são inquietos, que estão e que são insatisfeitos e reflexivos por natureza.

De novo, as três instituições de jornalistas, juntaram-se para tornar possível um novo Congresso, e escolheram Pedro Coelho, com esse espírito.

De independência, de credibilidade e pelo que já aconteceu esta semana aqui no São Jorge e pelo que está preparado para acontecer, já está a valer a pena. De independência, de trabalho, de exigência, de rigor, de não ficar pela primeira impressão.

Temos os olhos postos em nós, não é uma novidade, estamos habituados, mas agora de onde menos se espera.

Somos removidos. Como se fossemos escombros ou como se fossemos cancros mesmo, ou como são removidos os cadáveres dos jornalistas e não só, e da população civil que está a morrer nas guerras que a política não saber resolver, e que estão a morrer para nos contarem a nós aquilo que se está lá a passar.

Nós somos removidos, mas agora por jovens que são capazes de pegar num ser humano pelas mãos e pelos pés e colocá-lo fora de uma sala. Isto não se passou num degradado, depauperado da periferia das nossas cidades?

Isto passou-se numa Universidade. E foi organizado por uma coisa que se chama Associação Académica do Instituto de Estudos Políticos e pela Associação Académica de Direito da Universidade Católica.

Eu vou repetir: isto passou-se numa sessão organizada pela Associação Académica do Instituto de Estudos Políticos e pela Associação Académica de Direito da Universidade Católica.

Um jornalista que estava só a fazer a o seu trabalho. Convocado pela assessoria de um partido, cujo segurança do líder lhe pergunta, se ele precisa “de mais alguma coisa para se sentir melhor”.

E o líder acha que não tem nada que ver com este assunto.

Isto passa-se numa Universidade que pede desculpa, não se percebe bem porquê, porque diz que não tem nada que ver e que está a formar futuros profissionais. Está a formar cidadãos, está a formar futuros políticos.

Isto passa-se numa Universidade onde se escreve em comunicado que se vai remover um jornalista.

Nós não podemos permitir que sejamos removidos seja de onde for! Não podemos permitir que nos limitem o acesso a acontecimentos com personalidades públicas, seja onde for.

Atenção porque não era este o caso: a assessoria do partido convocou os jornalistas, só disse que não permitia câmaras por decisão da Católica.

O jornalista em questão não tinha câmara, estes são os factos.

São estes os factos. Aqui limpos. Sem serem contaminados por opinião, que é outro elefante na sala quando falamos de jornalismo. Tudo está contaminado por opinião.

O ouvinte, leitor e espectador, sem ter os factos, não consegue formar a sua opinião.

Difícilmente poderíamos ter um caso tão paradigmático dos nossos dias em vésperas de um congresso de jornalistas.

Isto só significa que temos uma profissão que não está a ser bem tratada.

Não podemos deixar que, pelo trabalho de uns, que deixa pontas soltas, que se fica pela primeira resposta, pela conversa de café, que não cruza fontes, que serve agendas, umas mais evidentes outras mais escondidas, não podemos permitir que estraguem uma profissão que garante a democracia.

É chavão isto, mas é verdade: sem jornalismo de qualidade não temos uma democracia de qualidade.

Sei que estamos em tempo de eleições, o que torna tudo mais difícil e confuso, mas quando temos 45% do capital da única agência de Notícias deste país ao Deus dará e ninguém se preocupa.

Sei que estamos em tempo de eleições, mas temos camaradas nossos – já ouvimos aqui – que estão com salários em atraso devido a administrações sem responsabilidade, e não! Não é porque fazem não fazem bom jornalismo que as empresas estão mal, não! Não é.

Quisemos que este Congresso, apenas o 5.º dos jornalistas portugueses, fosse o primeiro ato deste ano maravilhoso em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril.

Nunca pensámos que o contexto fosse este.

Agora uma coisa temos de conseguir. Temos de conseguir respostas.

Não será o ano de 2024, 50 anos depois do 25 de Abril, não pode ser esse ano em que nos damos ao luxo de perder três jornais centenários, a rádio que mudou a rádio, e não só, a rádio que mudou tudo, mudou jornais e mudou televisões, porque depois da TSF todos tiveram de fazer tudo diferente.

Queria terminar a agradecer ao Pedro Coelho por ter tido a coragem de ter aceitado o convite das nossas três instituições. Tudo isto dá muito trabalho, é preciso muita força, muita persistência e muita resiliência.

Bom Congresso!

**MARCELO REBELO DE SOUSA,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,  
Senhora Ministra da Presidência,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,  
Senhores representantes dos partidos com assento na Assembleia da República,  
Presidentes e representantes do Sindicatos dos Jornalistas,  
da Casa da Imprensa,  
do Clube de Jornalistas,  
Meu caro Pedro Coelho, presidente deste Congresso.

Tarefa difícilíssima, trabalhosíssima, eu sei, por que se foi falando ao longo do tempo nesta organização.

Caríssimas amigas, caríssimos amigos, era 1965 n' O Século, a composição ainda a chumbo, quando escrevi o meu primeiro artigo num jornal nacional. O offset, esse já irrompera nos anos 70, quando colaborei no Diário Popular e n' A Capital, e longamente integrei a aventura do Expresso. Entretanto, o telex dava lugar ao fax e este não resistiria muito tempo ao digital.

Os grandes jornais das grandes famílias no meio da comunicação social, Pereira da Rosa Balsemão, Ruela Ramos, Lobo de Carvalho, assistiam à partilha de espaço com os empresários de outras áreas que chegavam, Quina, Brito e Queiroz Pereira. Os diretores das décadas de salazarismo, como Augusto Castro, conheciam vários e variados sucessores. As rádios dos anos 40 a 70 eram poucas, as mesmas Emissora Nacional à cabeça, a Rádio Renascença da Igreja Católica, o Rádio Clube Português da família Botelho Moniz, a avultar dentro dos não públicos.

A televisão experimental desde 55, essa sim era pública com presença simbólica de outras entidades radialistas, e permaneceria pública de alto a baixo da década de 50 até quase ao fim do século. Tudo, imprensa, rádio e televisão,

com censura, depois apelidada de exame prévio. Ou seja, nos 60 anos de vivência pessoal do que se poderia chamar jornalismo, dez foram de censura.

Durante eles, mudaram tarde – mas mudaram – tecnologias, organizações. Entre 70 e 74, os donos de jornais. Mas o essencial foi mais do mesmo ou, se quiserem, mais do mesmo na censura política, com a novidade de alguns interesses económicos alheios ao meio no curto tempo do marcelismo.

Se recordo isto, é por duas razões, uma pedagógica e outra comparativa. Uma razão pedagógica – tentar descrever a quem nasceu depois de Abril de 74 o que era Portugal na ditadura. Os jornais, a rádio e, a seguir, a televisão com censura, tudo com controlo estrito do que se editava, controlo global e, sem dúvida, político, mas também económico, social, cultural, comportamental.

Uma razão comparativa – tentar contrapor o que foram a ditadura e a censura com coletes de força à própria mudança tecnológica e organizativa da comunicação social com a vertiginosa alteração informativa que conhecemos de 1974 até hoje. 50 anos de revoluções científicas e tecnológicas da comunicação, revoluções económicas e financeiras nos meios e nos públicos, revoluções sociais no Portugal que éramos, revoluções temporal e espacial no ritmo e no horizonte das nossas vidas pessoais e comunitárias.

Caríssimas amigas, caríssimos amigos, e agora? Após dois anos de revolução e descolonização, mais seis anos de transição constitucional, mais quatro de adesão à Europa e de nascimento da CPLP, e mais seis anos até ao começo do ajustamento do regime económico aos europeus, e mais um de arranque das televisões não públicas, e mais dois até um num debate eleitoral se perguntar aos dois candidatos a Primeiro-Ministro o que era arroba num endereço eletrónico, e mais quatro até à saída de Macau e mais três anos até Timor-Leste ser plenamente independente.

E agora, que sobre todos estes anos, ainda passaram duas décadas e dois anos... onde, para e como para a comunicação social e, portanto, o jornalismo em Portugal? Para assim, uma entidade pública e várias privadas de televisão, poucas nacionais, algumas regionais ou sobretudo locais.

Com o salto do digital na viragem do século e as crises da troika, da pandemia, das guerras e o restante estrutural e conjuntural com a publicidade a apertar – não a desafogar –, as receitas a minguaem e as despesas, mesmo contidas, a pressionarem. A imaginação permitindo e retorneando ou amparando problemas, mas não ombreando com o sonho de três décadas atrás... As rádios nacionais mais depressa apoquentadas do que otimistas com indicadores económicos e financeiras de contexto. Rádios regionais e locais a morrerem, ou perto disso, longe desse fenómeno que se diria imparável no final do século XX.

Imprensa local e regional a morrerem ou a resistirem quanto pode e quando pode. Imprensa nacional com muitas saudosas recordações, quer de títulos, quer de tiragens, quer de número de leitores. Novos media eletrónicos, já em segunda, terceira ou quarta gerações, mas esses mais facilmente afeiçoados ao ritmo de crescimento, apogeu, reconversão, morte, ressurreição ou nova morte – próprias da vida do digital.

Panorama quase alucinante não fora um modo muito nosso de fazer de contas, improvisar, remendar, trazer meias soluções precárias ou transitórias, manter com o suporte artificial de vida e adiar epílogos com a eterna esperança de desejáveis sopros vitais. Neste espírito de adiamento viveu a nossa comunicação social até ao final dos anos 90. Afinal, as televisões privadas eram tão recentes, as novas rádios tão promissoras, a competição introduzida pela imprensa da época, até nos níveis retributivo, tão rápida, alguma euforia de fundos europeus tão intensa, que poucos imaginavam o crepúsculo das duas décadas do século a despontar.

Mas o crepúsculo despontou com os problemas que aí temos. Um – a economia, a partir de 2008 e 2009, as crises importadas somadas a questões internas, travaram a economia com poucos anos de exceção.

Foram a crise pré-troika, a troika, a saída do défice excessivo, a pandemia, as guerras e, pelo meio, a crise bancária. Apesar do crescimento de outros sectores, como os de exportação, a consolidação do sector bancário levou tempo e limitou muitíssimo a intervenção financeira do tecido económico nos média, e mesmo desde logo na publicidade.

Outro digital. Diversamente de outras sociedades, a nossa resposta ao desafio do digital foi, no domínio mediático – como noutros – tardia e frágil. Isto aconteceu num sistema participativo em geral. Houve exceções, uma ou outra notáveis, mas caríssimas no investimento exigido e, a regra geral foi o definhamento de meios clássicos sem o florescer suficiente de novos meios numa sociedade em parte envelhecida e empobrecida. Os mais jovens aderiram e formaram um núcleo forte, mas a população como um todo ia e vai em sentido demográfico oposto.

Outra ainda a mutação no digital, mesmo no novo mundo dos meios eletrónicos, à sua própria natureza implicavam um ciclo de vida muito rápido e mudanças vertiginosas. Obama vencera também com o digital. Trump venceu depois largamente contra o digital e quer vencer de novo, numa postura pré-digital.

No nosso caso, o atraso no arranque e a velocidade na mutação fazem com que haja uma convivência entre o peso e o futuro do digital, mas com gerações descompassadas e sofrendo com as sucessivas crises económicas e sociais. Mais outro fator, as plataformas digitais – as mais poderosas delas multinacionais. Sem haver, no mínimo, intervenções no plano nacional, no médio, seria mais desejável atuações europeias, no máximo, iniciativas para-universais, a exploração dos meios internos será constante e crescente.

Em síntese, economia pequena, com escassa massa crítica, crises sucessivas em menos de 20 anos, digital sem o sucesso de outras sociedades, banca em compasso de espera de 2013 até 2018 ou 2019, tecido empresarial mais virado para exportações, cortando na atração do consumo interno, e dificuldade de reajustar modelos e culturas mediáticas do final do século XX e começo do século XXI a um galope cheio de acelerações e travagens mesmo em países mais ricos.

Tudo isto torna inevitável, primeiro – que haja transparência no saber quem lidera e gera o que na comunicação social, com que projetos editoriais, com que modelos, com que perfis e viabilidade de dar vida ao sector; segundo – que os proprietários e gestores de meios, todos eles, mais os especialis-

tas nas mudanças científicas, tecnológicas e sociais em curso, estejam em constante convergência, interação e prospectiva estratégicas, formando uma plataforma de diálogo e de convergência de decisão com jornalistas. Houve, a certa altura, alguns passos, mas pararam cedo de mais. Terceiro – que o Estado, o que é diverso de quem em cada momento exerce funções em sua representação, não se alheie nunca de um debate essencial.

Primeiro, porque há meios públicos históricos e muito importantes. Segundo, porque só numa base de entendimento amplo de forças e hemisférios doutrinários, ideológicos e políticos diferentes, é possível abordar esta temática de regime com clareza, ou seja, com transparência e com critérios gerais e abstratos, sempre que possível olhando do lado dos espectadores, ouvintes e leitores.

Nos planos da literacia jovem e não jovem, do apoio à inovação, do fomento da qualidade da cobertura dos públicos cada vez mais diferenciados e na recuperação dos públicos excluídos ou distantes, na disciplina das relações com as plataformas digitais, na garantia do papel dos meios públicos de comunicação social, na busca de vias incontroversas de afirmação do papel dos não públicos e numa atenção especial à situação específica dos jornalistas, sem os quais – e é bom que se perceba isto em tempo em que se sonha com comunicação social – sem jornalistas, não há jornalismo. Sempre com transparência.

A Lei de Imprensa, tal como a Lei da Rádio e da Televisão – eu sou jurista e reconheço que muito nessas leis é de outra era. Mas mais importante do que as leis é saber o que se quer para o seu conteúdo. Recordo que já na Assembleia Constituinte, em 1975, defendia que tanto ou mais do que a censura ou monopólio políticos, o que se corria o risco de ver nascer era, se não a censura, certamente o condicionamento ou a concentração de poderes económicos e financeiros, com os decorrentes efeitos políticos e cívicos.

E o jornalismo onde para no meio deste processo, em parte comum a outras sociedades, em parte bastante doméstico? O jornalismo é obrigado a pagar-se tantas vezes na programação televisiva ou radiofónica, para ela se ajustar nos conteúdos às alegadas exigências da sobrevivência. O jornalismo

reinventa-se todos os dias nos antiquíssimos, antigos, novos e novíssimos meios para tentar não desaparecer.

O jornalismo conhece mais e mais escolas, estudantes, mestres, pesquisadores, gente nova na idade e nas ideias, mas a ser forçada a trilhar caminhos vizinhos por não encontrar espaço para aquilo que tinha sonhado. O jornalismo consegue excelência, apesar da precariedade, do estágio prolongado, da incerteza anunciada, enfim, da imprevisibilidade recorrente. Como todas as paixões, resiste ou tenta resistir sem limites.

Procura ano após ano, congresso após congresso, a quadratura do círculo, isto é, definir caminhos num contexto que não domina, não controla, não conhece ou conhece cada vez menos. Pior do que o viajante sem roteiro, o viajante sem caminho sequer definido ou garantido para o que quer que seja, com exceções, é certo, mas muito raras.

Não será, no entanto, que essa é a contingência de todos nós? Saber se os Estados Unidos da América serão Biden ou Trump no fim deste ano? Se a guerra na Ucrânia demorará mais ou menos e como? Se a inflação cairá para assim ficar uns tempos ou regressará a todo o tempo? Se o crescimento estará ainda ou recuperará num par de meses na Europa?

O drama do mundo mediático é esse, mas é, porém, muito maior do que esse também entre nós. É não saber, para muitos profissionais – eu diria de mais mesmo – o que é o amanhã, e se o amanhã ainda pode contar com eles. E se há tempo e espaço para refazer o que pode ser refeito e fazer coisas novas, além de continuar a fazer o que vai existindo e vingando. E como ter uma democracia forte 50 anos depois do 25 de Abril, sem um jornalismo livre e forte também do ponto de vista económico e financeiro.

Claro que noutros países, com outra massa crítica, houve ou há soluções, soluções a horizonte de médio e longo prazo e soluções de emergência transparentes, gerais e abstratas. Este tempo que se vive pode ser virtuoso neste particular, como tempo pré-eleitoral, pode permitir debater pistas, propostas, projetos, horizonte. Como aqui se fará e também com os eleitos do povo.

Pistas e horizontes, uns de emergência para amanhã, ou outros de pelo menos médio prazo.

No entanto, os jornalistas, como sempre, afincam-se à sua paixão e não desistem, não desmobilizam, não renunciam. Esse é o grande significado deste Congresso. Ninguém arreda pé, como nos ajuntamentos estudantis de outros tempos. E eu compreendo-vos e admiro-vos por isso. Nunca tendo sido jornalista de carteira, fui muitas décadas de alma e fiquei sempre fiel a um compromisso de princípio.

Em circunstância alguma, custasse o que custasse, nunca esqueceria o que escrevera ou dissera nessas décadas, ao analisar as e os que analisava. E nunca por nunca moveria um procedimento jurisdicional contra quantas ou quantos escreveram ou disseram do titular do órgão de soberania o que eu escrevi ou disse dos titulares de órgãos de soberania de outros tempos. Para se compreender e admirar o jornalismo é preciso não mudar de regras de conduta por se mudar de barricada de vida.

Agora é tempo para, da vossa barricada, discutirdes e saberdes o que é verdadeiramente essencial para dar força, mais força, ao jornalismo, à liberdade e à democracia em Portugal neste ano eleitoral e para além dele. Nestes 50 anos de Abril e para além deles. Pensando que aqueles que desconhecem Abril, ou têm saudades do pré 25 de Abril, que não conheceram, ou reconstroem na sua imaginação, sem nunca o terem podido conhecer nem compreender, passaram. Passarão, serão fugazes, e o 25 de Abril ficará, ficará sempre e com ele a democracia, sempre. E com ela, o jornalismo sempre.



# A DISCUSSÃO



## **1 ÉTICA DO JORNALISMO PARA A DEMOCRACIA – BALANÇO DO PAINEL**

“Five Big Things: How to Disrupt Journalism Ethics”: eis o título da conferência proferida na Sessão 1, “Ética do jornalismo para a democracia”, por Stephen J. A. Ward, que identificou ações suscetíveis de responder às ameaças que a profissão enfrenta, a partir de uma questão central: “podemos conceber espaços sociais que incentivem a cooperação em vez da agressão; o conhecimento em vez da ignorância alimentada por demagogos?” A ética jornalística, afirmou, tem de tornar-se global, definindo objetivos e princípios comuns, o que pressupõe empenho na defesa da democracia e dos direitos humanos a nível mundial. Tal implica tomar em consideração a ecologia social em que se enquadra a atividade – condições políticas, económicas e do próprio jornalismo – e proteger a esfera mediática da intoxicação em curso, também por via das redes sociais digitais. Trata-se de assumir, em conjunto com outros agentes sociais, uma “macro-resistência”, bem como de introduzir novos mecanismos de prestação de contas, que envolvam o público. Ward destacou ainda o papel do ensino na promoção de aprendizagens que, não ignorando as mutações tecnológicas, estimulem o diálogo.

Na mesa-redonda “Desafios éticos do jornalismo hoje”, Carlos Camponez sustentou que a diferença entre o jornalismo e outras profissões reside precisamente na ética, na jurisdição exercida pelos pares e na autorregulação. Hugo Torres defendeu que a Time Out se dedica a Jornalismo de Lifestyle e considerou abusiva a conduta da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), ao não renovar o título aos profissionais da publicação. Lúcia Girão, presidente da entidade e congressista presente, invocou a legitimidade da atuação da CCPJ, assegurando que não se circunscreve à Time Out. Marta Gonçalves aludiu à natureza do seu trabalho como repórter na área dos direitos humanos, assumido como ativista, sublinhando que não participa em manifestações ou movimentos, para manter o distanciamento e, por exemplo, evitar desconforto na relação com as fontes.

O painel “Regulação dos media”, em que participaram os presidentes do Conselho Deontológico, João Paulo Meneses, e da CCPJ, Licínia Girão, bem como Telmo Gonçalves, vogal do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), permitiu uma interessante discussão sobre a intervenção dos três órgãos – o primeiro de natureza puramente autorregulatória; os restantes corporizando fórmulas de regulação pública que, no caso da ERC, extravasam o campo jornalístico.

Paulo Martins

## **Introdução às comunicações:**

Abusos de diretores, mais transparência na identificação das fontes, o renascimento do Conselho de Jornalistas, a redefinição do quadro jurídico da RTP, a anonimização de quem comete crimes, a mentira. As comunicações sobre a ética jornalística no 5º Congresso dos Jornalistas foram muito diversas, no entanto, isso não impediu que houvesse uma crítica praticamente transversal em todas as intervenções: o jornalismo que é hoje produzido não serve a democracia, concluíram quase todos os intervenientes. Nem a grande maioria dos cidadãos, pois o jornalismo, segundo uma comunicação, foi “engolido pelo poder”.

De uma forma ou de outra, as comunicações sobre ética apelaram a um “olhar para dentro”, citando uma interveniente: “O jornalismo, para escrutinar, tem de se escrutinar também”. E foi com esse “olhar para dentro” que outro orador defendeu o renascimento do Conselho de Jornalistas, que existiu entre 1975 e 1990, defendendo a criação de uma “instituição de corregulação capaz de ultrapassar os impasses resultantes da tutela da ERC sobre o jornalismo” e de outros “condicionalismos legais”.

Noutro registo, contando uma história do passado para criticar o presente, uma das comunicações defendeu que, durante a ditadura, um tempo em que “não havia liberdade e em que a Censura e a PIDE condicionavam e castigavam jornalistas e meios que ousavam confrontar a ditadura”, foi possível alguns jornais regerem-se “por princípios éticos e deontológicos”. Em democracia, defendeu o autor, menos razões há para o jornalismo “abdicar da responsabilidade social perante os leitores”. E para isso, segundo outra autora, o quadro jurídico da RTP deve ser redefinido como uma “instituição pública que assegura o serviço público de jornalismo”.

Mas também houve quem olhasse para fora, defendendo a anonimização de quem comete crimes. Ou um registo de interesses de jornalistas, para que o público possa escrutinar eventuais “conflitos de interesses”. Ou como os jornalistas perpetuam estereótipos, pois, muitas vezes, nas histórias que

contamos, “não cabem os ciganos, os afrodescendentes, os asiodescendentes e os descendentes de outras origens de migração”.

No essencial, contudo, foi pela defesa “radical” da democracia, como enunciou uma das comunicações, que se pautaram as intervenções no 5º Congresso dos Jornalistas. “Há que decidir, pois, se o jornalismo deve atuar no processo de valorização da democracia, respeitando-se a si próprio, ou se, eufórico com o seu próprio espetáculo, deve participar na erosão de ambos.”

### **“Alma, precisa-se”, por Inês Serra Lopes**

Para além da crise (internacional) dos media, a crise (nacional) do jornalismo

A crise dos media incorpora uma crise, menor mas menos visível: a crise do próprio jornalismo. Essa revela-se no crescente divórcio entre os cidadãos, sobretudo os jovens adultos, e o jornalismo. Quais são as razões deste divórcio?

Sim, estão diagnosticadas várias contribuições:

- as vendas dos jornais e a audiência de rádios e televisões são cada vez menores. Assustadoramente menores;
- essa torrente diminuiu exponencialmente o financiamento dos media: não há dinheiro para salários, os vínculos são precários ou inexistentes,
- a pressão dos processos judiciais, “quase-censura”, exercida por muitos Tribunais;
- a necessidade de não desagradar aos grandes anunciantes, para não cortar os já reduzidos budgets de publicidade;
- o mundo da “galáxia internet”, com as suas redes sociais, plataformas, jogos e “fake news”;
- os jovens cada vez leem menos e têm menor capacidade de concentração;

E várias outras. Porque as há.

Falta, todavia, diagnosticarmos o que está mal conosco: e o que está mal é que os jornalistas, por várias razões, normalmente não fazem o seu trabalho com alma. Não imprimem nele as suas emoções. As escolas têm produzido gerações de jornalistas que são “sérios” e maçadores nos seus trabalhos e, porém, muitas vezes incrivelmente interessantes na sua vida social online — não se trata da sua vida privada, mas sim da sua vida pública (mas não profissional).

Rápida abordagem de alguns “remédios” para atacar o problema:

- contrariar a tendência de “normalização” do jornalismo e dos jornalistas;
- maior preocupação com o ângulo a utilizar;
- personificação maior das histórias que contamos;
- permitir que as emoções possam entrar em jogo;

E SOBRETUDO EXERCER A LIBERDADE QUE TEM DE CARACTERIZAR O BOM JORNALISMO

### **“E se falássemos das nossas responsabilidades?”, por Paulo Martins**

A margem de decisão “é sempre suficientemente ampla para que se possa falar em responsabilidade individual do jornalista”, escrevia Mário Mesquita há 20 anos, na sua mais marcante obra, “O quarto equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea”. Se ainda andasse por aí, estou certo de que me acompanharia nas interrogações que formulo. São dez perguntas a que devemos dar resposta, se queremos mesmo assumir a nossa responsabilidade enquanto jornalistas. E se damos valor à independência e à autonomia, condições para satisfazermos o direito dos cidadãos à informação.

Por que aceitamos ordens ilegais ou antiéticas provenientes da hierarquia empresarial?

A Diana Andringa recomenda um antídoto geralmente eficaz para travar abusos de diretores e quejandos: “Passa essa ordem a escrito”. Bem se sabe que a responsabilidade judicial é de quem assina uma peça, mas a proteção reforça-se quanto alguém acima, na hierarquia, se atravessa. E o mais provável é que, perante o desafio, encolha as unhas.

Se a ordem vem de outras bandas, invoque-se o artigo 12.º do Estatuto: “Os jornalistas podem recusar quaisquer ordens ou instruções de serviço com incidência em matéria editorial emanadas de pessoa que não exerça cargo de direção ou chefia na área da informação”. Esta norma também se aplica a conselhos de administração.

A responsabilidade social é um valor de quem jornalista e empresa estão investidos, mas o significado não é o mesmo. No caso do jornalista, como princípio ético basilar, opera-se perante o público, não perante a empresa ou a hierarquia.

De que margem de manobra dispomos quando executamos tarefas previstas em contratos de órgãos de comunicação com entidades externas?

Contratos que tudo definem, desde abordagens jornalísticas a temas e convidados para eventos, empurram o jornalista para a condição de refém. Sabe ao que vai? Tem consciência do condicionamento prévio, até de escolha de fontes? Onde fica a sua autonomia e independência? Exige-se coragem para não aceitar tais contratos, tanto como para encetar um combate firme ao papel comercial exercido por algumas direções editoriais, que acarinham negociatas mascaradas de Jornalismo, quando não se envolvem diretamente nelas.

Como lidamos com viagens a convite, para realizar reportagens?

Se não conseguimos determinar a nossa margem de manobra, recusemos ser marionetas. A revelação pública da entidade que convida é um elemento de exercício de transparência, mas o que temos mesmo de defender é a nossa credibilidade, património inestimável.

Qual deve ser o nosso papel no combate à desinformação?

Jornalistas que deixam passar mentiras proferidas pelas fontes são cúmplices de desinformação. O nosso dever primeiro é transmitir a verdade. A liberdade de expressão não pode ter costas largas, muito menos para alimentar os discursos de ódio que a extrema-direita difunde.

O que ganhamos em conceder o anonimato às fontes por dá cá aquela palha?

A ocultação da identidade generaliza-se. No campo do Jornalismo de Política, tornou-se moda permitir que se atire a pedra e esconda a mão. Violar a norma ética que obriga a identificar quem emite uma opinião é oferecer cama quente a políticos cobardolas. E é dar um golpe na própria reputação, porque o jornalista é percebido como porta-voz deste setor ou daquela entidade.

Siga-se o código do El País, versão de 2021, que determina a revelação das razões para a confidencialidade, circunscreve a aceitação de um pedido de não identificação a “motivo grave” – que deve ser explicitado – e deixa um conselho: “Na prática habitual, o redator deve fugir de fontes anónimas e citar o nome das que falaram com ele”. Simples!

Vale a pena sermos escravos de métricas, visualizações, palavras-chave?

Não permitamos que os algoritmos sejam o aferidor da qualidade do nosso trabalho. Não sejamos agentes de informação fast food. Não nos deixemos contagiar pelo entretenimento. Não nos rendamos ao capitalismo informacional sem rei nem roque, neste e noutros aspetos.

Para quê promover as redes sociais digitais ao estatuto de fontes, sem escrutínio, nem contraditório?

A vulnerabilidade à informação disseminada nas redes, sobretudo no acompanhamento de eventos em continuidade, é cada vez mais evidente. Quando o tempo de avaliação se reduz e privilegiamos a rapidez de transmissão, secundarizando o rigor, a porta abre-se. A vergonhosas violações da privacidade de cidadãos que o tempo não repara. À manipulação. À desinformação. Ao sensacionalismo.

Por que olhamos para a realidade pelos olhos de outros?

É preciso resistir às abordagens dominantes de acontecimentos, que contribuem para formatar um mundo a preto e branco, onde a emergência de interpretações alternativas é condenada. Não abdiquemos de contar o mundo pelos nossos óculos. O mesmo se diga em relação ao país, que tantas vezes vemos à distância, a partir de Lisboa ou do Porto, com preconceitos e ideias feitas. Recoloquemos no centro do nosso trabalho o dever de dar voz a quem não tem voz. Já Chico Buarque lamentava: “A dor da gente não sai no jornal”.

Por que não nos empenhamos mais na revelação dos nossos métodos de trabalho, dos constrangimentos que enfrentamos e, já agora, das nossas legítimas opções políticas, partidárias ou clubísticas?

Não devemos reecar o escrutínio público. É através dele que reforçamos a confiança que os cidadãos depositam em nós, num sistema mediático cacofónico e fragmentado, em que o Jornalismo compete com outras formas de comunicação.

Por que, finalmente, não recuperamos a matriz coletiva do exercício profissional, criando terreno para o debate e a troca de ideias, a benefício do cidadão e da descoberta de respostas às perplexidades que enunciarei?

Não estou certo de que ainda se discutam opções editoriais nas redações. Não estou certo de que algumas não tenham sido convertidas em “fábricas de notícias”, em que a quantidade derrota a qualidade. Ousemos reabilitar os conselhos de redação. A propósito: há por aí boas notícias neste particular.

### **“O Jornalismo e a valorização da Democracia”, por João Figueira**

Há mais de um século Joseph Pulitzer afirmava que a imprensa e a democracia avançarão a par ou caem juntas. Hoje, colocados diante de quadros políticos e económicos onde a incerteza agravada pela polarização ideológica torna mais densas e complexas as sociedades contemporâneas, ganham força as narrativas da crise jornalística e das fragilidades da democracia. Ao

mesmo tempo, emergem sinais de alerta, proclamando *urbi et orbi* que sem um jornalismo forte e livre o estado democrático claudica e esmorece. O que significa que a causa do jornalismo e da democracia é comum.

O velho princípio de vasos comunicantes anunciado por Pulitzer nos primeiros anos do século passado parece, assim, manter-se atual, no sentido em que continuamos a considerar que a boa saúde das duas entidades — jornalismo e democracia depende do papel responsável que cada uma assume e desempenha publicamente, com efeitos e repercussões recíprocas.

O problema é que a existência de democracia, por si só, não produz nem providência, bom jornalismo. Evidentemente que nada nem ninguém melhor que ela proporciona as condições necessárias às práticas jornalísticas ideais. Liberdade e diversidade de expressão e de opinião constituem, sumariamente falando, pilares essenciais da vivência e do espaço informativo. Este, justamente por se autodefinir como espaço aberto aos outros e à diferença, acaba por ser um território permeável aos que o aproveitam como instrumento de corrosão do edifício democrático. O qual também corre o risco de se tornar mais pobre, quando o espaço mediático olha, escuta e dá voz quase sempre aos mesmos protagonistas e às mesmas opiniões e visões de mundo.

Daí que discutir as relações próximas, diria internas, entre jornalismo e democracia, além de ser uma questão que é da maior acuidade e pertinência, ela impõe-se-nos pela força de uma realidade em permanente estado de invasão mediática. Embora devêssemos juntar à equação, quando falamos de pluralismo e diversidade, a ideia de que estas noções, levadas ao limite, implicam a deslocalização e descentralização dos chamados lugares simbólicos do poder e de onde se fala.

Sempre que assim for, a democracia serve, na realidade, os melhores propósitos do jornalismo e este retribui essa liberdade, expandindo-a, no plano noticioso, através do exercício de uma pluralidade e diversidade sociológica, económica, cultural e também ideológica. Porque o objetivo do trabalho é informar bem, aclarar o que é confuso, iluminar a opacidade dos factos

aparentes e eliminar o folclore superficial de um qualquer gato erigido à categoria de personagem mediática.

Estas minhas palavras, como se percebe, têm subjacente a ideia de que se o jornalismo e a democracia caminham de mãos dadas, isso significa que têm interesses, valores e princípios em comum. Nesta perspetiva, a tal corrente comum de interesses e valores joga a favor de ambos; isto é, se o estado democrático confere à Informação honras de um direito constitucionalmente protegido por a considerar um bem estratégico e de primeira necessidade, então ela, Informação, possui o dever ético de atuar socialmente na defesa dessa Democracia.

O que significa que o jornalismo não é um ator social desinteressado, na medida em que ao estar do lado dos valores culturais (e não só) que inspiram os princípios matriciais da sua ação e cuja validade e relevância o estado democrático consigna no seu texto constitucional, leva a que se posicione contra as ideias e a visão de mundo e de sociedade que se opõem a esse justo equilíbrio civilizacional. Se assim não for, cai por terra o argumento de que sem a presença de um jornalismo forte e independente, a democracia fica mais frágil. Na verdade, esta apenas fica mais forte quando as práticas jornalísticas contribuem para a sua consolidação, cientes do avanço civilizacional que ela representa no quadro histórico dos sistemas políticos.

Abreviando razões e argumentos, é preciso ter presente que o exercício do jornalismo ocorre dentro de contextos precisos, onde a conflitualidade de interesses e objetivos quase sempre se evidencia, mas onde, em última instância, não obstante a sedutora narrativa populista sempre tão apelativa e amiga das audiências, é imperioso estar atento para que esse ator social chamado informação jornalística não perca de vista a ideia de que o seu papel é contribuir para o enriquecimento da democracia. Nunca, seja a que pretexto for, para a sua degradação.

Já utilizei, em outras ocasiões, a noção de que o jornalismo deve ser um democrata radical, na perspetiva de que é no rigoroso cumprimento da sua missão e no respeito escrupuloso pelos seus valores éticos e regras deonto-

lógicas que ele se realiza como entidade autónoma e desejavelmente livre nas sociedades democráticas. Por outras palavras, é no sentido mais nobre da sua permanente dignificação profissional, que o jornalista se prestigia a si e ao seu trabalho, vincando com isso a relevância social do papel que desempenha e o respetivo contributo para o tal fortalecimento da democracia.

É sabido que os tempos estão difíceis, com as redações exauridas e com a cultura dominante da informação feita à pressa a condicionar o resultado final. Daí o risco acrescido de ao populismo político se juntar o populismo mediático, sabendo-se que ambos funcionam com o mesmo combustível.

Mais uma razão para se desejar a prática de um jornalismo que, para estar em consonância com a democracia que defende, deve clara e frontalmente assumir a parcialidade da sua posição. Há que decidir, pois, se o jornalismo deve atuar no processo de valorização da democracia, respeitando-se a si próprio, ou se, eufórico com o seu próprio espetáculo, deve participar na erosão de ambas.

### **“Os jornalistas mentem?”, por Orlando César**

Coloquei, durante uma década, a pergunta: “Os jornalistas mentem?” Fi-lo a estudantes da unidade curricular de Ética e Deontologia Profissional<sup>1</sup>. Não era uma pergunta de retórica nem sequer uma provocação.

Era uma pergunta para encetar conversa sobre o estado deontológico do campo jornalístico, sobre a dicotomia entre mentira e verdade e sobre outros polos dialécticos que esclarecem o raciocínio. Era uma pergunta que se abria a muitas interrogações sobre o agir jornalístico, a conduta dos seus profissionais, as certezas e incertezas que os acompanham e a forma como lidam com a problemática e os seus actores.

1. 3º ano da Licenciatura em Comunicação Social da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Setúbal.

Levava-lhes, além da teoria e códigos de conduta, a bagagem da minha experiência jornalística e do exercício de funções no Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. Iniciei a carreira profissional em 1972, num semanário da imprensa regional, o Notícias da Amadora. Num tempo em que a qualidade de jornalista não era reconhecida aos profissionais desses meios. Num tempo em que a classe profissional não dispunha em Portugal de um código deontológico seu. Num tempo em que não havia liberdade e em que a Censura e a PIDE condicionavam e castigavam jornalistas e meios que ousavam confrontar a ditadura.

A circunstância não obstava a que jornalistas se regessem por princípios éticos e deontológicos. Aos mais velhos e resistentes, juntou-se uma nova geração, chegada à profissão na segunda metade da década de 60 do século passado. Conheciam os deveres da profissão, tinham formação política e estavam informados. Mas também comprometidos em exercer o direito de informar os leitores.

Trabalhei e aprendi com alguns deles e convivi com outros no Bairro Alto, nas deslocações às suas redacções, quando ia à censura levar ou levantar provas. A redacção do Notícias da Amadora era reduzida, mas contava com a colaboração de outros jornalistas da imprensa diária de Lisboa. O semanário proporcionava-lhes o acesso a um meio onde não havia restrições internas ao que se escrevia. Autonomia que não era concedida nas suas redacções.

Trabalhei ou convivi com muitos desses jornalistas, o que constituiu o início de uma aprendizagem para demarcar o que substantivamente importava à profissão e reflectir sobre outros fenómenos marcantes para uma opção de vida. Como a honestidade ou o rigor interpretativo, bem como a inserção do acontecido no seu contexto. Também era fundamental observar e ter lastro de experiências próprias e alheias, que contribuíssem para enformar a memória social e política.

Traduzia um andamento para destrinçar as culturas em que se organizam os modelos que dão diversidade ao jornalismo, assim como a ideologia pro-

fissional que os norteia e distingue. O Notícias da Amadora era um jornal de causas, sendo a primeira delas confrontar a ditadura fascista e, consequentemente, contribuir para a mudança social. A informação produzida era, em si mesmo, um facto social. O que motivava a acutilância feroz da Censura e PIDE. Uma vigilância constante exercida sobre o jornal, redacção, colaboradores, fontes e leitores activos. Ao visar os textos do semanário, os censores justificavam o corte por se tratarem de «leitores especiais»<sup>2</sup>.

O papel desempenhado pelo jornal foi considerado por Paquete de Oliveira em 1973 como um caso notável «da imprensa “de resistência”<sup>3</sup>. Em 1988, o sociólogo também qualificou o Notícias da Amadora, entre outras publicações, como imprensa «de oposição»<sup>4</sup>. Meios que um ministro de Caetano qualificou como de «informação alternativa [que] tiveram um papel decisivo no desgaste do regime»<sup>5</sup>.

A linha editorial do Notícias da Amadora enquanto imprensa alternativa foi assumida em 1963 por Orlando Gonçalves. Radicava na ideologia editorial e em princípios ético-deontológicos que postulavam a informação como um direito humano, na linha do que preconizava a UNESCO. O jornal assumia-se como isento, mas não neutro. A objectividade não era tida como condição do sujeito. Constituía a circunstância que remetia para o objecto, os factos e a metodologia utilizada.

A resposta à pergunta inicial tem de ser concisa. Antes do 25 de Abril de 1974 como hoje, há jornalistas que mentem. Uns mentem inconscientemente ou por negligência, alguns mentem por convicção e outros há que mentem a pedido. A mentira apresenta-se sob muitas capas, desde a omissão à ausência

2. Orlando César, “*O agir jornalístico face à censura: O caso do Notícias da Amadora*”. Tese Doutoramento, ISCTE-IUL, 2012, p. 194.

3. Estudo é abordado em J. M. Paquete de Oliveira, “*Imprensa, meios de comunicação social de um Povo?*”, Roma, 1973. Relatório-tese de licenciatura, apresentado na Universidade Gregoriana.

4. Retoma estudo, como contexto comparativo (Cap. V), em J. M. Paquete de Oliveira, *Formas de «Censura Oculta» na Imprensa Escrita em Portugal no Pós-25 de Abril (1974-1987)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE, 1988, p.188.

5. Paquete de Oliveira, obra mencionada, p. 189, citou o ministro Moreira Batista, *Discursos*, Lisboa, SNI, 1968.

de verificação, desde a criação de uma realidade ilusória à discriminação de actores sociais.

A organização dos media transformou-se a diversos níveis, nas últimas décadas, com impacto nas redacções e no seu funcionamento. Daí que seja ainda mais importante defender o jornalismo na sua função primordial, enquanto bem público que deve contribuir para o desenvolvimento de um pensamento crítico. A causa do jornalismo é o progresso e a democracia.

Por ser relativa a várias pessoas e dizer respeito a testemunhos e acontecimentos, a verdade de facto, como dizia a filósofa Hannah Arendt, «é política por natureza»<sup>6</sup> e deve ser exacta. A mudança por melhores condições de exercício profissional e por um jornalismo de qualidade requer acção jornalística colectiva, defesa da deontologia nas redacções, como a Constituição consagra, e nunca abdicar da responsabilidade social perante os leitores.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **“Pela anonimização de quem comete crimes ou é deles vítima”, por Nuno Viegas**

Em novembro passei uma tarde no Estabelecimento Prisional do Porto, a falar com reclusos sobre jornalismo e liberdade de expressão. Apostaram lá que a taxa de reincarceramento de quem estava preso em Custódias era de 6 em cada 10.

Apontaram várias causas. Lá dentro, não há ferramentas nem método para reinserir ou ressocializar quem comete um crime. Cá fora faltam estruturas e gente para apoiar quem sai. Antes sequer da prisão, falta um combate sério às desigualdades, exclusão e dependências.

Venho falar-vos da parte que nos cabe deste número. Não ajuda, disseram-me, unânimes, serem queimados pela comunicação social, verem durante

6. Hannah Arendt, *Verdade e Política*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1995, p.24.

semanas - meses se o caso for chocante o suficiente - o seu nome, a sua cara, a rua onde moram, os sítios onde trabalharam, expostos nas capas de jornais, nas ondas de rádio e nos ecrãs de televisão. “Queimados” é a palavra deles para estes momentos em que calha um jornalista chegar àquele crime e as redações tornarem um evento pessoal, um evento comunitário, numa questão nacional

Há três anos que investigo o sistema prisional. Os reclusos com que falo descrevem um estigma que os persegue toda a vida. Um, que por vergonha pediu para falar sem dar o nome, disse que que dias depois de terminar a sua pena andava na rua e sentia que toda a gente o olhava, que toda a gente sabia que ele tinha saído da prisão. Outras pessoas que estiveram presas contam como pesquisam os seus nomes, ou os reconhecem da televisão, e recusam dar-lhes emprego, arrendar casa. Explicam como esta exposição encurta ainda mais as hipóteses de regressar à vida em liberdade, ajuda a confirmar sentimentos de abandono, de exclusão, a certeza de que não valem nada nem nada vale a pena, e os empurra (de mão dada com a pobreza) a cometer novos crimes, e a voltar para a prisão.

E é aí que nós pegamos no caso de novo, e noticiamos a sua reincidência. Fazemo-lo sabendo que potenciamos os crimes que buscam a notoriedade, que potenciamos o mimetismo. Que excluímos, muitas vezes, qualquer hipótese de nuance. E minamos as bases do nosso sistema penal, tornando uma condenação judicial uma pena mediática perpétua. Eu já o fiz demasiadas vezes.

Não tem de ser assim. Dou um só exemplo. Na Alemanha os guias deontológicos mandatam a anonimização das pessoas que cometem crimes. “No interesse da ressocialização”, estou a citar, “a publicação do nome e de fotografias das pessoas acusadas é, por regra, omitida.” Escrevem que “num estado baseado na legalidade democrática, o objetivo do jornalismo de justiça não pode ser punir socialmente os criminosos condenados.”

Começo por falar de quem comete crimes, pois creio ser a ideia mais desconfortável. Mas gostava de olhar com igual importância as vítimas. O

nosso Código Deontológico já nos proíbe duas coisas: identificar as vítimas de crimes sexuais e identificar menores vítimas de qualquer crime.

E no entanto, legalmente publicamos as fotos de crianças mortas às mãos dos pais. A Comissão da Carteira Profissional do Jornalista defende, estou a citar, que “a reserva da intimidade [de uma menor] fica, infelizmente, prejudicada pelo seu falecimento”. Pois parece-me que a Comissão entende de forma fundamentalmente errada quer os direitos de personalidade, que não se esgotam com a morte, quer o princípio deontológico que instituímos. Diz a Comissão que ao morrer uma criança, volto a citar, “a gravidade do caso e o sentimento coletivo de repúdio e estupefação que o mesmo provocou permitem considerar existir um incontestável interesse público na clarificação de toda a situação.” E esse interesse público parece exigir que se saiba o nome e se veja a cara dos envolvidos.

Pois volto aos guias deontológicos alemães. Cito: “ao noticiar acidentes, crimes, investigações e julgamentos, os média não devem normalmente publicar palavras ou imagens que permitam identificar as vítimas ou os perpetradores.” E explicam “o direito do público a saber deve ser equilibrado com os direitos pessoais dos envolvidos. A necessidade de sensacionalismo, não pode justificar por si o direito a ser informado.” Só mais uma frase: “não é, por regra, necessário identificar a vítima para o público compreender melhor um crime ou acidente.”

Que efeito social tem a exploração destas imagens, que se algo potencia é apenas o ódio? É necessária a humanização das vítimas, dir-me-ão. Concordo. Mas que direito temos nós, jornalistas, de para sempre reduzir os mortos ao crime que os levou? Não creio que saia prejudicado o nosso trabalho, que seja menos humano, se tratarmos uma mulher morta pelo marido por um pseudónimo, se não quiserem os seus filhos ver o nome da mãe numa capa de jornal.

Diz o nosso código deontológico: “O jornalista deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor”. Porque escrevemos isto?

Portanto proponho, para aprovação por voto do V Congresso:

Que por regra não divulguemos informação que permita identificar quem comete crimes ou é deles vítima.

Que seja permitida a identificação de quem comete crimes quando a própria pessoa escolha falar aos média; quando se trate de uma pessoa em fuga às autoridades, mas apenas a informação necessária à sua captura, nomeadamente nome, fotografia e paradeiro; quando o crime esteja ligado ao exercício de funções públicas, ou coloque em causa a capacidade de as desempenhar por titular ou candidato a cargo público; ou quando se trate de figura pública cujo crime contrarie a imagem que procura transmitir.

Que seja permitida a identificação de vítimas de crimes quando a própria pessoa escolha falar aos média; quando em caso de morte, torne a família públicas as circunstâncias da morte; ou quando seja precisa à procura de pessoas desaparecidas, mas apenas a informação necessária à sua busca, nomeadamente nome, fotografia e paradeiro.

Que se incumba o Sindicato dos Jornalistas de introduzir estas posições no Código Deontológico dos Jornalistas, e garantir o seu referendo.

Que se defenda a introdução destas posições no Estatuto do Jornalista.

E que se indique à Comissão da Carteira Profissional do Jornalista que apenas as exceções aqui elencadas constituem o “incontestável interesse público” já necessário pelo Estatuto do Jornalista para justificar a violação da reserva da intimidade.

Obrigado.

Esta comunicação também foi transformada em moção, tendo sido aprovada.

## **“Por um registo de interesses público de jornalistas”, por Nuno Viegas**

Todos devemos estar conscientes da necessidade de assumir e publicitar os nossos conflitos de interesses. Termos como regra indicar as ligações pessoais às histórias que cobrimos, revelar os interesses que mantemos, e explicar as nossas subjetividades, promove a confiança no trabalho jornalístico. É consistente com a cultura de transparência que exigimos a quem nos cabe escrutinar.

Mas não há, para o público, um local onde se possa consultar os registos de interesses de jornalistas. Falta uma base de dados onde possa eu explicar, caso vá fazer jornalismo local, que a minha prima Barbara é presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, eleita pelo Partido Socialista. Ou, antes de noticiar como José Neves lida com os despedimentos na Farfetch, explicar que já eu, noutros tempos, antes de ter carteira, fui pago pela Fundação José Neves para editar áudio.

Assumirmos esses cruzamentos não é aceitar um clima de desconfiança permanente. Não é assumir que estamos vendidos aos nossos gostos pessoais, ou que somos movidos por quem já nos pagou salário, ou deixou de o pagar. Promover a literacia mediática é também dar ao público as ferramentas para conhecer quem publica notícias, e ver - pela sua abertura - que não há sombras por cima das redações.

Portanto proponho, para aprovação por voto do V Congresso:

Que se indique à Comissão da Carteira Profissional do Jornalista o desejo de criar junto desta um registo de interesses centralizado, em que cada jornalista possa inscrever voluntariamente a informação sobre as suas ligações laborais, familiares, políticas e associativas que considerar relevantes.

E que se incentive agora o início de um debate sobre a futura existência de um registo de interesses de preenchimento obrigatório para a atribuição e renovação da Carteira Profissional de Jornalista.

Obrigado.

## **“Por uma cidadania mediática – Em defesa de um projeto de Conselho de Imprensa”, por Carlos Camponez**

O motivo desta intervenção visa recolocar à discussão a possibilidade de criação de um organismo de correção do jornalismo e dos *media* em Portugal, a exemplo do que aconteceu com o extinto Conselho de Imprensa, que funcionou entre 1975 e 1990. A defesa da ideia de que existe uma ligação intrínseca entre o Jornalismo e a democracia implica também que os jornalistas incluam nas suas práticas de regulação entidades públicas ou privadas, organizações sociais e cidadãos civicamente empenhados com a qualidade da informação e da opinião pública.

A regulação do jornalismo em Portugal encontra-se espartilhada entre a Entidade de Regulação da Comunicação Social (ERC), a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) e o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas. Esta situação explica a atual sobreposição de papéis, de funções e de pareceres, com que nos confrontamos na atualidade. Para além disso, este sistema não colmata alguns vazios nem responde cabalmente aos novos desafios que se colocam a estes organismos, tão-pouco às ameaças que resultam de uma sociedade civil tendente a considerar, no atual sistema mediático, o jornalismo como uma questão dos *media* e dos jornalistas.

Um conselho de imprensa, tal como o entendemos, é a instituição de correção capaz de ultrapassar os impasses resultantes da tutela da ERC sobre o jornalismo, dos condicionalismos legais que pendem sobre uma maior intervenção pública da CCPJ e dos limites organizacionais e de representação do Conselho Deontológico. Para além disso, é o mecanismo capaz de ultrapassar problemas identificados desde, pelo menos, o 2º Congresso dos Jornalistas, em 1986, ligados à questão das competências do Conselho Deontológico e da criação de uma entidade pública do tipo ordem de jornalistas.

Independentemente da estrutura que se venha a adotar na sua constituição, urge integrar no sistema de autorregulação do jornalismo representantes da sociedade civil organizada, a exemplo do que tem sido a prática europeia.

Em 2020, o Conselho de Deontologia Jornalística e da Mediação, em França, identificou 29 conselhos de imprensa, na Europa, dos quais 19 pertenciam à União Europeia. No final do ano passado, uma iniciativa liderada pelos conselhos de imprensa finlandês e belga de língua neerlandesa lançou um projeto com o apoio da União Europeia para a criação de novos conselhos de imprensa em países onde estas estruturas ainda não existem, pelo que se espera que este número venha a aumentar nos próximos anos.

Joaquim Fidalgo, em Portugal, Hugo Aznar, em Espanha, Claude-Jean Bertrand, nos Estados Unidos, Daniel Cornu, na Suíça, consideraram os conselhos de imprensa como uma das formas mais completas e estimulantes para alcançar os objetivos da autorregulação dos jornalistas. Entre esses objetivos contam-se: dar expressão à defesa dos direitos do público; dar visibilidade pública às normas deontológicas; proteger o jornalismo do poder dos interesses económicos, dos grupos sociais de interesse organizado e das iniciativas reguladoras do poder político; evitar as derivas excessivas dos media; desempenhar um papel de árbitro entre o público e os meios de comunicação; interpretar as normas profissionais; e impor o respeito por esses preceitos. A estes objetivos, acrescentaria eu, contribuir para uma cidadania mediática, promovendo a participação dos cidadãos nos princípios, nos problemas e na discussão acerca de uma informação pública de qualidade.

Um dos óbices que durante muito tempo se levantou aos conselhos de imprensa tinha a ver com o facto de eles contrariarem o princípio deontológico, consagrado na Carta de Munique e no Código da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) segundo o qual, em matérias de honra profissional, os jornalistas deviam aceitar apenas a jurisdição dos seus pares. Sintomaticamente, em 2019, procedeu-se à revisão do código da FIJ, onde passou a constar: “(...) o/a jornalista apenas aceitará, em matéria de honra profissional, a jurisdição de instâncias de autorregulação independentes, abertas ao público, excluindo toda a intrusão governamental ou outra”.

No âmbito da investigação de doutoramento que realizei sobre a autorregulação dos jornalistas, entrevistei antigos presidentes do conselho deontológico

e todos eles foram unânimes quanto à importância do Conselho de Imprensa que vigorou em Portugal. Nessas entrevistas, Maria Antónia Palla considerou que os jornalistas davam mais importância ao Conselho de Imprensa do que ao Conselho Deontológico devido à repercussão pública das suas deliberações. Salientando também este aspeto, Óscar Mascarenhas acrescentou a importância de estarmos perante um organismo onde os jornalistas podiam fazer ouvir a sua voz, sem, no entanto, terem capacidade de se imporem aos outros membros, tal como, de resto, acontecia com todas as partes representadas. Ribeiro Cardoso afirmava mesmo que, comparativamente com o Conselho de Imprensa, «o Conselho Deontológico [do Sindicato dos Jornalistas, na altura] era uma coisa caseira». Daniel Reis, reticente a um sistema apenas restringido à autorregulação do jornalismo, defendia o Conselho de Imprensa devido à possibilidade de nele participarem representantes do público. E justificava: “exigir-se que as notícias obedeam a critérios de significado deontológico, para não ir mais longe, não é em benefício nem dos jornalistas nem dos patrões: é em benefício do público”.

### **“Que jornalismo é este?”, por Sofia Branco**

A situação dramática que ameaça e ataca o Jornalismo é séria e perigosa. Reconhecendo isso, é preciso também olhar para dentro, para o Jornalismo que andamos a fazer e a oferecer. Não porque a culpa seja nossa, mas porque também temos responsabilidade no estado a que chegámos. Na convicção de que a autorregulação é fundamental e de que o Jornalismo, para escrutinar, tem de se escrutinar também.

Os jornalistas vivem uma contradição entre a missão de “funcionário da humanidade” (termo emprestado de José Luís Garcia) e a situação real de assalariado e não raras vezes precário, o que condiciona a sua independência e a sua autonomia.

O jornalismo proletarizou-se e precarizou-se.

E, como se isso não bastasse, também se descoletivizou e se desuniu, sindicalizando-se apenas em tempos de crise e abstendo-se do debate público – porque os jornalistas não são notícia, não é? – e mesmo da função de informar sobre a comunicação social em Portugal – onde andam as páginas de média de outros tempos, que cobertura e investigação temos feito, e com que profundidade, do que se passa no setor e, em concreto, dos protestos dos trabalhadores que o suportam?

Ao mesmo tempo, o jornalismo perdeu valor social e os jornalistas perderam o monopólio da verdade. Deixaram de ser os intermediários e mediadores em quem se confiava cegamente, os únicos com acesso às fontes.

O espaço comunicacional democratizou-se, com os cidadãos a fazerem dele uso direto.

Os jornalistas ainda não se adaptaram a esta já não tão nova realidade: ou continuam a viver na ilusão da sua importância, presos numa torre de marfim, ou criaram uma dependência excessiva dos caprichos de um público que, na verdade, ninguém conhece muito bem, ao sabor de redes sociais controladas por plataformas multinacionais que ‘abutram’ o trabalho dos jornalistas e muitas vezes o deturpam. Perante isto, o que andamos a oferecer? Servimos a repetição e a imitação, correndo atrás dos mesmos e gritando que ‘a ou b já estão a dar’ ou que ‘os outros ainda estão em direto, por isso fica e enche chouriços, mesmo que não tenhas nada a acrescentar’;

Deixamo-nos dominar pelo direto, tão fácil e tão barato que dá milhões, mas exclui a mediação, fundamental sempre, mas mais ainda em tempos de extremismos e manipulação;

Servimos de correia de transmissão e caixa-de-ressonância para gente mal preparada e mal-intencionada, para comentários sem fundamento, que ocupam horas e horas do precioso tempo disponível para a informação, sem a qual não há sociedade esclarecida, dando de mão beijada espaço que é de interesse público a gente que o usa para cavalgar carreiras políticas e económicas – com interesses particulares, portanto;

Reduzimos o contraditório a citar o ‘a’ e depois o ‘b’ e depois o ‘c’, lavando as mãos como Pilatos para não ir ao fundo do que dizem ‘a’ e ‘b’ e ‘c’;

Apoiamo-nos em aspas para reproduzir discurso de ódio – racista, misógeno, homofóbico e discriminatório –, em vez de refletir sobre as balizas que a ética admite para tratar diferente o que é diferente – porque o jornalismo não pode servir para humilhar e desumanizar pessoas;

Abdicamos cada vez mais do poder de escolher abordagens e de selecionar com diversidade as pessoas a quem damos voz.

E a quem damos voz? Peço emprestados uns versos à Cátia Mazari Oliveira (mais conhecida como A Garota Não):

*A preta não entra  
A baixa não  
entra A velha  
não entra A torta  
não entra*

O Jornalismo pode – e deve – procurar outras fontes, para não se poder cantar “quanto talento gasto em vão”.

É preciso descolonizar o Jornalismo. As redações continuam, em larga medida, a serem sítios de gente branca, deixando de fora toda uma paleta de olhares que enriqueceriam as narrativas da atualidade. E as fontes são ainda muito unicolores, não representando a diversidade da sociedade portuguesa.

E não venham com a desculpa de que não há, porque há, quer jornalistas, quer fontes, uns remetidos para os guetos dos canais temáticos e das antenas específicas e as outras chamadas a comentar o racismo e apenas o racismo. E se poucos e poucas houvesse, então teríamos de ir mais além e perguntar porquê, porque esse é o papel do jornalismo.

A igualdade entre mulheres e homens também tem tardado a chegar ao Jornalismo. Evidentemente que tem havido evolução, mal seria. Mas, ainda

que hoje haja paridade no exercício (excluindo os cargos de chefia e liderança, evidentemente), estamos muito longe de conceder às mulheres o mesmo estatuto de sujeitos de notícia ou de fontes de informação. A desigualdade não é uma impressão, há números científicos que o comprovam – a ação é que tarda.

Por fim, e podendo parecer contraditório, o Jornalismo nunca esteve tão perto do poder como hoje. É importante recuperar o conceito de poder – seja o quarto poder, seja o contrapoder ou o poder somente –, essencial para se perceber onde é que o Jornalismo se situa hoje.

Generalizando (o que é sempre abusivo), como podemos retratar uma sociedade de forma equilibrada, plural e diversa, quando nos movemos nos mesmos circuitos e convivemos dentro das mesmas bolhas de quem está no poder?

Houve uma aproximação ao poder e o jornalismo foi engolido por ele. Hoje, o jornalismo é poder, do ponto de vista de quem o dirige, claro, e não do trabalhador assalariado. E quem o dirige, já sabemos, não quer saber do Jornalismo propriamente.

O jornalismo distanciou-se dos cidadãos, cada vez mais descrentes e desconfiados da informação, e não está a fazer os esforços suficientes para ir ao seu encontro.

É absolutamente fundamental separar o trigo do joio, algo que os jornalistas muitas vezes se abstêm de fazer, capturados por uma torcida visão da camaradagem. Isso passa por apontar o dedo a quem viola o Código Deontológico, com isso prejudicando a credibilidade de toda uma classe cuja reputação se joga nessas linhas éticas. Em Portugal, há muito bom trigo, o problema é que também há joio e esse tem de começar a ser separado. Sem tabus.

Como vai ser, camaradas? É este o jornalismo que queremos?

## **“Serviço público de jornalismo”, por Isabel Venceslau**

O meu nome é Isabel Venceslau e sou jornalista desde 1999. Trabalho no serviço público de televisão, na RTP, há vinte e um anos.

Há onze acumulo a função de jornalista com a função de coordenadora de informação.

Participo neste Congresso com o objetivo de defender um novo modelo para um serviço público de jornalismo. Não para um serviço público de ‘media’ ou serviço público de rádio e televisão, mas para um serviço público de jornalismo.

A RTP é definida como uma empresa pública que é concessionada pelo Estado a sucessivos Conselhos de Administração, e o contrato com o Estado deve ser revisto a cada quatro anos. A última revisão aconteceu em 2015. Em junho do ano passado, uma equipa da Universidade do Minho convidada pelo Ministério da Cultura apresentou de forma gratuita um ‘Livro Branco’ com sugestões para o próximo contrato de concessão. O ‘Livro Branco’ propõe que o serviço público de rádio e televisão seja redefinido como serviço público de ‘media’, para acomodar a dimensão definida como digital.

Eu venho a este Congresso propor que a RTP seja redefinida como a instituição pública que defende um dos direitos que, como jornalista e como cidadã, defino como fundamental, o direito à informação. Tal como os hospitais públicos defendem o direito dos cidadãos à saúde, tal como as escolas públicas defendem o direito dos cidadãos à educação, também a RTP cumpre uma missão, a de defender o direito dos cidadãos à informação através do exercício do jornalismo. Acredito que uma boa forma de celebrar os cinquenta anos da democracia é ponderar e debater a possibilidade de a RTP ser juridicamente reclassificada como a instituição pública que assegura o serviço público de jornalismo.

Todos nós, enquanto contribuintes, financiamos a RTP, e todos nós, enquanto cidadãos, consumimos o resultado desse financiamento. Somos todos parte interessada, e venho aqui dizer-vos que é chegado o momento de as-

sumirmos a dupla responsabilidade de quem contribui e de quem consome para exigirmos um serviço público de jornalismo onde existam as melhores condições para a existência das melhores práticas.

Porque a RTP é a minha entidade empregadora acredito que a minha responsabilidade é tripla, e venho por isso tentar provocar o debate. Avanço três perguntas que podem servir como ponto de partida para a troca de ideias:

- qual a percentagem do orçamento da RTP que deve ser atribuída à área da informação
- e qual a percentagem que deve ser atribuída à área do entretenimento?
- deve ou não o jornalismo ser definido e assumido como a primeira vocação da RTP?
- devem ou não os detentores de carteira profissional de jornalista ao serviço da RTP preencher, tal como fazem outros servidores públicos, uma declaração de interesses?

O ‘Livro Branco’ enumera cinco “grandes desafios” para a RTP e a “transformação digital” aparece em primeiro lugar. Eu defendo que essa transformação começou na última década do milénio anterior e foi concluída há quase uma década. O que falta fazer é importante e é urgente, mas já não cabe na definição de “transformação digital”. Está por definir qual é a melhor arrumação possível para os conteúdos, isto é, debater quanto do que produzimos deve ser disponibilizado de forma linear e quanto deve ser disponibilizado de forma não-linear. Está por otimizar o acesso ao streaming que leva a RTP a qualquer ponto do planeta. E ainda não existe uma estratégia clara para garantir que as ferramentas de inteligência artificial possam servir o exercício do jornalismo e não sejam levadas a servirem-se do exercício do jornalismo. Proponho que a RTP possa desafiar outras instituições públicas de comunicação, não apenas europeias, para a construção de uma plataforma pedagógica que tenha como objetivo ensinar o algoritmo sobre o que é jornalismo.

O segundo desafio está descrito da seguinte forma: “formular uma estratégia de desenvolvimento que explicita prioridades de forma transparente, que promova a coerência e a integração das múltiplas partes que concorrem para a oferta global do SPM, devendo tudo ser perceptível interna e externamente”. Não me apetece discordar nem concordar. Prefiro acrescentar que um serviço público de jornalismo, com uma tabela salarial transparente e servidores disponíveis para serem escrutinados, permitiria reforçar a confiança dos cidadãos em todas as instituições públicas. Em terceiro lugar aparece o desafio que está na base desta comunicação: “atribuir centralidade ao jornalismo”. No texto original lê-se “à informação e ao jornalismo”, mas eu escolho editar porque a primeira é a matéria do segundo. A proposta que trago a este Congresso pretende dar resposta a esse desafio.

Os restantes desafios são assegurar a “diversidade de conteúdos” e “servir os cidadãos”. Aceito que ninguém consiga ser bom juiz em causa própria e mesmo assim atrevo-me a afirmar perante este Congresso que a RTP tem globalmente dado resposta a esses dois desafios. E atrevo-me a sonhar perante vós com um serviço público de jornalismo que não perca tempo a considerar percentagens que decorrem da leitura de mil e cem ‘audímetros’ nem perca tempo a considerar as escolhas dos órgãos de comunicação social que dependem das receitas da publicidade.

Os meios de comunicação ditos tradicionais, RTP incluída, têm vindo a adotar os modelos de captação da atenção e de promoção da interatividade que estão na base do modelo de negócio das redes sociais digitais, e o fenómeno estende-se infelizmente também à área da informação. Dar à RTP uma personalidade jurídica que a equipare às demais instituições públicas que também defendem direitos fundamentais dos cidadãos é um primeiro passo para assegurar que o livre exercício do jornalismo tem sempre uma morada privilegiada.

Venho a este Congresso pedir-vos que considerem a possibilidade. Obrigada pela Vossa atenção.

## **“A lente com que vemos o ‘outro’”, por João Rosário**

Recentemente vi-me numa posição que me colocou uma perspetiva singular que, acredito, outro jornalista nascido em Portugal, com ascendentes portugueses brancos, não iria encontrar. Como membro da Direção do Sindicato dos Jornalistas, coube-me entregar um prémio a um jornalista nascido no Brasil. E o sítio onde isso aconteceu foi no município mais africano de Portugal, a Amadora.

Essa singularidade faz-me pensar sobre como a história de Portugal é ensinada nas escolas desde cedo sob a mesma lupa ideológica inventada no Estado Novo, no séc. XX, e herdeira do declínio do império registado no séc. XIX.

Conta-se às crianças nas salas de aula em modo de giesta gloriosa, a abertura a novos mundos, a novos povos, a um novo paradigma para o comércio marítimo, as invenções extraordinárias e os feitos de homens também extraordinários, fossem reis, navegadores ou exploradores.

Somos todos conscientes de que se conta uma parte da história: aquela que dominou. Os dominados ainda apenas personagens secundárias do que é apresentado como cinco séculos de glória.

O que têm estas evidências a ver com o jornalismo? Estamos aqui preocupados – legitimamente – com os baixos salários, a precariedade, um mercado que encolhe, com cada vez menos oportunidades para novos e para aqueles que já cá andam há anos na profissão. Todos procuramos saídas e soluções para melhorar as suas vidas e serem felizes no trabalho que escolheram ou que lhes calhou em sorte.

Na família e na escola, nos nossos anos de infância, juntamo-nos à nossa base coletiva, cultural, que nos define como uma nação, um povo com uma identidade.

Essa construção é ainda hoje, em parte, resultado de uma ideologia que tem como uma das suas criações mais duradouras o lusotropicalismo. Debaixo dessa criação projetou-se a ideia do bom colonialista. E essa ideia perdurou apesar de se celebrar este ano os 50 anos sobre o fim do regime colonial.

Nunca ter havido o reconhecimento neste país de que o colonialismo dos portugueses foi tão brutal e segregador como o de outros países europeus fez crescer o mito de que este povo não foi e não é racista.

E é neste ponto que, parece-me, nós jornalistas temos de olhar para o modo como concebemos a identidade “portuguesa”, como mentalmente imaginamos um ou uma portuguesa, individualmente ou em família, como achamos que são as casas onde os portugueses vivem.

Este é o tipo de pensamento pré-conceito que exclui e separa.

Assisto nas histórias que contamos que na representação do que é ser português/sa não cabem os ciganos, os afrodescendentes, os asiodescendentes os descendentes de outras origens de migração. São retratados como imigrantes, confundindo a sua experiência de portugueses com a experiência dos seus ascendentes.

Não só as suas estórias são isoladas do que é concedido como “vivência portuguesa” como são colocadas em áreas percecionadas pela generalidade da população que consome informação como de marginalidade ou insegurança. Esta classificação perpetua mitos, desumaniza comunidades e justifica que sejamos testemunhas complacentes durante o exercício da profissão, com atos violentos – por exemplo dos agentes das forças de segurança, ou o discurso de ódio – sobre pessoas que não consideramos portugueses.

O mesmo processo de isolamento da comunidade idealizada faz-me pensar que é por isso que não há especialistas, comentadores ou analistas nos órgãos de comunicação que representem a diversidade que o país acomoda atualmente. E isso é uma perda para todos nós.

Num encontro de jornalistas com a importância que tem este Congresso acredito que faz sentido trazer estas reflexões, que não serão certamente apenas minhas, e partilhá-las com mais camaradas para que as nossas estórias sejam sobre pessoas de facto e não sobre representações construídas a partir de uma ideologia do passado que não reconhece a riqueza que o país ganhou, pelo menos desde há 50 anos.

## **“Por um caminho coletivo para fora do abismo”, por Tiago Dias**

Somos hoje 5.321 jornalistas, menos 325 do que há 10 anos; metade de nós apresenta sinais elevados de esgotamento; quase dois terços já admitiram deixar a profissão; há 10 anos o maior diário impresso tinha uma circulação maior do que têm hoje – impressos – os quatro diários generalistas nacionais somados ao principal semanário (dados da APCT para os terceiros trimestres de 2013 e de 2023).

Os diagnósticos estão feitos: a transição para o digital abriu comportas que ainda se estão a tentar fechar, as redes sociais tomaram uma fatia grande do que era o negócio, apropriando-se do trabalho jornalístico sem o pagamento devido, a precariedade laboral aprofundou-se, o crescimento das agências de comunicação avassalador, contribuindo para o esbater da fronteira entre o nosso trabalho e o comercial. Face a isto, como sair daqui?

O escritor russo Fiódor Dostoiévski escreveu que “todos somos responsáveis por todos e eu mais que os outros”. Este pensamento deve nortear as nossas ações, agora e no futuro.

O caminho deve ser tomado em conjunto e um congresso é o melhor sítio que temos para o fazer, visto que não existem espaços de partilha e discussão fora dele. Que se saúde a sua realização e que ele regresse num futuro muito próximo, sob o risco de se realizar sobre um ainda maior monte de cinza.

Para começar, temos de exigir uma maior responsabilização do coletivo pelo coletivo e de uma autorregulação que o seja de facto. Para sermos exigentes com os poderes que queremos fiscalizar temos de ser exigentes a começar pela nossa casa. O espeto de pau partiu-se na casa do ferreiro e não dá mais.

Não podemos continuar a viver num cenário com reguladores dispersos que acabam por fazer aquilo que acontece quando as competências são assim espalhadas: (pouco ou) nada, apesar dos milhões de euros orçamentados a cada ano que passa, incluindo os nossos 70 euros bienais. Temos de exigir mais e melhor. Não apenas dos reguladores, mas uns dos outros. Temos de lutar com unhas e dentes pela nossa credibilidade.

Temos de saber dizer não. Não às “declarações sem direito a perguntas”. Não ao material sem filtro vindo de qualquer instituição. Não às portas giratórias entre jornalistas e assessorias para de novo regressarem a ser jornalistas com carteira e assim por diante. Não ao esbater das fronteiras entre o comercial e o editorial para mais confundir o público.

Temos de ir além das palavras e parar para pensar no que significa quando dizemos que somos um dos pilares da democracia. O trabalho diário que fazemos deve ter em mente o seu papel no panorama maior que é o regime político português e a noção de que a liberdade não é eterna e que há forças que a querem limitar, agora que já se desfez a ilusão de que Portugal vivia uma qualquer exceção de sonho.

Temos de exigir mais do legislador e reivindicar que aja em vez de encher a boca de declarações vazias sobre a importância do jornalismo que, à primeira oportunidade, rasgará, dizendo algo como, por exemplo: “É preciso refletir sobre esse assunto”. Que tome medidas concretas.

Que se implementem medidas de incentivo às assinaturas ou aos donativos diretos às empresas jornalísticas. Que se permita que a consignação do IRS também se aplique aos meios jornalísticos. Já. Não daqui a 10 anos. Daqui a 10 anos não vai sobrar quase nada.

O Governo introduziu no Orçamento do Estado uma verba para o cheque-livro, prometido há anos. Por que não um cheque-jornal, que permita a quem o utilize assinar um meio de comunicação social à sua escolha?

Temos de exigir a participação nas tomadas de decisão que afetam a gestão financeira das redações. A Lei da Imprensa prevê que os conselhos de redação se pronunciem sobre “todos os setores da vida e da orgânica da publicação que se relacionem com o exercício da atividade dos jornalistas, em conformidade com o respetivo estatuto e código deontológico”. Que se faça cumprir e que as redações sejam participantes ativas nas decisões que determinam o seu futuro.

Apenas 1 em cada 10 portugueses paga por notícias em meios digitais, um dos valores mais baixos dos avaliados no Digital News Report. Em simultâneo, Portugal é o terceiro país – em 46 – onde mais se confia no jornalismo que se lê, vê e ouve. Temos de tirar fazer por merecer essa confiança e dar razões aos públicos para contarem connosco.

## **2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS JORNALISTAS – BALANÇO DO PAINEL**

Os resultados preliminares do estudo “Precariedade no jornalismo”, em desenvolvimento pela Rede Interuniversitária de Estudos sobre Jornalistas, foram apresentados na Sessão 2, sobre condições de trabalho, por Alexandra Figueira, da Universidade Lusófona do Porto. Baseada em entrevistas, a pesquisa revela sintomas de fragilidade também manifestados por congressistas e convidados. Desde logo, na mesa-redonda seguinte, intitulada “O melhor ofício do mundo, o pior emprego do mundo”.

Ideia transversal ao congresso, a paixão pela profissão ficou bem patente neste momento. A paixão justifica uma dedicação sem limites e a aceitação de enormes sacrifícios, más condições de trabalho, horários longos, salários baixos e vínculos laborais precários. Inês Linhares Dias, que trabalhou à peça, obrigada a produzir cerca de 40 por mês para atingir o plafond anual, revelou que nesse período não tinha direito a férias e sentia um peso enorme quando gozava folgas, pelo facto de ter de compensar, posteriormente, o tempo de inatividade. Ainda assim, sente o “privilégio de exercer a profissão sem dar em doida”. Era esse, por ocasião do congresso, o perigo que corriam os jornalistas do grupo Global Media, privados de salário há 50 dias, alguns dos quais se pronunciaram, perante os pares, sobre a situação. Filipe Santa-Bárbara, membro da Comissão de Trabalhadores (CT) da TSF, preconizou mesmo que do congresso saísse uma forte mensagem: os conselhos de redação têm de ser mais ativos e as CT mais fortes.

A crise, porém, não se circunscreve à Global Media – noutros órgãos, ocorrem problemas semelhantes. O fotojornalista João Miguel Rodrigues alertou para a perda de espaço da fotografia na imprensa, que constitui uma ameaça à própria sobrevivência do fotojornalismo. Do debate travado, emergiu um desafio: a necessidade de os jornalistas serem mais solidários e de se darem ao respeito, para serem respeitados.

“Jornalismo e saúde mental”: o tema, que em contexto de precariedade adquire maior pertinência, foi discutido num painel específico, em que pres-

taram o seu testemunho pessoal o ex-jornalista José Carlos Marques e o profissional no ativo João Porfírio, cabendo à psiquiatra Luísa Sales o enquadramento clínico da problemática. O painel proporcionou a reflexão sobre o facto de serem subestimados riscos de exaustão emocional, sofrimento ético e, até, trauma, por prevalecer a ideia de que o jornalista aguenta tudo. Foram lançados alertas para situações de sobrecarga suscetíveis de denunciar um mal instalado e conselhos de prevenção, como atentar ao cansaço, à dessensibilização e à ansiedade.

Paulo Martins

## **Introdução às comunicações:**

“Despedidos por um fundo sem bom fundo”

O triste espetáculo que o Global Media Group (GMG) nos forneceu durante o pouco tempo em que o grupo foi detido pelo World Media Fund foi, incontornavelmente, o tema que marcou as conversas nos painéis que se debruçaram sobre a precariedade.

Os relatos trazidos pelos trabalhadores dos jornais do GMG mostraram-nos a dura realidade de quem estava a enfrentar um despedimento coletivo de 150 a 200 pessoas. Salários em atraso, a incerteza sobre o que se passará no dia a seguir, a desilusão de quem exerce a sua profissão em prol da democracia e sente na pele a injustiça de proteger um bem público – o jornalismo – à custa de baixos salários, os efeitos nefastos que isso tem na saúde mental dos jornalistas, as ruturas familiares que isso acarreta.

Criticou-se o mercado, força externa que, cada vez mais, se torna um impedimento ao exercício desta profissão, e que se tem aproveitado da tantas vezes citada paixão que os jornalistas têm pelo seu ofício para os subjugar a ritmos desenfreados de trabalho e a políticas de baixos salários.

As intervenções sobre precariedade, por outro lado, também passaram pela desigualdade de género nas redações portuguesas. Embora haja cada vez mais mulheres na profissão, disse-se, este crescimento tem sido acompanhado por outra tendência: a precarização das condições de trabalho e a queda dos salários. “As redações encaixam-se na tendência dos pink collar jobs: quando as mulheres são a maioria das pessoas que trabalham numa área, o salário tende a desvalorizar”, afirmaram.

Mas a luta continua. Até ao fim da rua e até ao fim do mundo.

## **“A paixão e a maior fraqueza”, por Rita Neves Costa**

Janeiro de 2017. Quarto Congresso dos Jornalistas. Estava a arrancar o meu percurso profissional como jornalista, já depois de realizar dois estágios curriculares. Naquele mês de 2017, durante os dias do congresso, escrevi um texto sobre jornalismo. Fui relê-lo, no final de 2023, e já não me revia naquela jovem de 22 anos. Muito embora as palavras fossem e sejam minhas. Confesso que o romantismo da profissão me iludiu, ainda me deixou levar por ele e havia (claro está) alguma ingenuidade à mistura. Em pouco mais seis anos de profissão, conheci a incerteza de trabalhar a recibos verdes, vi gente desiludida e desgastada com a profissão e, por consequência, a abandoná-la. Senti na pele a injustiça de preservar e proteger um bem público, o jornalismo, à custa de baixos salários, pagos a profissionais altamente qualificados. Muitos deles, jovens jornalistas, que não conseguem resistir na profissão, devido aos rendimentos tão pouco dignos para eles próprios e para a profissão. E nada disto faz parte do passado. Como se não bastasse o estado a que aqui chegamos, em 2023, participei na minha primeira greve e escondi o embaraço de me colocar em frente a câmaras para defender não só o meu posto de trabalho, como o dos meus colegas, para defender o JN, o jornalismo e acredito eu, a democracia. Aquele mesmo embaraço que, por vezes, nos martiriza e aprisiona, uma velha máxima de que os jornalistas não devem ser notícia. Durante dois dias de paralisação, o JN não saiu para as bancas e fê-lo para responder a um dos mais violentos ataques à redação e à profissão. Eu estive em protesto, no Porto, à porta do Conselho de Ministros. E sim, a greve foi (e bem) notícia, porque não podíamos mais ficar calados. Ao meu lado, em protesto, estiveram camaradas com mais anos de profissão do que eu tenho de vida e outros tantos, mobilizados, na linha da frente, com menos de cinco ou dez anos de profissão. Os mais jovens, os salários mínimos, os precários (porque a precariedade tem muitos rostos) e os que dedicaram quase toda uma vida ao JN. Estávamos (e estamos) juntos na luta pelo jornal que viverá para além de nós. 135 anos não se constroem do nada, nem se vergam perante interesses de quem não conhecemos o rosto. Não foram só naqueles dois dias que conhecemos a força das pessoas

que fazem, todos os dias, o JN. A menos de um dia do Natal, conhecemos a força do jornalismo em Portugal, quando se gerou uma onda de solidariedade para apoiar os colaboradores, trabalhadores a recibos verdes, que ainda não tinha recebido o pagamento dos trabalhos feitos em outubro. Não há notícias sem jornalistas, não há democracia sem jornalismo. O que eu não sabia em janeiro de 2017, ou pelo menos não tinha a total consciência, é de que ser jornalista cola-se à nossa identidade. É uma forma de ver e a analisar o Mundo. É a nossa maior riqueza e, ao mesmo tempo, a nossa maior fraqueza. É, pelo menos, a minha.

**“Precária, mas essencial para a democracia”,  
por Luís Humberto Marcos e Ana Melro**

## **1. PANORAMA DO SETOR**

Vive-se hoje o estado mais crítico da profissão de jornalista das últimas décadas.

Passado o período da COVID-19, em que a profissão foi um sustentáculo especial, assiste-se a uma crise grave no setor.

Um estudo da ERC mostra mais prejuízos de 2021 para 2022 em alguns grupos. Em particular, a Global Media com dois milhões de euros acumulados desde 2014. Detentor do DN, JN, O Jogo, Açoriano Oriental e TSF, o grupo anunciou 200 despedimentos.

A empresa de A Bola (Vicra Desportiva) tem resultado negativo (270.000€) e quer despedir 100. No Público e no Observador, a situação agravou-se de 2021 para 2022. Melhor continua a COFINA (Correio da Manhã, CMTV, Record, Negócios, Flash e TV Guia) com um saldo positivo.

Estáveis: IMPRESA (SIC e Expresso), RTP, RR e Trust in News (Visão, Caras, Ativa e TV Mais).

O estudo releva a Media Capital (TVI e CNN) que lidera prejuízos nos últimos nove anos, com um déficit de 4,5 milhões (1º semestre 2023); e o grupo Bauer Media (rádios Comercial, M80, Cidade FM, Batida FM e Smooth FM que teve um lucro superior a 4,7 milhões de euros.

Apesar deste panorama, a evolução é positiva nas redações em termos académicos. Radiografia da CCPJ 2: mais de 75% dos jornalistas têm cursos superiores (com 61 doutores!); apenas 26 têm o Ensino Básico e 1282 o ‘Secundário’.

Embora a profissão continue a ser mais masculina (58%, homens), regista-se que, até aos 40 anos, é mais feminina. A situação inverte-se seguir.

Em termos de setor, a imprensa absorve mais jornalistas (2108), seguida da TV (961), Rádio (504), Multimédia (367) e Agências (285).

## **2. CONDIÇÕES EM 2050**

Esta comunicação baseia-se no estudo “Horizonte 2050”, com 96 jornalistas inquiridos a nível nacional.

Questionados sobre características do perfil do jornalista, os inquiridos valorizam cinco no presente: ética, rigor, competências de escrita, capacidade crítica e imparcialidade. Estas são também as mais indicadas no futuro, trocando “imparcialidade” por “competências de pesquisa”.

Sobre competências digitais, 84% consideram que elas são importantes no perfil do presente, subindo para 90% no futuro.

Em termos laborais, os jornalistas dizem estar mais satisfeitos com o trabalho em equipa (53%) e com as hierarquias (49%). Insatisfatória é a oferta de formação especializada (62%), a remuneração salarial (51%) e a oferta de espaços de lazer nas redações (45%). Para 92% o jornalista tem “uma profissão precária” e quase metade (49%) não acredita vir a ter “melhores condições de trabalho”.

Outros aspetos destacados: o jornalista precisa “de formação constante” (86%); tem “uma profissão em constante mutação” (85%); e sente-se

“pressionado para publicar imediatamente uma matéria por questões de concorrência” (82%). Sobre o futuro, mais de metade (51%) não tem opinião formada sobre se o jornalista “vai demonstrar mais credibilidade no que escreve/diz”. Concordam, todavia, que despenderão mais tempo na “produção de informação de qualidade” (43%) e na “verificação de informação” (51%).

Sobre o papel da Inteligência Artificial no futuro, há divergências: para 32%, o jornalista “terá o trabalho mais facilitado”; e para mais de metade (52%) “terá mais dificuldades de emprego”.

Sobre a valorização atual da profissão, a grande maioria (79%) discorda da importância atribuída pela sociedade e acredita numa melhoria futura. A quase totalidade (96%) acha que o jornalista tem “uma profissão essencial na manutenção da democracia”.

### **“Não há democracia – nem jornalismo – sem igualdade”, por Aline Flor e coletivo**

Somos um grupo de mulheres jornalistas atentas às desigualdades de gênero que sentimos na nossa atividade profissional e às que observamos na sociedade em geral. Hoje, 42% de jornalistas com carteira profissional são mulheres. Se olharmos apenas para as gerações mais jovens, até aos 40 anos, elas já constituem mais de metade da classe (56,3%).

A feminização do nosso setor é acompanhada por uma outra tendência: a precarização das condições de trabalho e a queda dos salários. As redações encaixam na tendência dos *pink collar jobs*: quando as mulheres são a maioria das pessoas que trabalham numa área, o salário tende a desvalorizar. Vários outros fatores contribuem para a erosão dos direitos laborais, mas é importante reconhecer que esta relação existe. Veja-se o exemplo da Agência Lusa, onde as mulheres recebem menos do que os homens em praticamente todos os patamares, seja por idade, antiguidade na instituição ou nível de formação, de acordo com o relatório de diagnóstico de remunerações publicado em 2019.

É urgente denunciar a desigualdade salarial nas nossas redações, mas também olhar para as suas causas. Acreditamos que esta disparidade não resulta, necessariamente, de uma decisão deliberada: já não ouvimos que “esta mulher que faz o mesmo que este homem, só por ser mulher, vai ganhar menos”. A desigualdade é, acima de tudo, semeada em decisões pontuais – quando é decidido o que se ganha à entrada, quando há oportunidade para um aumento, quando há lugar para uma promoção – que são tomadas sem olhar de forma estruturada para as disparidades que se vão construindo nas equipas.

Não havendo uma preocupação para olhar estruturalmente para as desigualdades dentro de uma redação, estas perpetuam-se. Os dados de um estudo do ISCTE em colaboração com o Sindicato de Jornalistas, que inquiriu mais de 1400 jornalistas em 2016, mostrou que “as mulheres têm mais educação, trabalham mais horas, são menos de metade em posições de chefia e liderança, são menos de metade nos salários acima dos 2000 euros, e estão menos satisfeitas com a profissão”. Entre diretores e diretoras dos principais órgãos de comunicação e agências do país, o teto de vidro é evidente: as mulheres nos cargos de direção contam-se pelos dedos de uma mão.

Outras questões quotidianas das nossas redações têm também que ser olhadas com uma perspetiva do género. Com o encolhimento das redações e o aumento da carga de trabalho e do ritmo de produção, a dificuldade de conciliação da vida profissional e pessoal afeta de forma desproporcional as mulheres, sobre quem ainda recaem tendencialmente mais responsabilidades domésticas e de cuidado. Episódios de assédio e violência de género em contexto laboral, dentro e fora das redações, ainda estão por desocultar. Dimensões como orientação sexual e identidade de género, idade, nacionalidade, pertença étnica ou origem social cruzam-se com as discriminações de género, resultando em redações pouco diversas e conteúdos noticiosos que continuam a não refletir a diversidade das nossas sociedades. Não há democracia sem igualdade, e também não haverá jornalismo sem que a igualdade esteja garantida.

Também o impacto da pandemia foi maior sobre as mulheres – incluindo, claro, mulheres jornalistas, como mostrou um inquérito feito pela Federação Internacional de Jornalistas (estão ainda por conhecer dados concretos sobre os efeitos da pandemia e potenciais disparidades de género sobre as mulheres jornalistas em Portugal). E as adversidades que as mulheres enfrentam habitualmente no mercado de trabalho tornam-se ainda mais drásticas e profundas em contextos especialmente precários como o que se regista na Global Media Group.

É preciso que este assunto esteja no topo da agenda não apenas das redações, mas também das entidades representativas e reguladoras, mais bem posicionadas para a recolha de dados e a tomada de posições políticas sobre as condições de trabalho das jornalistas portuguesas.

Propomos:

- a inclusão das dimensões de género em todas as matérias tratadas, garantindo que as mulheres jornalistas estão representadas de forma equilibrada nos grupos de trabalho e fóruns de debate sobre a profissão, que o conhecimento que existe sobre estas desigualdades é integrado nas discussões sem simplificações nem condescendência, e que a luta por igualdade seja não apenas uma causa de algumas, mas de todas as pessoas que exercem a profissão;
- a promoção da transparência salarial nas redações, tornando as disparidades mais visíveis e proporcionando um debate mais informado sobre as suas causas;
- a criação de um grupo de trabalho sobre igualdade de género na profissão, que faça uma recolha e desagregação de dados e o planeamento de ações concretas em matérias como a desigualdade salarial, o desequilíbrio de género nos cargos de chefia e decisão, a feminização da precariedade (em particular entre jovens jornalistas), o assédio e outras formas de violência sofridas em contexto laboral, a segregação

horizontal que condiciona oportunidades de homens e mulheres em determinadas secções e o impacto das crises nestas desigualdades;

- a organização de um evento público de apresentação dos dados recolhidos e questões analisadas pelo grupo de trabalho, que poderá ser uma conferência ou mesmo o tema de um eventual próximo congresso de jornalistas, e a divulgação dos mesmos juntos dos cursos de jornalismo;
- um debate sobre uma eventual adesão à Greve Feminista Internacional, no dia 8 de Março, uma iniciativa à qual jornalistas de países como Espanha também se juntaram para reivindicar mais igualdade.

Estaremos sempre disponíveis para participar nesses fóruns e apoiar as atividades que se entenda serem adequadas.

As subscritoras,

Aline Flor, Ana Bacelar Begonha, Ana Cristina Pereira, Carolina Amado, Catarina Ferreira, Karla Pequenino, Margarida David Cardoso, Mariana Duarte, Mariana Marques Tiago, Marta Leite Ferreira, Rafaela Burd Relvas, Renata Monteiro, Rita Salcedas, Sara de Melo Rocha, Sofia Branco, Teresa Abecasis, Vanessa Ribeiro Rodrigues e Vânia Maia

Esta comunicação também foi transformada em moção, tendo sido aprovada.

### **“Situação da GMG”, por Frederico Bártolo**

Boa tarde a todos, o meu nome é Frederico Bártolo, sou jornalista de O JOGO. Desde 2017 que estou nesta equipa, primeiro como colaborador, depois como elemento dos quadros a partir de 2020. Desde 2020 até aqui, só eu entrei nos quadros, com contrato sem termo, na redação de Lisboa. Os meus colegas viram uma mão cheia de despedimentos coletivos nos últimos 20 anos. Viram editores, revisores, fotojornalistas, editores de fotografia e gráficos saírem empurrados. Quando fomos informados de que um fundo passaria a governar o nosso quintal, olhámos para a cerca, sem nos preocuparmos

muito com o que se via da pequena frecha. Em novembro, quando nos foi comunicado um corte indefinido no nosso jornal ainda confiámos que, por milagre, um meteoro pudesse cair apenas no relvado ao lado. Utópico. Foi assim que nos acomodámos a mais uma tormenta: convencemo-nos de que ia passar. Até sabermos que estavam contratados 35 profissionais para um grupo que esse mesmo Conselho de Administração quer delapidar. Na sua maioria consultores e assessores. Até ficarmos condenados a duodécimos no subsídio de Natal e vermos o vencimento de novembro atrasar. Estava claro que pouco interessava ao quintal sobreviver se nada do que estiver ao lado resistir. A matemática mostrou-nos a objetividade da realidade: 150 a 200 despedimentos. Sabendo que o grupo pagou em 2020/21 7 milhões em indemnizações e que lamenta ter dívida anual entre 7 a 9 milhões fica claro de que não é com despedimentos que a empresa se vai levantar. A quinta organizou-se e agora não esperamos que nos caia a ração. Até porque em dezembro não caiu, atrasou, sem prazo de entrega.

Questionamos, com a história deste grupo, como se pode afirmar que estas publicações deviam estar “há muito fechadas”; insurgimo-nos com uma administração que tenta forçar direções a nomear pessoas, indiscriminadamente, para a linha de tiro. Enfurecemo-nos com uma entidade reguladora para a comunicação social que não consegue decifrar as motivações de um fundo sediado nas Bahamas, lamentamos que mantenhemos, jornalistas, um pejo em pedir ajuda estatal para salvar carreiras e vidas. Quando lutamos junto às federações pelo fair-play, pela diversidade e igualdade de género. Pela justiça, pelo mérito. Revoltamo-nos porque mesmo seguindo os códigos deontológicos, mesmo renovando a carteira profissional de dois em dois anos, mesmo enfrentando as pressões económicas e editoriais, somos animais domesticados de administradores que não têm de respeitar as regulamentações inerentes à função de guardião da notícia e, em suma, de protetor da democracia.

Porque a Global Media Group não é em si um produto, é sim cada jornal, com a história e identidade de quem o escreve. A TSF gravou momentos históricos do nosso país, o DN é o maior arquivo noticioso do país, o JN é o

bastião do jornalismo generalista vocacionado para o local e para as estórias do dia a dia. O JOGO, um símbolo de que o desporto e o pluralismo também contam. A Global Imagens, de guardador de memórias visuais de tanto que assistimos com incredulidade.

Vivemos cada dia destes últimos meses como se fosse o último. Indo ao parlamento, reunindo com a CGTP, organizando greves. Dando força a quem, do outro lado da vedação da nossa quintinha, nos perguntava se já sabia se os vencimentos tinham sido processados. Hoje, falamos pelos camaradas independentes que são fulcrais a uma produção diária e que, por abnegação, trabalharam semanas sem receber. Apenas por compaixão. Falamos pelos que abandonaram tristes, sozinhos, sem poder fazer a missão a que se candidatavam. Hoje falamos por todos os que ainda almejam ter um contrato coletivo de trabalho justo.

Amanhã não sei se sou um homem do jornal desportivo. Amanhã só quero ser jornalista e ajudar, no que puder, outros a quererem ser, eles mesmo, os historiadores da atualidade. Assim tem de ser até que a nossa quinta seja agrupada para evitar vendavais. Enquanto nos deixarem, amanhã é sempre dia de escrever mais uma jornada de luta.

### **“TSF e GMG”, por Ricardo Alexandre e coletivo**

Quando estiver a ser lida no Congresso, esta comunicação ao Congresso dos Jornalistas já terá sido revista uma e outra vez, desde logo porque podem os acionistas da nossa empresa não ter seguido a sugestão do SJ de demitir o CEO José Paulo Fafe e este pode muito bem ter continuado, a ritmo quase diário, a causar danos reputacionais (logo, também, financeiros) à TSF e a várias marcas do Global Media Group (GMG).

Em 3 meses, a rádio que mudou a Rádio em Portugal e dois jornais centenários que produziram sempre informação rigorosa, ajudando a consolidar a democracia, mais um diário desportivo e várias revistas, passaram a ser referência pelos piores motivos, com a entrada no capital do grupo Global

Media, como accionista maioritário, do World Opportunity Fund, sediado nas Bahamas, sobre o qual pouco se sabe e sobre o qual o CEO José Paulo Fafe recusa revelar identidades e prestar declarações ao próprio parlamento. Sabemos que o fundo de investimento World Opportunity detém 51% do capital social da Páginas Civilizadas, a qual controla, diretamente e indiretamente, 50,25% da Global Media e 22,35% da Lusa. E sabemos mais algumas coisas que serão certamente tratadas em sede própria, que não as Bahamas.

Recordamos: o GMG é um dos maiores grupos de Media a atuar em Portugal. Está presente nos setores da Imprensa, Rádio e no digital, possui pelo menos, 15 marcas de referência, como a TSF, o JN, o DN, o Jogo, o Dinheiro Vivo, o Delas, o Motor 24, a N-TV, a Evasões, a Volta ao Mundo, a Notícias Magazine, a Men's Health, a Women's Health e ainda, o Açoriano Oriental e o Diário de Notícias da Madeira.

Nos últimos cinco anos, saíram da rádio mais de trinta jornalistas, técnicos e animadores, saídas 'compensadas' com apenas cerca de uma dezena de novas entradas.

A estes títulos do grupo, os novos accionistas juntaram e criaram o site "É Brasil" e registaram-no como propriedade da GMG em setembro de 2023, sem que este tenha sido previamente anunciado e/ou apresentado a ninguém do grupo numa fase em que, a acreditar no discurso da administração, a empresa já estaria com dificuldades financeiras.

Ainda em setembro, o novo conselho de administração da GMG nomeou novas direções em redações como a TSF depois de ter exonerado a anterior, apesar do protesto unânime da redação e perante a Comissão Mista (constituída por representantes dos trabalhadores da rádio) o Conselho de Administração afirmou desconhecer propostas de aumentos salariais aprovadas pelo anterior conselho de administração do qual continua a fazer parte Marco Galinha.

A vontade de investir nos meios do grupo, manifestada aquando da entrada em funções do novo conselho de administração, durou pouco. Em menos de

3 meses, fazem-nos crer que auditorias (desconhecemos quem as fez e com que capacidade para o fazer, já que a opacidade é marca identitária desta administração do fundo que nos leva ao fundo) revelaram um buraco nas contas capaz de levar o grupo à falência.

Mas um dos accionistas, e presidente do Conselho de Administração, que continua a ser Marco Galinha, CEO do Grupo Bel, que em setembro previa, de acordo com o jornal Eco, “uma faturação de 660 milhões e um lucro de nove milhões no próximo ano”. Os responsáveis da empresa recusam, até à data de entrega desta comunicação, prestar contas, apesar dos insistentes pedidos da Comissão de Trabalhadores da TSF. Desde então, temos assistido a um chorrilho de desgraças traçadas pelo especialista em marketing político, que encabeça a comissão executiva da administração, o sr. José Paulo Fafe em diversos jornais, fora do grupo.

Camaradas,

Como sabem está em causa o desmantelamento de marcas de referência no sector da comunicação em Portugal. Marcas que dão lucro como o JN ou que quase estão nesse patamar como O Jogo, ou como a TSF, cujos resultados negativos directamente imputáveis ao exercício da sua actividade, não seriam de especial monta, num ano de guerra e do esforço financeiro que tal implicou.

Na GMG, está em perigo o futuro de 500 profissionais e suas respectivas famílias, porque não são apenas os 150 a 200 (que não sabemos quem serão) que sofrem com a ameaça de despedimento coletivo. Todos estamos a sofrer com a situação.

Os trabalhadores mobilizaram-se. Fizeram greve, manifestações, pediram audiências ao Governo, grupos parlamentares, foram ouvidos em comissões da Assembleia da República, mas o problema está longe de estar resolvido.

O fim destes meios de referência, marcas fortes do jornalismo em Portugal, é lamentável para os seus profissionais, mas também para um país que assiste a um verdadeiro atentado ao jornalismo livre e independente, no ano em que se comemora os cinquenta anos da Revolução que nos devolveu a Liberdade.

Não estamos sozinhos nesta luta. E estamos solidários com todos os trabalhadores e, em especial, com todos os jornalistas d'A Bola, acompanhamos também com preocupação o que se passa na Visão, por exemplo. E esperamos que as rescisões noutros meios onde estão a acontecer sejam efetivamente amigáveis.

É também urgente um plano de ação do estado no reforço da regulação, bem como na supervisão e aprovação de processos de compra e venda de órgãos de comunicação social, garantindo que a natureza dos seus detentores não possa pôr em causa a própria natureza da profissão. Todos sabemos que não há jornalismo livre e independente com profissionais precários, mal remunerados ou até, como nos aconteceu em dezembro, não remunerados.

Os jornalistas e trabalhadores da TSF pedem ao congresso que reconheça e aprove em moção a sair desta reunião magna, que, sem a TSF, o pluralismo e a democracia em Portugal estão ameaçados.

Na TSF ultrapassámos já a fase de alarme. Mas como diria um antigo camarada do Jornal de Notícias, um dos maiores das letras deste país, "Ainda não é o Fim nem o princípio do mundo, calma, é apenas um pouco tarde". Saudamos a memória de Manuel António Pina e vamos lá tratar de recompor isto antes que o tarde seja tarde demais.

A luta continua, jornalistas para a rua.

Não despedidos por um fundo sem bom fundo, mas sim para a rua para fazer reportagem.

Até ao fim da rua e até ao fim do mundo.



### **3 FORMAÇÃO, ACESSO À PROFISSÃO, LITERACIA E MEMÓRIA – BALANÇO DO PAINEL**

#### **Pensar o ensino do jornalismo entre a crise e a tecnologia**

A discussão em torno do ensino do jornalismo procurou visões transversais que passassem pela formação de repórteres, pelo futuro da formação e pelo acesso à profissão, tendo como pano de fundo as tecnologias de informação, em particular a Internet e redes sociais, e a crise do financiamento tradicional do jornalismo que tem contribuído para a redução drástica de jornalistas nas redações.

Estes dois aspetos acabaram por marcar as intervenções nos três painéis que juntou jornalistas e professores de jornalismo.

Numa altura em que o ecossistema mediático mudou radicalmente, o ensino do jornalismo, e em particular do repórter, corre o perigo de esquecer aqueles para quem o jornalismo é feito: o público. Olhar para a rua, para as pessoas e para os seus problemas e estar onde as coisas acontecem continua a ser uma das principais funções do jornalista, que deve ser transportada para os planos curriculares dos cursos de jornalismo.

O estímulo do pensamento crítico sobre a missão do jornalista na sociedade, as questões éticas e deontológicas e o papel da tecnologia na profissão, são outros aspetos que não devem ficar de fora do ensino da profissão em tempos de redes sociais e inteligência artificial.

Por isso, nos dias de hoje, pensar o futuro do ensino do jornalismo implica ter presente as mudanças na comunicação, no jornalismo, no ensino e nas práticas pedagógicas. É nesse contexto, que emergem questões relacionadas com o jornalismo no século XXI, equacionando o seu papel nas sociedades.

A formação de novos profissionais está intimamente relacionada com as questões do estágio e do acesso à profissão e, nesse sentido, é necessário olhar para as redações, hoje depauperadas de profissionais e que, por esse motivo,

muitas estão na prática, impedidas de acompanhar esses mesmos estagiários. Nesse sentido, importa questionar se o estágio deve continuar a ser a única via para entrar na profissão, ignorando, por exemplo, os muitos projetos de jornalismo laboratorial existentes nas universidades e politécnicos nos quais os futuros jornalistas começam por realizar os seus primeiros trabalhos.

Luís Bonixe

## **Introdução às comunicações:**

### **Memórias, Presente e Futuro**

Estas comunicações, mesmo tendo origens temáticas diferentes, orientam-se por um princípio comum: reconstruir o jornalismo, de olhos postos na possibilidade de um futuro, obriga-nos a buscar no passado as bases dessa reconstrução.

Como reconhece um dos nossos “mais velhos”, a geração que ele representa não fez tudo bem, nem pode ser apelidada de “campeã da liberdade”, da mesma forma que, os de agora, não podem ser considerados (todos) “gente acomodada”, mas o presente das “sinergias” que entrelaçam o “repórter Mcgyver” com “mercado, share e audiências” fez-nos bater no fundo. E, como reconhece outro autor, já não temos muitos Abel Pereira, o “eterno chefe de redação do Diário Popular”, que era uma Wikipedia antes do tempo. Por isso, o ponto em que nos encontramos recomenda-nos que recuperemos o exemplo dos velhos sábios que ajudaram a construir a liberdade.

Reconstruir o jornalismo, a partir dos valores edificados e respeitados no passado, tem de começar por algum lado. Um dos autores sugere-nos que o ponto de arranque sejam os estágios, propondo-nos uma reestruturação das políticas de integração dos neófitos, com quatro exigências: que os estagiários passem a assinar os trabalhos que fazem; que tenham direito a uma remuneração, mesmo que simbólica; que o processo de integração seja acompanhado; que deixem de preencher as lacunas de redações no osso.

É, igualmente, a pensar no futuro, no caso nos próximos 50 anos, que outro autor propõe a criação de um Instituto do Jornalismo. O mesmo autor que, no regresso às memórias do pós-revolução, identifica e caracteriza os momentos em que, afirma, o jornalismo se deixou aprisionar pelos dois maiores partidos, PS e PSD.

Este conjunto de comunicações encerra com a caracterização de outro dos pilares da reconstrução do nosso edifício: a defesa da principal matéria-prima do ofício - a língua portuguesa. Hoje, os órgãos de comunicação social jornalísticos, deixaram-se contaminar por “modismos, tiques de linguagem, importação de palavras inglesas e erros gramaticais”, imersos numa “deambulação pelo reino dos disparates”.

### **“Pela valorização do papel de estagiário nas nossas redações”, por Ruben Martins**

Com o degradar das condições de exercício da profissão, pode parecer desnecessário ou até supérfluo pensar nas precárias condições oferecidas a quem tenta iniciar-se no ofício de jornalismo. Mas não é.

É importante realizar um diagnóstico prévio: um estagiário assume cada vez mais a função de suprir lacunas que não deviam existir nas nossas redações. O período de aprendizagem acaba por ser altamente limitado, já que o acompanhamento que é dado aos profissionais nos primeiros anos de exercício tende a ser cada vez mais escasso e a pressão que lhes é colocada é altamente condicionante do seu rendimento.

Em redações que vivem em mínimos, uma política ativa de integração de novas gerações é cada vez menos comum, assim como a ausência de um acompanhamento que permita ao jovem jornalista ter um processo de aprendizagem mais proveitoso.

Há também redações que fomentam uma elevada rotatividade de estagiários sem a mínima intenção de os integrar como novos trabalhadores. A somar a esta realidade, há órgãos de comunicação social que têm por prática não deixar os estagiários assinar os seus trabalhos. A assinatura de um jornalista é uma marca de responsabilidade e um pilar essencial nesta profissão, para além do papel que tem nesta fase da carreira como comprovativo do trabalho realizado.

No final do período de estágio é também comum uma ausência de *feedback* dado ao estagiário sobre o seu trabalho e sobre perspectivas de futura integração na redação.

Feito o diagnóstico é importante olhar para o presente: os cursos que formam profissionais em Ciências da Comunicação têm cada vez menos interessados em seguir a carreira de jornalista. E até mesmo nas licenciaturas que têm jornalismo no nome, o sonho do jornalismo é cada vez mais distante. Estamos a caminhar para uma situação perigosa onde a renovação geracional pode estar em risco no médio e longo prazo, repetindo uma dinâmica já observada na carreira dos professores.

Pode parecer pouco credível tendo em conta o excesso de diplomados face à oferta existente, mas a realidade dos nossos Politécnicos e Universidade é a de um maior afastamento dos jovens face a esta profissão, desencantados com os baixos salários, poucas oportunidades, fraca progressão e cada vez menor crédito social atribuído aos jornalistas.

É importante valorizar a profissão e valorizar os profissionais de amanhã. Sem uma correta integração que permita a convivência e transmissão de conhecimento entre gerações, a memória e o futuro das nossas redações está mesmo em causa.

Como classe, devíamos juntos rejeitar quatro coisas:

- Que seja negado ao estagiário a possibilidade de assinar os seus trabalhos.
- Estágios sem qualquer tipo de remuneração (o subsídio de alimentação deverá ser sempre pago).
- Ausência de acompanhamento dos estagiários.
- Utilização continuada de estagiários para colmatar necessidades permanentes.

Temos muitos problemas como classe, mas garantir que não criamos uma geração de jovens jornalistas frustrados e desencantados com a profissão tem de ser um desígnio de todos. Sob pena do jornalismo se tornar numa profissão em risco de extinção.

### **“Maiores e vacinados”, por João Duarte Soares**

Falamos do Jornalismo quase sem dar conta que não há Jornalismo sem Jornalistas, habituados que estamos a olhar o mundo, a relatá-lo com factos, buscando explicações, oferecendo a cada momento o mundo tal como é, baseados nas regras da profissão e na ciência, esquecendo-nos de nós... do que fomos ou fizemos, do que nos fazem ou fizeram, das condições objetivas que nos cercam... do que nos exigem, com razão, os cidadãos, a sociedade, porque, sem Jornalismo, o mundo é um sítio obscuro, negro, inculto, caótico.

Será que o Jornalismo mudou ou será que o Jornalismo não tem quem cuide dele porque, afinal, os Jornalistas sempre têm recusado – ou nem sequer têm colocado a questão de cuidarem do Jornalismo, das suas regras e do conjunto de competências indispensáveis ao seu exercício?

Não há Jornalismo, sem Jornalistas, como não há Democracia sem Jornalismo isento e confiável.

A abordagem que fazemos brevemente é sobre o futuro, os próximos cinquenta anos que vamos construir com base no presente, no que temos, no que somos, no que nos propomos fazer em defesa do Jornalismo, da nossa Dignidade e Responsabilidade perante todos os que procuram factos, explicações, perspectivas e depositam no Jornalismo a confiança de que já fomos credores em maior escala. É esse o sentido da proposta que, autonomamente, colocamos à consideração do Congresso, propondo o estudo para a criação do Instituto do Jornalismo.

Olhemos para o sítio de onde vimos onde nascemos ou renascemos com o 25 de Abril de 74, pela mão de um punhado de Jornalistas honrados que en-

frentaram a ditadura, alguns presos... desde a primeira hora assegurando a transformação necessária e livre, num processo que honra o Jornalismo... depois a transição, com roturas e convulsões, espontâneas ou provocadas primeiro e, a partir de Março de 75, com nacionalizações de parte da imprensa escrita... numa espécie de “purificação necessária”, genericamente aceite pela sociedade.

A convulsão político-militar de 25 de Novembro desse mesmo ano, dá início à intervenção intencional, dolosa, musculada e determinada, do poder político (e económico) de controlo dos media em geral, com intromissões e ofensas ao Jornalismo, seu principal desígnio, permitindo ao PS e ao PSD apossar-se do seu controlo, com efeitos devastadores na qualidade dos produtos, dos profissionais, das suas organizações públicas ou privadas, numa continuada degradação que continua no tempo presente, sob outras vestes, sem proveito especial para as suas causas políticas.

Tomo como guião a minha própria vivência da TSF, logo ali nos primeiros dias de 1980, quando entre mim e o Emídio Rangel acertámos essa coisa vaga, sem meios nem nome ou morada mas potente na determinação, clara nos propósitos, profissional e irrepreensível nos processos... como manifestação de determinação e independência, por oposição aos continuados abusos dos poderes, ainda nascentes, neste caso o assalto do governo Sá Carneiro, aos media, às administrações, direções, redações com as suas hordas de comissários políticos, afastamento (ou submissão) de jornalistas... Depois saber esperar quase uma década, preparar novos caminhos.. conversa, muita conversa: “não há legislação, vamos aguardar pela Lei da Rádio”, repetem eles, sérios e impolutos às claras, corruptos e caceteiros na sombra: AD...AD...AD...PS/PSD... e, finalmente, PSD.

Dez governos em dez anos a que se seguirão dez anos de consolidação cavquista. Dez anos para Marques Mendes, naturalmente com Cavaco, mimetizar o papel histórico de tantos outros, desmantelando projetos – a TSF, por exemplo - privatizando rádios e jornais, promovendo concursos públicos martelados na rádio, televisão, jornais e, até, na tv cabo, com júris

por medida, legislação retorcida e manhosa, injetando comissários políticos nas redações, direções e administrações, afastando, condicionando jornalistas, assediando-os moralmente nas mais diferentes formas durante anos, reconfigurando os media, em geral e o Jornalismo, em particular, até hoje, com os efeitos e sequelas que podemos observar.

O relato na primeira pessoa do protagonista, seria um serviço à sociedade e ao Jornalismo, fornecendo as ferramentas necessárias para que todos possam entender o momento presente.

Cinquenta anos é uma boa idade para o Jornalismo e os Jornalistas assumirem a maioridade, mudando de vida, criando as condições que defendam a sua independência profissional, entregando à sociedade garantias de seriedade e confiança, através de mecanismo de autorregulação que permita aos Jornalistas enfrentar os próximos 50 anos com responsabilidade e confiança.

O Jornalismo não tem um problema porque as redes sociais... nem terá, já agora, um novo problema com a Inteligência Artificial (IA). *(Que fique claro: a IA é uma ferramenta potente ao serviço do jornalismo exigindo a sua operação o acompanhamento e validação de jornalistas em todas as suas etapas em que intervenha e não um seu substituto)* Não! Os Jornalistas têm um problema porque não tomam nas suas mãos a responsabilidade de garantir as condições, as regras que determinam a independência, autonomia, a ética, dignidade e seriedade do Jornalismo.

O Instituto do Jornalismo que proponho ao V Congresso – o próprio Sindicato dos Jornalistas tem poder de iniciativa para a sua criação - é essa plataforma de auto regulação em que os jornalistas assumem a responsabilidade perante todos e cada um... e todos perante a Democracia e a Sociedade, únicos destinatários do nosso trabalho... da gestão e defesa das regras essenciais do Jornalismo, do que nos é comum e, especialmente, do que nos diferencia, no escrupuloso respeito pelo conjunto de códigos e regras que a todos obriga.

É sobre o que fomos e o que somos que construiremos o que havemos de ser, prontos para os desafios que nos obrigam a dar um passo em frente nas

nossas responsabilidades, à vacina que nos protege, a nós e ao Jornalismo, para os novos 50 anos, agora à nossa frente.

**“Desabafos de um jornalista reformado, desencantado, mas não resignado”, por Martins Morim**

O 25 de Abril permitiu-nos alcançar conquistas importantes como a legislação que veio reconhecer a dignidade da profissão, consagrar o Estatuto do Jornalista e dotá-lo de mecanismos legais de protecção em todos os domínios, da independência editorial à remuneração digna. Ainda festejei algumas das conquistas da Revolução, mas, entre Outubro de 1975 e Outubro de 1984, vivi no estrangeiro. Quando regresssei, já havia estruturas representativas como conselhos de redação, delegados sindicais e comissões de trabalhadores, órgãos em funcionamento, respeitados, e com funções e poderes reconhecidos em lei. Também já se ganhava melhor e até já tínhamos carteira profissional. Não quero pintar um quadro idílico e muito menos cair num saudosismo bacoco, como se nós, os mais velhos, tivéssemos feito tudo bem; como se fôssemos os campeões da liberdade e do combate e os que se nos seguiram gente acomodada, sem preocupações éticas nem deontológicas, sem brio nem dignidade. Mas muita coisa mudou entretanto, com o fecho e/ou a agonia de vários jornais. Mesmo assim, a viragem dos anos 80 para os 90 foram, digamos, de vacas gordas, apesar do fecho de *O Diário* e de *A Capital*. Depois deles, nasceram o *Público* e canais privados de rádios e de televisões. Foram anos bons. Falo de negócios, condições de trabalho e salários, da respeitabilidade dos *media*. Mas sol de pouca dura. É triste a realidade de hoje.

Na viragem do século, tornavam-se já perceptíveis sinais inquietantes para a profissão. A sociedade estava em mudança e os poderes, político, económico... depressa se adaptaram à nova realidade. Ministros e executivos sabiam que precisavam de quem lhes passasse a mensagem e muitos têm sido – jornalistas incluídos – os que optaram pela assessoria. A importância das empresas de Comunicação cresceu tanto, que hoje se sobrepõem às de

Informação. Especializaram-se e muitas têm, até, mais profissionais do que as redacções dos poucos jornais que vão sobrevivendo.

E vieram os canais de informação contínua, que têm de ser alimentados durante 24 horas, neste país pequeno, de fraco mercado, ou fraco para o mercado. E com elas nasceram as «estrelas». Estamos na sociedade do espectáculo!, conceito de Guy Debour<sup>1</sup>, que conduz à «não intervenção» dos cidadãos e que, segundo ele, permite construir situações em que se pode aparecer sem réplica num registo de superficialidade instantânea. É onde estamos, A visibilidade, se não é, parece ser mais importante do que o conteúdo. Estamos numa sociedade que parece cada vez mais combater o cidadão empenhado e promover a apatia de qualquer pessoa, desinteressá-la da coisa pública, das vidas social e política, fazendo dela cordeiro de um rebanho teleguiado. Mas, como alerta Karl Popper<sup>2</sup>, em democracia não deve haver nenhum poder incontrolado e, como sempre dizia o antigo presidente do Conselho Deontológico do SJ, Óscar Mascarenhas, aparecer sem réplica é o contrário do debate e facilita o caminho da tirania.

Por vezes, tenho a sensação de que, para muitos, mais importante do que aprender a técnica da notícia é o domínio da tecnologia. Mais importante do que ir à rua descobrir coisas, procurar explicações, investigar, é saber procurá-las na Internet. Mais importante do que confirmar factos é publicá-los em primeiro lugar. Se estiverem errados, faz-se um desmentido a seguir, já me disseram. Ensinaam-me que um desmentido é pior do que falhar um *penalty*.

Graças a uma revolução tecnológica, pela primeira vez na história, os três elementos da comunicação passaram a poder viajar juntos: texto, som e imagem. E, claro, logo os detentores dos meios de difusão apressaram-se a comprar jornais, rádios, televisões. O tempo era de sinergias e havia que aproveitá-las! Mas não daquele jeito, sem respeito por regras e leis. Ainda esboçámos resistência, reivindicando remuneração pelos direitos de autor. Nós e muitos outros lá fora. Com experiências e resultados diferentes. Sem

1. Pensador e cineasta francês

2. Filósofo e professor austro-britânico

êxito, no caso português. Por nossa culpa, mas também de chefes e directores. Alguns até tinham sido dirigentes sindicais e activistas políticos.

Alguns donos dos meios de informação tinham começado a encarar o negócio na lógica da fábrica de salsichas. Mas nem todos vingaram. As telecom, por exemplo, apressaram-se a vender o que tinham comprado. Mas nada disso alterou a lógica de negócio, dito moderno, feito de sinergias... tantas que acabou por nascer o repórter McGyver, o jornalista-faz-tudo: uma notícia para o jornal, um apontamento para rádio, uma peça para a televisão. E tudo pelo mesmo... preço! Baixo salário e nada de protestos! A miséria salarial e a precariedade do emprego estão, aliás, bem expressas no Inquérito de 2015 feito pelo investigador João Miranda, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

Antes, tinha já chegado um tempo em que os pareceres dos conselhos de redação deixaram de ser vinculativos, em que convém não dizer que se é sindicalizado, não resmungar nem questionar ordens ou serviços. Horários de trabalho também não. E, se já tem subsídio de isenção de horário, que atrevimento! Como se isso representasse disponibilidade total, escravatura em alguns casos. Assim, sem mais... pelo salário mínimo ou pouco mais! Manda quem paga, dizem. Os tempos são de mercado, de tiragens, de *share* e de audiências. Que é isso de independência editorial?

A revolução tecnológica criou em muitos a ideia de que, com ela, o que vai de borla é a informação. Antigamente, era a publicidade que era vendida nos jornais, nas rádios e nas televisões. Mas está à vista de todos, sobretudo nos jornais, que a ideia de que a informação é grátis fracassou. Primeiro, com os gratuitos, depois com os ditos de referência, que também já não se importam de cobrir a primeira página com um anúncio.

Ouve-se dizer que o público sabe que a Informação é um elemento estruturante de qualquer democracia e que a independência editorial é um dos sinais de uma democracia adulta e saudável. Também se ouve dizer que o público sabe distinguir. O pior é quando não há muito por onde fazer distinções ou quando desconhece que o *Infotainment*, enquanto instrumento

de formatação das massas, é uma das causas do êxito dos populismos. E pior quando não percebe que os chamados *factos alternativos* não passam de mentiras repetidas até serem adquiridos como coisas verdadeiras. «Neste mundo», alerta Pablo Ortellano<sup>3</sup>, «já não é suficiente produzir uma boa campanha com cartazes, panfletos e spots na rádio e na TV — é preciso também manipular a nossa percepção do que pensam as pessoas ao nosso redor».

E é neste pé que estamos. Com uma informação doente, empresas com pouca saúde, maus ambientes de trabalho, jornalistas tentando impor-se segundo a lei do cotovelo, outros simplesmente resignados, redacções sem idade nem memória, uma classe muito marcada pelo individualismo e, por isso, pouco ou nada solidária, enfraquecida perante as adversidades e as ameaças. Por culpa nossa também. Só não vê quem não quer. Não podemos ficar de braços cruzados! Façamos com que este sindicato valha a pena!

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **“Abel Pereira (1925-1985) uma memória perdida talvez no Poço do Bispo”, por José do Carmo Francisco**

Sou um soldado raso do jornalismo. Nunca serei director de nenhum jornal mas essa situação ocorreu em 1963 em Vila Franca de Xira quando na Escola Comercial fui director do jornal de parede «Velas do Tejo». Eram feitos à mão os textos e os desenhos desse jornal que, na arte final, se colava a uma folha de cartolina. Tudo era efémero, tudo se perdeu nas emboscadas do esquecimento, a cartolina, os textos, os desenhos, a paixão, o título, os leitores no corredor entre as salas. É essa memória, são essas as memórias que eu quero invocar não para mim (que não sou ninguém) mas para Abel Pereira. Abel Trindade Pereira de seu nome completo, nascido em 22-3-1925 na cidade da Guarda, freguesia da Sé, eterno chefe de redacção do «Diário Popular» mesmo quando foi director de «O Ponto» e director-adjunto do «Diário Popular». Claro que a palavra eterno é relativa de modo absoluto

3. Professor do curso de Gestão Políticas Públicas na Universidade de São Paulo

e basta um olhar mais atento para os livros da casa onde passei férias no Verão de 2022 para perceber que a sua morte física em 8-1-1985 (tinha só 59 anos) foi replicada na página 212 do livro «Portugal Contemporâneo» organizado por António Reis para as Selecção do Readers Digest. Nessa página do terceiro volume Abel Pereira é referido como Abel Fonseca e passado o primeiro momento de repúdio pelo erro crasso que regista o nome (Abel) mas lhe atribui outro sobrenome (Fonseca) lembrei-me de uma hipótese. Se um assunto similar lhe passasse pela honrada banca de trabalho do jornal da Luz Soriano é possível que a sua bonomia avançasse com uma piada parecida com «Esta coisa vai acabar no Poço do Bispo». De facto, a sua sagacidade poderia tê-lo levado a perceber de imediato a ligação entre os nomes Abel Pereira (correcto) e Abel Fonseca (errado) pois tudo junto pode dar Abel Pereira da Fonseca que é o nome dos estabelecimentos de vinho e seus derivados que Fernando Pessoa frequentou quando o mesmo saía a meio da manhã da firma Moitinho de Almeida para praticar o seu «flagrante delitro». Mas é óbvio que isto não aconteceu em 1985 quando o Registo Civil regista a sua morte em 8 de Janeiro. Está a surgir no meu pensamento não como desculpa do erro tenebroso, mas como possível ou provável explicação para o desvio onomástico. Num outro registo lembro a bonomia de Abel Pereira quando aos sábados de manhã na Cooperativa dos Bancários ali ao Arco do Cego ele me convidava a interpretar os rótulos do peixe congelado. Outras vezes falávamos das frases feitas como por exemplo «Todas as horas nos ferem, a última mata-nos» ou «A única medida do amor é amar sem medida.». A primeira foi lida por Baptista-Bastos numa igreja das Ardenas, a segunda é de Santo Agostinho e está no livro «Consolação número três» de Santos Fernando, colaborador do «Diário Popular» com a crónica «Os grilos não cantam ao domingo». Abel Pereira sabia tudo, era uma Wikipédia antes do tempo. Hoje a Wikipédia nada diz sobre a sua trajectória de jornalista.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

## **“Combater a novilíngua, condição necessária para um jornalismo digno desse nome”, por Rui Cardoso**

Para um jornalista, a língua é uma das suas ferramentas de trabalho, porventura a mais importante. Ao trabalho jornalístico aplica-se a tese de Júlio César sobre as virtudes femininas: não basta ser sólido do ponto de vista das fontes, do rigor factual e do distanciamento – é preciso que o pareça, ou seja, que a linguagem seja rigorosa, formalmente correcta e, ao mesmo tempo, capaz de envolver o leitor.

Infelizmente assiste-se ao oposto, com empobrecimento do vocabulário e afunilamento dos modos de expressão. Os doentes nunca mais foram operados, passaram a ser “submetidos a cirurgias”. Os edifícios deixaram de desabar, as encostas de sofrer derrocadas ou as pontes de cair. Tudo “colapsa”. Adeus, limites ou exigências – o que não se pode passar são as “linhas vermelhas”. As propostas, políticas ou soluções, passaram a frequentar o ginásio ou tomar esteróides para se tornarem “robustas” (em vez de sólidas, eficazes, adequadas ou funcionais). Num universo lexical em que os apoios passaram a meros “suportes”, cessou o estudo, acompanhamento, medida, avaliação ou vigilância: “monitoriza-se...”

Passando do modismo ao erro gramatical crasso, transformam-se verbos comuns em reflexivos, como alastrar que, vá-se lá saber porquê se tornou reflexivo: o incêndio, o conflito ou a epidemia “alastram-se”. O que além do mais é um erro de lógica: um fogo não se alastra a si próprio... Também se pontapeia violentamente a gramática em matéria de verbos defectivos. Haver não tem plural: não se diz haverão ou haveriam. No presente do indicativo, falar, chover ou ladrar não têm a primeira nem a segunda pessoa, a não ser em contexto metafórico.

Com a agravante de, tal como na Lei de Gresham a má moeda tender a expulsar a boa moeda, o mau português tender a escorraçar o correito. Num caso que deu brado e tinha a ver com a distribuição, nas aldeias rodeadas por floresta, de golas supostamente resistentes ao fumo, alguém se lembrou de as classificar como “golas inflamáveis” e a expressão generalizou-se na

comunicação social. Quando chamei a atenção para a circunstância de o adjetivo “inflamável” designar substâncias que entram facilmente em combustão na presença de uma fonte de calor (como a gasolina, o álcool ou o papel), o que não era o caso daqueles tecidos (que quando muito não teriam tratamento ignífugo como os fatos dos bombeiros ou dos pilotos de automóveis) foi-me dito por um jovem proto editor que isso era uma chicese e que, além do mais, dava muito trabalho a alterar por causa dos links já consolidados nas notícias on-line...

Falta falar numa outra ameaça não menos perniciosa, a da influência do inglês aprendido à pressa. Em vez de se homenagearem pessoas ou instituições passou-se a “prestar tributo”. Os serviços de informações, espionagem ou contra-espionagem passaram a ser “de inteligência” (também os haverá de estupidez?). Para não falar nesse oximoro capaz de fazer Bento de Jesus Caraça, Rómulo de Carvalho ou Mariano Gago revolverem-se na tumba. Aquilo que é evidente, isto é, que entra pelos olhos dentro, não carece, por isso mesmo, de explicação científica. Em contrapartida, aquilo que é científico raramente é evidente, por recorrer a conceitos, matemáticos ou outros, com os quais o cidadão comum não está familiarizado. Daí a importância da divulgação científica. “Evidence” em inglês significa somente prova, seja esta do foro científico ou jurídico, e não qualquer outra coisa.

Da mesma forma que no inglês falado nos EUA a palavra “corporation” designa as empresas cotadas em bolsa. Logo, não há “políticas corporativas”, mas, quando muito, empresariais. Em português, corporações são as dos bombeiros, as dos artesãos da idade média (tecelões, ourives, correeiros, etc.) ou as instâncias de conciliação entre capital e trabalho criadas pelo Estado Novo. Tal como não se procede ao “empoderamento” de ninguém. “Empowerment” traduz-se por ter acesso a algum tipo de poder ou responsabilidade ou, mais simplesmente, por capacitação. A expressão coloquial “at the end of the day” tem como equivalente algo como “ao fim das contas”, “em última análise” ou algo similar.

E esta deambulação pelo reino do disparate não podia terminar sem uma referência às “armas de destruição maciça” (filhas bastardas de weapons of mass destruction). Maciço significa, apenas, o contrário de oco. Ao menos armas de destruição em massa... E que dizer de designar incidentes com armas de fogo, frequentes como se sabe nos EUA, por tiroteios? Tiroteio pressupõe uma troca de disparos entre dois indivíduos ou grupos. Resulta da confusão entre “shooting” (disparos) e “gunfight” (esse, sim, tiroteio).

Não se trata apenas de combater a novilíngua das “evidências” e dos “serviços de inteligência”. A escolha das palavras nunca é inocente. Os islamo-fascistas que em 2015 massacraram nas ruas de Paris ou degolaram inocentes em Mossul ou Sirte não pertenciam a nenhum “Estado Islâmico” porque, nem este reunia as condições internacionais mínimas para ser aceite como tal, nem a sua interpretação do islamismo era representativa, por ser primária, sanguinolenta e ultraminoritária. Por isso, boa parte dos media e dos profissionais preferiu o acrónimo árabe Daesh, para nós um mero vocábulo destituído de carga, ainda que em árabe tenha alguma conotação irónica.

Em 2017, uma das comunicações apresentadas ao IV Congresso dos Jornalistas criticava a utilização da palavra “colaborador” no noticiário económico, uma vez que, subliminarmente, diluía a relação entre empregador e empregado, reduzindo este último a uma espécie de ser descartável, tendencialmente destituído de direitos laborais e a caminho da precariedade. E nessa altura ainda pouco se falava de “uberitos”, motoristas de táxis das plataformas e demais proletariado da internet...

A novilíngua não é imposta por um tirano orwelliano, mas por aquilo a que Jorge Vaz de Carvalho chamou “o imperialismo da língua inglesa e o colonialismo do português brasileiro”. Que sejamos mais bem-sucedidos a enfrentá-la que Winston Smith na sua luta solitária contra o Big Brother.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

## **4 FINANCIAMENTO DO JORNALISMO – BALANÇO DO PAINEL**

Com o título “Financiamento dos media, quem vai pagar pelo jornalismo?”, os painéis procuraram abordar a temática do financiamento na ótica de quem dirige redações. Primeiro, no audiovisual, com a participação de António José Teixeira (RTP), Mário Galego (Antena 1), Nuno Santos (TVI/CNN), Pedro Leal (RR) e Ricardo Costa (SIC), depois com foco na imprensa e no online, no qual participaram Carlos Rodrigues (CM), David Pontes (Público), Inês Cardoso (JN), João Vieira Pereira (Expresso), Luísa Meireles (Lusa) e Miguel Pinheiro (Observador).

Todos os diretores presentes nestes painéis concordam que é preciso ação e discutiram a questão dos apoios diretos e indiretos por parte do Estado, notando que a sociedade deve fazer parte desta discussão, sobretudo o poder político. Além disso, a questão dos apoios serem “cegos” mereceu o destaque de alguns dos intervenientes.

Já no painel “O papel do Estado”, estiveram presentes Eurico Brillhante Dias (PS), Joaquim Miranda Sarmiento (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), Paula Santos (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE). O Chega não se fez representar, apesar do convite. Todos os líderes parlamentares destacaram a importância de debater o financiamento dos media, admitindo que é preciso pensar o futuro da comunicação social perante o cenário atual, não existindo um consenso. O painel ficou muito marcado pela questão do negócio da Lusa e também a crise no Global Media Group, com todos os partidos a defenderem uma regulação mais forte e a admitirem falhas no processo.

Para encerrar, o conferencista Joaquim Fidalgo (UMinho) fez uma intervenção centrada nos vários exemplos concretos de financiamento público do jornalismo, seja de forma direta, seja indireta. Deixando o sublinhado de que este assunto não é tabu em muitos países europeus, como é em Portugal, Fidalgo conclui que o caminho não deve ser pelo corte de custos, mas pelo aumento das receitas.

Já Sameer Padania (Macroscopic) nota o momento de “tempestade” no setor e conclui que é importante não desperdiçar o momento de crise porque está criada uma oportunidade social e política no país. Dá exemplos concretos de como a Serra Leoa ou a Irlanda encontraram caminhos, por exemplo, com a criação de um Fundo Nacional ou a tentativa de um Rendimento Básico Universal para jornalistas. Defende que as fundações portuguesas devem colaborar com o Civitates; ou as fundações e os investidores em Portugal devem considerar a adaptação do modelo do Pluralis ao mercado português.

Filipe Santa-Bárbara, Joana Carvalho Reis e Sara de Melo Rocha

## **Introdução às comunicações:**

### **Salvar o Jornalismo, Salvar a Democracia**

Este conjunto de comunicações descreve de forma detalhada um ponto de partida – o estado de fragilidade em que o jornalismo hoje se encontra – para atingir um ponto de chegada – a reestruturação integral de todo o edifício jornalístico.

O diagnóstico dos autores coincide e as palavras que o caracterizam complementam-se: “encruzilhada”, “emergência”, “empresários vampiros”, “jornalistas justiceiros”...

Para sairmos do atoleiro, os autores reclamam “medidas excepcionais”, cuja concretização depende do envolvimento do Estado, dos jornalistas e dos cidadãos. Nestas comunicações exige-se dos poderes públicos que tenham a coragem de controlar as empresas tecnológicas, as únicas que, de facto, lucram com o trabalho de “redações no osso”, despejadas da memória, assentes no trabalho de jornalistas exaustos, precários e escravizados.

É preciso, como reclama um dos autores, vencer o medo, porque “o medo será o nosso cangalheiro”, e ter a coragem de cumprir a essência: o quadro de valores do jornalismo. Rejeitar as pressões do mercado, abandonar, como sugere outro autor, a cobertura de “casos e casinhos”, não cedendo, por isso, ao justicialismo, eis o caderno de encargos que estas comunicações atribuem a cada um dos protagonistas desta profissão da liberdade.

Em defesa de um jornalismo livre nos 50 anos de Abril, há, igualmente, como reclama um coletivo de autores, que olhar para todos os polos do jornalismo, incluindo o que é produzido – com esforço e à mingua de recursos humanos e financeiros – pelos meios alternativos - agentes vibrantes a que o 5.º Congresso deu voz - pilares, como os demais, no urgente processo de reconstrução do jornalismo.

## **“Salvar o jornalismo”, por Sofia Branco**

Todos conhecemos o diagnóstico: a comunicação social é um setor em crise acentuada e prolongada, enfrentando graves problemas de sustentabilidade.

Neste contexto, as políticas públicas não podem ignorar as dificuldades de sobrevivência das empresas de comunicação, nem o crescente desemprego entre os jornalistas, sujeitos a salários indignos e vínculos precários.

Os média desempenham uma relevante função social de escrutínio e vigilância, com garantias de pluralismo e diversidade, rigor e isenção. A existência de uma imprensa livre e independente é a essência da democracia.

O setor nunca esteve tão frágil e tempos excepcionais exigem medidas excepcionais.

É imperioso debater o papel do Estado, discussão que não pode continuar refém de um passado de ditadura e censura. São outros os tempos e devemos refletir sobre isto de uma forma aberta e serena, sem tabus. E com a firme convicção de que o jornalismo é um bem público, quer seja prestado por públicos ou privados.

Os apoios do Estado são banais nos países nórdicos, em França, na Bélgica... o que essas experiências nos dizem, umas mais bem-sucedidas do que outras, é que, independentemente do modelo escolhido, é possível, desde que haja critérios rigorosos e transparentes na aplicação desses apoios.

Sobre a atual intervenção do Estado, nomeadamente no que diz respeito ao serviço público de rádio e televisão e da única agência de notícias do país, importa assinalar que RTP e Lusa têm operado num cenário de contenção e desinvestimento, que passou pela redução das suas redes nacional e internacional, com impacto real no pluralismo e na diversidade da cobertura jornalística que hoje prestam.

É preciso reforçar o investimento no serviço público de qualidade e acabar com os inexplicáveis bloqueios à contratação de jornalistas em condições dignas, abrindo caminho à acumulação ilegal de precários.

O Estado pode fazer mais, nomeadamente:

- criar regras específicas de governança para um setor que não pode ser encarado como um mero negócio e continuar a ser prejudicado por má (e até dolosa) gestão;
- obrigar administradores e diretores de grupos de comunicação social a um escrutínio de independência, idoneidade e competência;
- dotar o regulador de meios para supervisionar a transparência dos negócios e fiscalizar a governança dos órgãos de informação, dando-lhe poderes efetivos para sancionar as empresas por violações das leis e dos princípios que regulam o exercício do jornalismo;
- distinguir órgãos de informação de órgãos de comunicação social (onde tem cabido tudo) e obrigar os primeiros a terem um conselho de redação e um provedor, cujas posições sejam tornadas públicas;
- reduzir impostos e aliviar os custos de produção e distribuição;
- repensar o porte pago para valores que permitam, realmente, ajudar à sustentabilidade da imprensa regional e local;
- aumentar os incentivos e os benefícios fiscais para as empresas de comunicação;
- obrigar as empresas de clipping a pagarem mais pela utilização de conteúdos jornalísticos e fiscalizar devidamente a sua atividade;
- em matéria de benefícios fiscais para os cidadãos, permitir deduções fiscais e, por exemplo, que estes consignem parte do seu IRS a um órgão de informação, como já fazem, tantas vezes, para outro tipo de organizações e associações;
- garantir que as escolas têm acesso gratuito a edições impressas e assinaturas digitais de órgãos de informação, generalizar a disciplina de literacia mediática a todos os níveis de ensino e continuar a investir em programas que a promovam;

- assegurar que todos os organismos públicos – nacionais, regionais e locais – disponibilizam edições impressas ou digitais nos espaços de atendimento ao público;
- assegurar que os transportes públicos disponibilizam o acesso a órgãos de informação;
- à semelhança do que já acontece em França, oferecer subscrições de órgãos de informação a cada jovem que entre na universidade.

Mas não é só ao Estado que cabe agir. É a democracia que está em causa, portanto estamos todos convocados:

- as empresas de comunicação social, muitas das quais com dimensão de grandes (e cada vez mais concentrados) grupos económicos, cujos modelos de gestão têm sucessivamente falhado, sem que daí se tenha retirado as devidas consequências. O esvaziamento de redações, negociando saídas de jornalistas experientes e contratando jovens com salários baixos e vínculos laborais frágeis, tem sido uma opção recorrente das empresas como medida compensatória para as perdas financeiras. A gestão, essa, segue impune, mesmo quando é, aos olhos de quem queira ver, danosa;
- a sociedade civil, quer as grandes fundações, que podem, por exemplo através da criação de bolsas, apoiar jornalistas e projetos independentes, quer as grandes empresas, que, no âmbito da responsabilidade social, podem devolver uma parte dos seus lucros ao desígnio de uma sociedade informada e esclarecida;
- os jornalistas, que têm de responder coletivamente a este estado de coisas, com melhor jornalismo, que escrutine e verifique;
- todos os cidadãos, que precisam de perceber quão importante é apoiar o jornalismo credível, livre e independente, num contexto de desinformação como este em que vivemos, e decidir o que estão dispostos a fazer para continuar a usufruir dele.

- as grandes plataformas multinacionais, como a Google e a Meta, que têm de ser responsabilizadas pela utilização, em seu benefício, de conteúdo que não lhes pertence e pelo qual não pagam o devido valor, e também pela disseminação cega de conteúdos falsos que atacam diariamente o jornalismo. É fundamental obrigar fiscalmente os operadores internacionais, que têm escapado à tributação nacional.

Este é um assunto de emergência nacional. Está na altura de, juntos, salvarmos o Jornalismo. Sob pena de, dentro de pouco tempo, já não haver nada para salvar.

### **“Jornalismo, o que será de ti?”, por José Manuel Mestre**

Já não adianta fazer de conta que não vemos. Chegou a hora de erguer a voz senão morremos. O medo não pode ser a nossa ferramenta de trabalho, ele será sempre o nosso cangalheiro.

Chegou a hora de lembrar os grandes jornalistas que tiveram de lidar com a censura e souberam encontrar formas de contornar o monstro, vencer o medo e dar as notícias que se queriam escondidas. E para eles não era apenas uma questão de sobrevivência, foi também de liberdade. Se nos distrairmos mais um bocadinho, voltarão de mãos dadas.

Independência e Liberdade como princípio.

O óbvio: a crise de financiamento do jornalismo é terreno fértil para o condicionamento à liberdade de informar. O caminho: chegados aqui, é proibido hesitar.

Temos de saber dizer Não!, na hora, quando nos pedem que amachuquemos as mais elementares regras da profissão em nome da pressa, da economia de meios sem soluções alternativas, de interesses extra-jornalismo – incluindo a alegada sobrevivência do próprio jornalista ou do meio para que trabalha.

Temos de saber dizer Não!, seja quando o Camarada do lado sucumbe ao medo de perder o direito a uma vida digna, seja quando acima alguém troca

a independência do estatuto editorial pelo populismo disfarçado de opinião, pelo facilitismo do desejado clique, da ambicionada audiência, do jeitinho ao acionista, ao anunciante ou a um qualquer grupo de interesses. Hoje todos conhecemos casos em que aceitar o inadmissível em nome do posto de trabalho não significou salvar o futuro, mas apenas abreviar o caminho para o abismo – e entretanto, com a água do banho deitou-se fora também o bebê.

A independência, a liberdade e a credibilidade são bens maiores do Jornalista. Que tem de exercê-los a tempo inteiro. Sem cedências. Sempre! E se possível mais ainda quando o temporal ameaça todos os alicerces do edifício.

Ceder no Rigor e na Responsabilidade, prato que servimos todos os dias, é uma luz que se apaga na escuridão, o princípio do fim.

Novo modelo de Financiamento como caminho

É possível ser livre e independente sem financiamento? A questão é desafiante, desarmante até, quase um enigma, mas acaba sempre numa resposta única: sem Independência e sem Liberdade não há Jornalismo.

Como entendo que este ainda é um Congresso de Jornalistas que querem continuar a ser Jornalistas, o caminho parece-me claro: discuta-se o financiamento que a essência não é discutível (quem acaso aqui estiver crente que esta pode ser uma profissão indiferenciada estará no Congresso errado).

Se é para continuarmos a ser Jornalistas temos OBRIGATORIAMENTE de procurar saídas. Desafiar a imaginação, ver o que está a ser feito noutros pontos do mundo, desafiar o Estado a reinventar-se e encontrar novas regras e novas leis consciente de que uma sociedade e uma democracia sem jornalismo estão definitivamente condenadas à escuridão (definitiva).

O único modelo viável que encontro para além dos (poucos) modelos de negócio que ainda continuam sustentáveis é aquele que se financia na própria sociedade e em instituições que não abdicam dum jornalismo livre, independente, responsável e rigoroso como ferramenta essencial à democracia e ao desenvolvimento da sociedade.

Temos lá fora novos modelos de financiamento com resultados encorajadores, com o Guardian à cabeça – é certo que a uma escala (número de consumidores potenciais) inacessível em Portugal onde as tentativas de crowdfunding não têm conseguido desempenhos alternativos ao mercado tradicional.

Pessoalmente, creio que num país com a dimensão portuguesa (nas suas diversas vertentes) os modelos que recorrem a contributos voluntários são insuficientes. Não sendo claramente um negócio capaz de remunerar acionistas – equívoco dos tempos atuais -, o futuro do jornalismo independente passa por soluções alternativas de financiamento sem o lucro como objetivo, isto é, sociedades de media sem fins lucrativos com origem na sociedade civil: cidadãos, empresas, instituições, universidades, associações públicas e privadas e outros. Inspiro-me em Júlia Cagé.

Soluções híbridas podem ser a porta de entrada para o futuro, modelos atuais complementados/cruzados com modelos de financiamento participativo, como o defendido por Julia Cagé (que recomenda um voucher atribuído pelo Estado a cada cidadão para financiar um órgão de comunicação social à sua escolha, com um limite máximo de financiamento por meio para travar macrocefalias) ou como o modelo que defendo: novas sociedades de media detidas pelos próprios cidadãos-consumidores, também abertas a organizações da sociedade civil, que subscreveriam nano-participações (com um limite máximo de ‘capital’ definido por Lei de forma a evitar o controlo do órgão de comunicação por grupos de interesse não jornalísticos) em troca do livre acesso aos conteúdos de media produzidos pelo meio de comunicação de que se tornariam acionistas/proprietários (“uma multiplicidade de agentes que financie coletivamente, a fim de promover a sua gestão democrática”, como defende Julia Cagé).

É essencial que este Congresso seja um ponto de partida para a discussão de caminhos. Defendo que seja constituída uma robusta comissão técnica que trabalhe todos os contributos para novos modelos de financiamento aqui aprovados e inicie diligências junto das autoridades públicas e da Assembleia da República para aprofundamento da viabilidade legislativa das diversas

soluções tendo em vista a criação de ferramentas para enquadrar e estimular novas formas de investimento participativo em meios de comunicação (necessariamente com limites à concentração de capital para garantir a independência dos projetos). No final, deverá ser promovido um referendo a todos os jornalistas com carteira profissional para aprovação das soluções técnicas encontradas para financiamento dos media.

Além de estimular um novo mercado de comunicação social, a nova legislação pode promover um novo boom nos media, como aconteceu com a abertura do espectro radioelétrico no final dos anos oitenta e que rasgou horizontes e conduziu ao aparecimento de meios tão relevantes como a TSF ou o Público. Mas onde, também, houve deficiências que aconselham a cuidados acrescidos para evitar lacunas legais como as que nesse processo levaram à rápida transformação da maioria dos novos projetos de rádio, uns sem redação e sem jornalistas outros meros retransmissores de meios já existentes.

Vamos, que se faz tarde!

### **“Eles’ estão no meio de nós”, por Miguel Carvalho**

Contabilizo 34 anos de ofício e nunca o vi tão esmurrado. Enquanto alguns de nós parecem investidos de uma auréola de justiceiros para a qual ninguém lhes passou procuração, vemos a Imprensa frequentada por “homens de palha” e figuras de extração política, financeira e empresarial duvidosa, ao serviço de interesses inconfessáveis e pouco rastreáveis.

É de rir (para não chorar) ouvi-los jurar fidelidade ao jornalismo. Na verdade, o seu “negócio” é a domesticação deste ofício a bem dos amigos, da vidinha e do trabalho sujo sem escrutínios incómodos. São pantomineiros ilustres, empresários de “vão de escada”, doutores em artifícios fiscais e facilitadores encartados. Alguns vêm das assessorias políticas ou do lodo das campanhas eleitorais. E o seu poder na Imprensa até contou, por vezes, com a bênção das mais altas esferas da nação.

São velhos vampiros, “mordomos do universo todo, senhores à força, mandadores sem lei”, que Zeca Afonso cantou e a democracia reciclou. Chegaram onde chegaram com a nossa quota-parte de anestesia, indiferença e desunção. Iludidos ou submissos, estendemos passadeiras a excelentíssimas criaturas que, noutras épocas, nem se atreveriam a rondar as redações.

Montou-se o *cabaret*, abriu-se a porta e não mais foi possível fechá-la. Por isso, algumas das ameaças ao jornalismo estão hoje em “casa”: no meio de nós, entre paredes, nos corredores e gabinetes VIP, mas debaixo do mesmo teto.

Novos “donos disto tudo” batem no peito pela democracia e as liberdades. Mas a palavra é moeda fraca, a unha pintada estala rápido. Na realidade, a retórica oculta o “território comanche”, onde vale tudo para colocar o jornalismo ao seu serviço ou a preço de saldo. As leis que conhecem são as dos acionistas e investidores, alguns tão fiáveis como um holograma.

Enquanto isso, a erosão de direitos é dramática.

Para muitos, neste ofício, o fim do ordenado chega antes do fim do mês. Que sapos têm de engolir, o que lhes podemos exigir para lá da exaustão? Que liberdade tem quem não recebe um salário decente ou não o recebe de todo? A geração tecnicamente mais preparada é – ironia! - precária, vulnerável e escravizada. E estudos recentes revelam, entre nós, índices de esgotamento superiores aos dos enfermeiros.

Redações esgotadas, a trabalhar no osso ou em “casos e casinhos” de registo justiceiro, são carne tenrinha para os populismos e a fervura da indiferença e do ressentimento. Reclama-se um jornalismo que se dê ao respeito e uma vigilância sem tréguas ao shark tank que tomou conta de certos grupos de comunicação social. Trazer decência, independência e valor a este meio é o primeiro passo para salvarmos o que ainda pode ser salvo. São urgentes investimentos transparentes, sérios e escrutináveis para combater interesses sombrios, a diluição de fronteiras entre conteúdos editoriais e comerciais, a ditadura do episódico e do imediatismo, a torrente de insanidade, o frene-sim “salta-pocinhas” e o estrelato de patetas ilustrados.

Sangramos recursos humanos, técnicos e financeiros. Estamos a perder a batalha da credibilidade e contra todas as formas de exploração e segregação. Não duvidem: um jornalismo exaurido é um risco para a sobrevivência de uma cidadania crítica, exigente e participativa.

Há invisibilidades gritantes ao nosso lado e um interior atirado para o esquecimento, se excetuarmos as narrativas de faca e alguidar ou o postal ilustrado da evasão turística. No Continente e ilhas, camaradas amarrados resistem à pressão extra dos meios pequenos e honram o ofício em insuportáveis circunstâncias de fragilidade. Pelo meio, enxotaram-se das redações experiências, saberes e práticas incómodas para as hierarquias, património humano desperdiçado com um cortejo de enxovalhos em nome do “novo”, do “giro” ou do que está a... “bombar”.

Entretanto, o Estado, a classe política e alguns de nós, desprezam ou ignoram a situação lastimável dos arquivos de Imprensa, as leis datadas que fazem com que parte da nossa memória coletiva se perca de vez. Sem memória não há futuro. Passe o exagero, o alarme é idêntico ao das alterações climáticas: mesmo que algo se faça, já vamos tarde.

Nos 50 anos da Democracia, é este jornalismo enfraquecido, humilhado e maltratado que, ainda assim, tenta cumprir Abril, mesmo quando Abril falha permanentemente aos deste ofício.

Discuta-se, pois, o financiamento público do jornalismo, enquanto bem de primeira necessidade, promova-se a literacia mediática sem limite de idade. O Estado e os seus gestores de turno vão fazer comunicados ou alguma coisa séria para equilibrar a mercantilização deste sector?

Será assim tão difícil criar mecanismos eficazes e independentes de fiscalização e transparência no acesso a apoios públicos? Ah, cuidado com a vertigem controladora e totalitária do Estado, advertem-nos...E a visão única de mercado não é totalitária? Reduzir o jornalismo a mercadoria não é totalitário?

Ouçó dizer que somos um País de empreendedores e visionários. E incensamos unicórnios até se revelarem o que sempre foram: mitos. Mas será que

o capitalismo nacional, por vezes tão venerado e idolatrado até acabar nos tribunais, não terá um punhado de personalidades íntegras e disponíveis para aplicar uma pequena parte das suas fortunas num bem público como a Imprensa, de forma sustentável, com economia de escala e visão global, e assim prestar um serviço à Democracia? Ou estes conceitos são-lhe estranhos? Noutras geografias, a filantropia, os apoios corporativos e individuais à Imprensa não se discutem. Mas certa elite nacional continua a preferir lucros de cartel e esquemas de merceeiro.

Aqui, ousou dizer, o 25 de Abril ainda não chegou. Mas o dilema dura há mais de um século. Foi identificado por Pulitzer, mantém atualidade e compromete-nos a todos. Que disse ele? A Imprensa e a República só têm uma de duas hipóteses: ou avançam juntas ou caem juntas.

Vamos mesmo ficar a ver?

### **“A emergência mediática pode combater ‘a crise’”, por Luiz Humberto Marcos**

Ágora digital aumenta a crise

Nunca se consumiu tanta informação como agora. Mas o consumo não cobre os gastos das empresas jornalísticas. Crise gravíssima nas empresas e no jornalismo.

Tudo isto porque, entre outras razões, a informação deixou de ser há muito tempo um produto jornalístico e também porque ele é pirateado. Circula livremente na ‘ágora digital’ dando lucros escandalosos aos detentores das telecomunicações e das redes sociais.

A par desta conduta desregrada, as fontes da desinformação nascem como cogumelos, corroendo um dos alicerces da democracia: a informação séria, rigorosa e responsável. Sujeito a leis e códigos, este alicerce faz do jornalismo um fio de luz que liga o mundo. Não há outro farol mais seguro e forte

para as democracias, quando não é manietado. Controlar o jornalismo será controlar a sociedade e asfixiar o pulmão da democracia.

Desde os primórdios do jornalismo, os poderes (religioso, político, económico...) tentam controlar a informação. Atualmente, com as tecnologias do simulacro em ascensão, de que a inteligência artificial (IA) é top, esse controlo torna-se mais subtil e invisível.

Vivemos subordinados a um “futuro digital para a Europa” com metas até 2030. E os média serão instrumentos desta estratégia da EU.

### Relação antiga

A relação do jornalismo com as tecnologias é muito antiga, mas acelerou muito desde o início do séc. XXI. Não apenas pela forma como o digital se transformou na mensagem, mas porque o espaço do jornalismo tem sido ‘roubado’ por outros setores profissionais não sujeitos às mesmas exigências deontológicas.

Recentemente (10.11.2023) a Carta de Paris, liderada pela Reporters Sans Frontières<sup>1</sup>, veio mostrar preocupações sobre a IA e definiu dez princípios essenciais para “garantir a integridade da informação e preservar a função social do jornalismo”. O último princípio refere que “os proprietários de sistemas de IA devem creditar as fontes, respeitar os direitos de propriedade intelectual e fornecer uma compensação justa aos titulares dos direitos”.

A passagem para o jornalismo digital ainda está longe de satisfazer as necessidades económicas do setor e os tubarões da distribuição informativa usurpam as notícias e estrangulam as empresas. Hoje, o estrangulamento não está nas leis, está no mercado. O pulsar do mercado - essa palavra cara ao liberalismo e que esconde a cidadania - subjugado à desregulação dos potentados tecnológicos, está a afetar a sustentabilidade das empresas. Sobretudo a “imprensa livre” tem sofrido fortes revezes devido à pressão/subversão, de populismos associados à desinformação das redes sociais que

1. com mais 16 instituições internacionais

polui o espaço público e afeta o uso da informação credível. Um estudo da RSF mostrava, em 2021, uma preocupante desconfiança pública em relação aos jornalistas. Desconfiar dos jornalistas para confiar em vendedores de ‘fake news’ é um risco grave para a democracia.

### Indústria do simulacro

Uma das formas de controlar a informação é asfixiar o jornalismo e propagar mentiras com aparência de verdades. A desinformação distorce a realidade e abala os sistemas democráticos.

Segundo o último relatório da RSF, as condições de exercício do jornalismo no mundo agravaram-se na última década. Há “efeitos fulgurantes da indústria do simulacro no ecossistema numérico sobre a liberdade de imprensa”. A pressão política é forte. Em dois terços dos países analisados (118) assiste-se a uma “implicação dos atores políticos em campanhas de desinformação massiva... de forma regular ou sistemática”. O esbatimento das diferenças “entre verdadeiro e falso, real e artificial, factos e artefactos, coloca em perigo o direito à informação”. Segundo a RSF, as capacidades de manipulação inéditas que existem hoje são utilizadas para fragilizar o jornalismo.

As ‘fake news’ e as ‘deepfakes’ parecem espalhar-se mais que o vírus da covid. São a covid de informação! *A desinfodemia?*

Acresce que o ‘roubo’ das notícias pelos gigantes da internet – Google, Facebook, Yahoo, Amazon, Twiter/X - constitui um dos principais motivos da perda de liquidez das empresas jornalísticas.

Contra esta ‘liberalidade selvagem’ erguem-se as vozes da razão em várias latitudes. E há países, como a Austrália, que combatem o abuso. O país vergou os gigantes, para bem da imprensa. Seguiram-se-lhe Itália, Dinamarca e Reino Unido. Noutros países há notícias sobre a exigência de contrapartidas às ‘big tec’.

Além da necessidade de haver retornos sobre o uso (e abuso) da produção jornalística, impõe-se a declaração do “estado de emergência mediática”.

A saúde da cidadania justificam-na, a exemplo das emergências sanitária e ambiental. A informação jornalística é pedra angular da democracia.

Enquanto não há um modelo de negócio digital sustentado para o setor e enquanto os ‘gigantes tec’ continuam sem lei nem roque, a *emergência mediática* deve ser encarada como um pilar de sobrevivência das democracias.

### Medidas

Cabe ao poder político definir o âmbito desta emergência mediática. Algumas das medidas poderiam ser:

- apoios especiais e auditados às empresas de média para a produção de jornalismo investigativo, rigoroso e plural;
- lançamento nas escolas (a partir do 2º ciclo) de uma campanha, com apoios estatais adequados, para assinaturas de jornais por turma, a exemplo da aquisição informática;
- regulação do uso da informação jornalística pelos ‘gigantes tec’;
- controlo e julgamento dos produtores de fake news;
- cartão de literacia juvenil para assinaturas anuais de media digitais ou em papel;
- transferência de 1% dos impostos de equipamento informático e audiovisual para um fundo de apoio aos media;
- estimular a assinatura digital de jornais no quadro da transição digital europeia;
- defesa da Declaração Univ. dos Direitos Humanos como carta magna da prática jornalística.

Hoje, passados 50 anos sobre o fim da ditadura, a crise é gravíssima.

Na celebração dos 50 anos de Abril, a voz plural dos média, pulmão da democracia, impõe uma emergência mediática.

## **“O jornalismo precisa de financiamento público”, por Sofia Craveiro e coletivo**

O jornalismo é um serviço público essencial à democracia, mas, para o ser verdadeiramente, tem de ser plural. Tem de ser um jornalismo para a maioria, não para uma minoria. A existência de um campo mediático com linhas editoriais, formatos, periodicidade e abordagens diversas é uma exigência democrática. Tão essenciais como a cobertura e o acompanhamento das realidades atuais são a investigação, a análise e o aprofundamento sem tempo definido.

Os últimos dez anos têm sido marcantes no universo dos órgãos de comunicação social não tradicionais em Portugal. No pós-crise económico-financeira de 2010, muitos (jovens) jornalistas entenderam haver um caminho distinto, ainda que complementar, ao das redações consideradas tradicionais. Surgiram vários órgãos de comunicação social não tradicionais, inovando na sua abordagem jornalística, fosse no modelo de negócios ou no formato e método jornalístico. Há media de investigação em formato escrito, podcast e multimédia; há media culturais; há media sobre tecnologia; há media locais; há media sobre clima e ambiente; entre outros, que começaram a colaborar entre si.

Há quase dez anos que estes órgãos de comunicação social têm reivindicado a necessidade de maior aprofundamento, investigação e proximidade com as comunidades sobre as quais trabalham. Fazem-no olhando para o jornalismo como serviço público, garante do direito à informação, e por isso de livre acesso. Nasceram de associações e coletivos que acreditam no jornalismo comunitário, exigente e que não cede à constante pressão do imediatismo, que não está associado a empresas privadas e se financiam rejeitando a lógica de distribuição de lucros. Praticam um jornalismo de acesso livre, sem *paywalls*, que não ergue muros a quem lhes deseja aceder, principalmente numa era em que a desinformação grassa.

Em 2023, existem mais de duas dezenas de órgãos de comunicação social não tradicionais registados na Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Profissionalizaram-se (uma das fragilidades deste universo de media em todo o mundo) e usam metodologia e deontologia jornalística, mostran-

do pela prática outros caminhos no jornalismo. Fortalecem a pluralidade informativa e a democracia.

Não se apresentam, no entanto, como alternativa aos meios de comunicação social tradicionais (nem desejam criar divisões artificiais entre redações e a classe jornalística), mas como complemento, enriquecendo o jornalismo nacional e local. No entanto, este universo continua marcado por grandes dificuldades: limitações financeiras, poucos recursos humanos e técnicos e serem conhecidos por um número ainda limitado de leitores, o que tem impacto no número de subscrições que arrecadam anualmente. Enfrentam o difícil desafio de balançar a escolha do jornalismo que fazem com a garantia de sustentabilidade financeira. Daí que os modelos de financiamento, principalmente o público, mereçam ser debatidos.

Vivemos num país sem tradição de mecenato, ao contrário de outros países, como os Estados Unidos da América ou a Alemanha, e sem modelos de financiamento público. Não existem hoje bolsas para investigação jornalística e muito menos bolsas estruturais em Portugal. A União Europeia é, para muitos destes media, a única opção de financiamento estrutural e o apoio dos leitores tem sido essencial, mesmo quando o modelo de subscrição ainda está a consolidar-se num país dominado por precariedade e baixos salários.

Não é, por isso, de admirar que a abrangência do jornalismo em Portugal esteja há décadas em decadência, com muitos territórios sem qualquer cobertura noticiosa. Mais de metade (53,9%) dos concelhos do país é, ou está, na iminência de se vir a tornar deserto noticioso, de acordo com o relatório Desertos de Notícias Europa 2022: Relatório de Portugal, da Universidade da Beira Interior. Não há em 182 dos 308 concelhos (59%), jornais impressos que façam cobertura noticiosa frequente e em 157 não existe qualquer meio digital. Aos poucos, por falta de modelos adequados de financiamento, perdemos um número significativo de títulos locais que talvez pudessem ser salvos se existissem apoios públicos ou filantrópicos consistentes.

O jornalismo é um pilar essencial de uma sociedade democrática e o caminho percorrido até agora tem sido preocupante. O Estado deve assumir a res-

ponsabilidade de criar modelos públicos de financiamento para as redações, garantindo assim a pluralidade informativa. O financiamento do jornalismo não pode ser relegado à iniciativa privada e esta discussão não pode ser ignorada pelo V Congresso de Jornalistas. Não deixa, portanto, de surpreender o facto de as realidades destes media não tradicionais estarem omissas nos painéis de um dos principais eventos da classe jornalística portuguesa.

#### Proposta

Defendemos um mecanismo tripartido de financiamento do jornalismo não tradicional, que assente nas doações dos leitores, em bolsas filantrópicas e no financiamento público estrutural. Sendo um serviço público, o jornalismo merece ser reconhecido como tal. Neste sentido, propomos ao V Congresso de Jornalistas:

1. O reconhecimento e o debate do financiamento público do jornalismo, assumindo a importância de se criarem modelos de financiamento.
2. A criação de um grupo de trabalho, com o envolvimento das estruturas representativas e que regem a profissão de jornalista, para se redigir propostas sobre modelos de financiamento do jornalismo ao mesmo tempo que garantem a total independência das redações.
3. O envio desta moção, enquanto posição coletiva deste Congresso, à Assembleia da República, aos grupos parlamentares que promovam uma sociedade mais democrática, igualitária e informada, para reforçar o debate político sobre esta temática.

Os subscritores,

Ana Adriano Mota, Ana Patrícia Silva, Bernardo Afonso, Filipa Queiroz, João Biscaia, João Ribeiro, Lucas Grimault de Freitas, Margarida David Cardoso, Maria Almeida, Mário Rui André, Marta Lança, Nuno Viegas, Ricardo Esteves Ribeiro, Ricardo Cabral Fernandes, Rui André Soares, Sofia Craveiro e Sofia da Palma Rodrigues

Esta comunicação também foi transformada em moção, tendo sido aprovada.

## **“In Vino Veritas”, por Filipe Teles e Micael Pereira**

Considerando que:

O modelo de negócio que sustentou o jornalismo durante o século XX está em falência e tem sido muito difícil encontrar modelos alternativos que sejam financeiramente sustentáveis.

Num cenário de perdas financeiras e de despedimentos constantes, a propriedade dos média tem sido transferida para as mãos de companhias e fundos opacos ou indivíduos com perfis questionáveis, acentuando a crise do sector e contribuindo para a perda de confiança dos cidadãos no jornalismo.

A necessidade desesperada de atrair audiências tem conduzido a uma produção intensiva de conteúdo por redações com recursos humanos cada vez mais limitados, o que tem levado a uma exaustão permanente dos jornalistas, a uma degradação dos critérios de qualidade, da capacidade de reflexão e de decidir de forma ponderada que histórias fazer e não fazer.

Apesar da produção massiva de conteúdo, há histórias fundamentais que deveriam ser investigadas, mas não são, por falta de recursos e por estarem demasiado distantes de uma agenda noticiosa desenhada muitas vezes para e pelas redes sociais, o mesmo se passando relativamente à ausência de uma cobertura aprofundada do que se passa nas comunidades locais de muitas geografias do país, incluindo nos subúrbios das grandes cidades.

Temos uma nova geração de jornalistas e de estudantes que sonham poder fazer a diferença. E que estão disponíveis para trabalhar com jornalistas mais experientes e de contribuir, juntos, para um equilíbrio do jornalismo em Portugal. Uma geração que quer que o seu contributo tenha um impacto positivo na comunidade, ajudando a formar cidadãos esclarecidos e que se sintam parte do debate público.

Não há democracia sem jornalismo. Um jornalismo rigoroso, aprofundado e que dê contexto sobre o que se passa nas nossas comunidades deve ser considerado um serviço público.

Considerando, por outro lado, que:

Portugal aplica ao vinho a taxa de IVA mais baixa da União Europeia: 13%. Em Espanha, os consumidores pagam 21% de IVA sobre o vinho que compram. Em Itália, 22%. Em contrapartida, em Portugal a cerveja e as bebidas espirituosas pagam 23%.

Portugal é o país que mais consome vinho per capita no mundo. Em 2021/2022, segundo o INE, esse consumo foi de 58,2 litros por ano, comparado com 49,3 em 2017/2018, o que significa um aumento de 18% em quatro anos.

A taxa de IVA de 13% é aplicada apenas ao vinho vendido em lojas e supermercados e abrange quer o vinho português, quer o vinho estrangeiro, o que significa que essa taxa não afeta a competitividade da produção nacional face ao vinho de outros países. Na restauração, a taxa aplicada é de 23% e o vinho exportado para distribuição na União Europeia e no resto do mundo não paga IVA.

O sector do vinho tem mostrado sinais de possuir uma boa saúde financeira e de continuar em expansão, não apenas no consumo dentro de fronteiras mas também nas exportações, mostrando que está aparentemente preparado para enfrentar uma subida do IVA de 13 para 23% nas lojas e nos supermercados em Portugal.

Segundo o Instituto da Vinha e do Vinho, Portugal exportou 942 milhões de euros em vinho em 2022, mais um terço do valor exportado dez anos antes, em 2012. No mercado interno, em 2022 as vendas de vinho na restauração atingiram 589 milhões de euros, enquanto na distribuição para lojas e supermercados alcançaram 536 milhões de euros, o que significa que **o aumento da taxa do IVA representaria uma verba de quase 54 milhões de euros**, caso não houvesse um aumento de preço para o consumidor final e tendo em conta os números de 2022.

Propomos para votação a seguinte proposta, que, caso seja aprovada em plenário no V Congresso de Jornalistas por uma maioria simples de jornalistas, deverá ficar disponível online como uma petição pública aberta à participação de todos os cidadãos, de modo a reunir as assinaturas su-

ficientes para ser submetida à Assembleia da República e apreciada pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, com o objetivo de se converter em projeto-lei:

1. O V Congresso de Jornalistas propõe a criação de um Fundo Público de Apoio ao Jornalismo, de âmbito nacional, doravante designado de **Funjor**, com a missão de atribuir bolsas para a prática de jornalismo de investigação e de jornalismo de proximidade por jornalistas residentes em Portugal e, ao mesmo tempo, financiar a constituição e manutenção de projetos de jornalismo sem fins lucrativos cujo objetivo seja a produção de jornalismo de investigação e/ou jornalismo de proximidade. Poderá ainda apoiar a realização de projetos de âmbito académico que visem o estudo de modelos de negócio capazes de garantir a sustentabilidade financeira do jornalismo de investigação e do jornalismo de proximidade;
2. O Funjor terá como única fonte de financiamento a totalidade da receita fiscal obtida pelo Estado com um aumento da taxa do IVA aplicada ao vinho de 13 para 23% nas lojas e nos supermercados;
3. O Funjor terá um conselho supervisor formado por onze (11) representantes de onze (11) instituições. Cinco dessas entidades estão ligadas ao jornalismo: Casa da Imprensa, Clube de Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas, Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas e Cenjor. As outras seis entidades, ainda por identificar, são de reconhecido mérito e idoneidade e representam a sociedade civil portuguesa.
4. Os 11 membros do conselho supervisor serão responsáveis por propor e eleger, por maioria simples, o(a) diretor(a) do Funjor, que assumirá esse cargo a tempo inteiro por um mandato de três anos, e que poderá ser renovável.
5. O Funjor terá recursos humanos próprios, de modo a garantir a execução do seu orçamento e a gestão dos programas que terão de ser montados para a atribuição de bolsas de jornalismo e de subsídios à constituição e manutenção de projetos de jornalismo sem fins lucrativos.

## **“Que Lusa queremos para o século XXI? – Um contributo 2.0”, por Rui Nunes**

Os profissionais estão de pantanas – faz-se rádio de manhã e engoma-se a roupa da esposa do patrão à tarde<sup>2</sup>, alude-se a assédio, constatam-se dependências, declaram-se frustrações, evidenciam-se desqualificações, identificam-se dilemas éticos, lamentam-se precarizações, refere-se o peso das fontes.

As empresas estão a ruir – os exemplos atropelam-se.

O setor está em descabro – incapaz de se adaptar à alteração da envolvente, quiçá em crise existencial, dispensável no tecnofeudalismo (Varoufakis).

Por junto, a baixa de qualidade da oferta [e o aumento de *infotainment*, opinião e intriga] reflete a degradação do contexto, a inviabilização dos suportes das notícias, a deterioração das redações. Apostas no contrário são heroicas. Segundo Nobre-Correia, “(...) *a paisagem mediática portuguesa é pobre e pratica um jornalismo que não está à altura das necessidades da democracia...*”<sup>3</sup>

Fora da área, os sinais são trágicos.

A turbulência geopolítica, resultante da disputa brutal de recursos, do choque de interesses, com traços de genocídio, veio agravar o fenómeno menos mediático, mas mais decisivo, da ruptura climática global (RCG).

Agravar, ao comprometer a cooperação e impor uma lógica de curto prazo. Por junto, o quadro das relações internacionais, já de si instável, degradou-se – e teme-se o pior.

Por cá, longe dos contextos de Anna Politkovskaya, Daphne Caruana Galizia, Dmitri Muratov, Jamal Khashoggi, Maria Ressa, Shireen Abu Akleh, da centena de jornalistas assassinados agora na Faixa de Gaza, entre tantos (demasiados) outros, vemos considerações como as de Rodrigo Guedes de Carvalho – “*A qualidade média, humana e intelectual das lideranças e dos polí-*

2. Ver “O périplo nacional do Congresso dos Jornalistas”. 5.º Congresso dos Jornalistas, 09 de Novembro de 2023. Disponível em <https://congressojornalistas.pt/noticias/o-periplo-nacional-do-congresso-dos-jornalistas/>.

3. J. M. Nobre-Correia, “Uma urgência a não ignorar”, *Público*, 03 de Setembro de 2022.

*ticos em Portugal tem baixado bastante*<sup>4</sup> – ou António Guerreiro, que aponta uma “(...) *trágica situação: há mais inteligência política na rua do que nos lugares institucionais do discurso político, onde o pressuposto é o de que somos todos estúpidos (...)*”<sup>5</sup>.

Neste quadro, a Lusa é um mar de tranquilidade e ‘farol’ potencial de pertinência, relevância e seriedade, mas também fonte de preocupações. Mar de tranquilidade, por beneficiar da proteção estatal. ‘Farol’ potencial, porque a concretização requer o tratamento efectivo e sério do que é essencial.

Fonte de preocupações, pela falta de garantia da existência e integração de estratégia, financiamento e liderança, que permita um serviço de informação e notícias de interesse público relevante e de qualidade.

O futuro, com o recomendável reforço do peso acionista do Estado, deve incluir um controlo por uma entidade externa. Esta tem de integrar os principais interessados na produção da Lusa [autarquias, comunidades, ONG (pobreza, ambiente, minorias, imigrantes, ...), partidos, sindicatos, universidades, ...] e outros, como jornalistas veteranos e personalidades ‘senadoras’. Deve também existir um controlo parlamentar. Para começar, recomendam-se auditorias externas à produção editorial e gestão de recursos humanos.

Seja como for, o futuro da humanidade depende da resposta à RCG, prevenção do ecofascismo incluída. Em bom rigor, a crise é sistémica, de um modo social de produção e consumo, não climática. ONU, cientistas e ativistas realçam a gravidade da situação. Mas mencionem-se também, entre tantos, Bill Moyers – “*What if we covered the climate crisis like we did the start of the second world war?*”<sup>6</sup> – e Stiglitz: “*The climate crisis is our third world war*”<sup>7</sup>.

4. Rodrigo Guedes de Carvalho, entrevista a Alexandra Tavares-Teles, “Torno-me melhor pessoa quando estou a escrever”, Notícias Magazine, 19 de Novembro de 2023.

5. António Guerreiro, “Infelizmente ‘radical’”, *Público/Ípsilon*, 08 de Dezembro de 2023.

6. Bill Moyers, “What is we covered the climate crisis like we did the start of the second world war?”, *The Guardian*, 22 de Maio de 2019.

7. Joseph Stiglitz, “The climate crisis is our third world war. It needs a bold response”, *The Guardian*, 04 de Junho de 2019.

Por junto, desejamos que a crítica de Monbiot seja invalidada – “*In a mediaworld, a place that should never be confused with the real world, celebrity gossip is thousands of times more important than existential risk*”<sup>8</sup> – e o exemplo dos meios reunidos no *Covering Climate Now* replicado.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

8. George Monbiot, “With our food systems on the verge of collapse, it’s the plutocrats v life on Earth”, *The Guardian*, 15 de Julho de 2023.



## **5 DO LOCAL AO GLOBAL – BALANÇO DO PAINEL**

O painel que discutiu o jornalismo que fazemos fora dos grandes centros foi desenvolvido a partir das diversas contribuições recolhidas na viagem de preparação do 5º. Congresso, que fizemos pelas diversas regiões do país.

Nessa viagem ficámos com a clara noção de que os problemas que afetam o jornalismo adquirem expressão mais relevante nos territórios de proximidade.

As discussões envolveram camaradas de todas as geografias, tendo puxado para *lead* as experiências limite que caracterizam alguns dos desertos de notícias nacionais, marcados pelo excesso de solidão, pelo excesso de precariedade, pelo excesso de controlo dos proprietários privados, religiosos e públicos, pelo défice de formação, pelo défice de recursos financeiros e humanos, pelos défices de discussão e partilha...

O financiamento do jornalismo acabou por ser, também neste painel, o cicerone de todas as discussões. A diversidade das experiências relatadas não esconde a dificuldade de aguentar projetos jornalísticos onde a publicidade escasseia e a filantropia permanece, salvo raras exceções, afastada do jornalismo. O mercado de proximidade é, regra geral, curto, caduco e de vistas curtas.

Há, todavia - e isso não nos sai da cabeça - ideias a despontar que estão a gerar projetos inovadores, feitos por jornalistas de diversas gerações, comprometidos com a missão de servir o público dos respetivos territórios. Este painel olhou para essas muitas experiências que – felizmente – destoam e apresentou casos marcados pelo otimismo, pela esperança, pela criatividade, pela imaginação, pela ousadia e pelas parcerias disruptivas.

Pedro Coelho

## **Introdução às Comunicações:**

As comunicações sobre a proximidade no 5º Congresso dos Jornalistas trouxeram-nos um retrato avassalador do jornalismo fora dos grandes centros.

A precariedade, o encerramento de jornais, a ausência de formação, a falta de apoios institucionais, a pouca transparência dos apoios que existem e a ineficiente regulação dos órgãos de comunicação social locais e regionais foram as razões identificadas pelos jornalistas no Congresso para mostrar que o jornalismo de proximidade está a sofrer uma “morte lenta”, como vaticinou um dos oradores: “A luta, árdua, contra a extinção, é a batalha diária de todos estes jornais”.

Sobre a falta de regulação, foi comum ouvir queixas sobre a “a explosão de páginas” que foram criadas nas redes sociais que se mascaram de órgãos de comunicação social, mas que, no entanto, não passam de “projectos uni-pessoais”, como qualificou outro orador. Questionou-se, por isso, o papel da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), defendendo-se, por exemplo, um órgão que funda as competências da Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas com as da ERC.

As portas giratórias entre o jornalismo e a política local, por outro lado, também não ficaram atrás. Nem o papel das autarquias no desaparecimento dos órgãos locais, pois muitos municípios “constroem verdadeiras redacções com dezenas de profissionais, de redactores a fotógrafos, operadores de imagem e ETC, com capacidade para produzirem comunicação multimédia que ofusca a imprensa livre”. “Isto é concorrência desleal”, apontou um dos intervenientes.

O tom, apesar do retrato avassalador sobre a realidade do jornalismo de proximidade, foi de resistência. E mostrou que o amor ao jornalismo e à informação livre está bem vivo fora dos grandes centros. “Este é o meu terceiro congresso, e não quero que seja o último”, declarou uma das intervenientes. Não será, certamente, pois o “país não pode continuar a viver das notícias que correm entre o edifício da Assembleia da República e São Bento”.

## **“Nem transparência nem independência”, por Bernardo Emídio**

“Entre a pressão do mercado e da tecnologia, a precariedade e os baixos salários, a pressão do efêmero e do populismo, a comunicação inquinada das redes sociais... entre tudo isso e por causa disso, fomos assistindo, nestes últimos sete anos, à nossa própria irrelevância e ao, cada vez maior, deslçamento da classe. O 5º Congresso não irá produzir nenhum milagre, certamente, mas o privilégio de nos olharmos de frente e de nos confrontarmos com os nossos próprios fracassos terá de produzir efeitos”.

Valho-me deste parágrafo retirado da página do Sindicato dos Jornalistas, no anúncio deste congresso, para introduzir o que nesta altura considero um dos problemas maior da nossa classe, que é ter deixado de reivindicar junto do poder central com a acutilância de outros tempos, com a solidariedade dos patrões da comunicação social, não só o cumprimento da lei, como o dever de apoiarem os órgãos de comunicação social que fazem serviço público seja com muitos ou poucos jornalistas e, essencialmente, fora de Lisboa e do Porto, que o país não pode continuar a viver das notícias que correm entre o edifício da Assembleia da República e S. Bento.

Todos os jornalistas sabem que estamos a bater no fundo, mas até aqui chegarmos deixamos muito trabalho importante por fazer. Dou um exemplo que é de caras um assunto que jamais devia passar ao lado dos interesses da classe, e que passou despercebido sem que sobre ele se escrevesse uma linha, com excepção do jornal onde trabalho.

Os beneficiários de Fundos Europeus no âmbito do Portugal 2020 (2014-2020) não cumpriram a obrigação de publicar na imprensa local, regional e nacional, em suporte de papel ou digital, anúncios sobre os montantes recebidos.

Perante a contínua violação do nº 80 do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de Setembro, que a isso obrigava, O MIRANTE reclamou junto da Provedora de Justiça, em Janeiro de 2021.

Na altura, segundo informação do Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia referente a 31 de Março de 2020, já tinham sido aprovadas 50 mil candidaturas, no montante de 12 mil milhões de euros (47% do total), o que significava que, para além da violação do princípio da transparência, essencial na gestão de fundos europeus, tinham ficado por pagar mais de 15 milhões de euros em publicidade, aos jornais (contas feitas, com base em anúncios de 300 euros por cada publicação, valor baixo relativamente ao mercado, atendendo ao que muitos jornais praticam).

Para além do incumprimento da legislação pelas entidades públicas e privadas beneficiárias O MIRANTE dizia que, tão pouco - quanto era do conhecimento público - havia registo de controlo e fiscalização por parte das autoridades de gestão competentes para garantir o efectivo cumprimento desta obrigação legal ou de terem sido desencadeados por parte destas entidades quaisquer procedimentos administrativos tendentes à averiguação do cumprimento da obrigação legal de publicitação.

A resposta da Provedoria, em Abril desse ano (2021), chegou, pouco desenvolvida, contraditória e omissa quanto ao âmbito da queixa, onde era pedido, entre outras coisas que fosse recomendado ao Estado português, que corrigisse as omissões obrigando os beneficiários incumpridores do Portugal 2020 a fazer as publicações em falta, na medida em que aquela obrigação ainda podia ser cumprida. Era pedido ainda, que fosse mantida a obrigação legal de publicitação pelos beneficiários nos órgãos de imprensa local, regional e nacional, assim como o respectivo dever de fiscalização pelas Autoridades de Gestão na regulamentação dos próximos fundos, instrumentos e programas europeus, designadamente no “Portugal 2030”.

A Provedoria limitou-se a dar conhecimento a O MIRANTE das respostas que lhe tinham sido enviadas pela CCDRLVT relativas ao POR (Programa Operacional) Lisboa, que não engloba a maior parte dos concelhos abrangidos por O MIRANTE, informando que as entidades beneficiárias dos fundos naquela zona do país tinham gastado entre 2014 e 2020, pouco mais de seis mil euros (6.150,15 euros) e apenas em 2015, 2016 e 2018. E, perante a evi-

dência da veracidade do conteúdo da queixa de O MIRANTE, dizia que não se justificava “prosseguir com a instrução do procedimento” e informava ter feito uma “chamada de atenção” àquela entidade para que fosse “promovida, sem exceções, a publicitação pelos canais adequados de todos os apoios financeiros atribuídos, com o objectivo de assegurar a necessária e cada vez mais desejável transparência na gestão, concessão e fiscalização de fundos públicos”. E garantia que ficaria atenta à evolução do assunto, não prescindindo de uma nova intervenção se se viesse a justificar.

Na prática, nem os beneficiários foram obrigados a rectificar a ilegalidade; nem as entidades fiscalizaram o que deviam fiscalizar. Entretanto o Governo acabou com a obrigatoriedade da divulgação das candidaturas aprovadas, passando as mesmas a ser publicadas (artº 39º do Decreto-Lei 5/2023) apenas no site do Portal dos Fundos Europeus e no Portal Mais Transparência e apenas três vezes ao ano.

.....

O artigo 80 do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de Setembro, pretendia criar maior transparência e controle sobre a aplicação de fundos europeus através da obrigação de publicitação das operações aprovadas.

Ao mesmo tempo, com a cobrança dos anúncios, garantia ser possível contribuir para a sustentabilidade e independência dos jornais e rádios já que para informar os cidadãos e, desta feita, controlar o poder político e a actividade administrativa era necessário que tivessem não apenas recursos, mas também técnicos e jornalistas a quem pudessem remunerar de forma justa.

Como o legalmente estabelecido não foi cumprido, quem perdeu foi a transparência na utilização dos fundos e a independência e capacidade dos jornais para dar a informação.

Espero que este exemplo sirva como reflexão para o congresso de jornalistas porque a responsabilidade de estarmos a bater no fundo não pode ser só dos governantes que esfregam as mãos por o sector estar a definhar

nem dos empresários que compram os jornais para depois os reduzirem a folhas de couve.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **“Os trabalhadores que (não) colaboram”, por Paula Sofia Luz**

Este é o meu terceiro congresso dos jornalistas, e paira no ar a ameaça de que pode ser o último.

Digo-o assim, sem qualquer intenção de vos parecer lamechas, mas antes para honrar o que me ensinou o meu primeiro formador no Cenjor: é preciso escrever aos murros. Talvez seja por aí que deva começar: nos últimos anos deixámos de escrever aos murros. Passávamos a ser fofinhos, primeiro com os leitores, depois com os editores, depois com os diretores, e até com os administradores - essas entidades celestiais que sobrevoam os jornais, as rádios, as televisões. Que pedem resultados, sob pena de não nos salvarmos. Perdão, de só eles se salvarem. E dizem-no do alto dos sobretudos caros, dos sapatos italianos, da viagem em classe executiva, do brunch no melhor rooftop da cidade. Como queres tu, mísero precário, compreender o sabor das ostras se nem ao peixe congelado consegues chegar?

Como queres tu, correspondente dessa cidade de província, fazer valer a importância de falar da tua terra e da tua gente, se não importa essa gente que comprava os jornais quando falavam da sua rua, do negócio ruinoso que a sua Câmara queria fazer, dos feitos heroicos dos que ficaram na cidade e nas serras, depois de todos terem partido para longe?

Talvez não saibas que isso de querer fazer jornalismo ‘fora dos grandes centros’, que em linguagem corrente quer dizer Lisboa, não te leva a lado nenhum. Porque não te contentas com o que é a realidade: uma amálgama de produção de conteúdos, que de vez em quando é abanada pelas tragédias dos fogos, no verão, pelos naufrágios no inverno, e não deixa espaço para essas coisas mundanas tão pouco atraentes.

E tu, que já não és correspondente de coisa nenhuma, não correspondeste. Insistes em não-sei-quê da proximidade, sem perceberes que “não é isso que os leitores querem”.

O que querem eles, afinal? Não se sabe, porque não se pode lá ir, onde eles estão. Não há dinheiro para kms. Podias ir de boleia com o camarada fotógrafo, mas também não há dinheiro para fotógrafo. Não correspondeste, lembraste-te? Não ligas ao assessor de imprensa municipal – que já foi jornalista, mas agora trabalha num gabinete maior do que qualquer Redacção da zona – não lhe ligas a pedir uma fotografia para ilustrar o teu texto. Não colaboras. E logo tu, que és colaborador. Na boca de todos, é isso que tu és.

Só que na tua cabeça, no teu corpo e na tua alma, tu ainda és jornalista. Não, não és um tarefeiro que escreve a metro, como os têxteis da Covilhã.

És aquele e aquela que teceu uma rede de contactos, e a quem ainda ligam a contar novidades. Ou a quem enviam posts das redes sociais a perguntar se já viste, se também sabes, se aquilo é verdade. E então, tu colaboras. Explicas que uma página numa rede social qualquer não é um órgão de informação. Que é preciso checar.

Nesse meio tempo já um camarada de um jornal local te ligou, porque sufoca com os embustes; os embustes legitimados pelo poder local. Também aí, na imprensa regional, muitos não colaboram. Não entendem que o mundo seria um lugar sem chatices se também posassem para a fotografia ao lado dos vereadores e do presidente, se em vez de fazerem perguntas incómodas contribuíssem para um certo espírito de comunidade e território, alimentado a propaganda. Tudo amiguinho, como é bonito.

Quando foi que isto nos aconteceu? Quando foi que deixámos animadores e entertainers fazer de conta que são jornalistas, alimentando horas de rádio e páginas de jornal com comunicados de imprensa?

Eu sei. Sabemos todos. Foi quando legitimámos os equiparados. Quando permitimos, durante décadas, que a Comissão da Carteira Profissional fosse presidida por quem não é jornalista.

Mudámos isso. E ainda acredito que, se quisermos, podemos mudar o resto: filtrar quem se faz passar por nós. Garantir que a Entidade Reguladora regula alguma coisa. E se isto é um país, com um Estado de Direito, pensar e agir, de uma vez por todas, na forma de preservar e recuperar este legado da democracia.

Camaradas,

O que me faz vir aqui, falar-vos destas inquietações, é o jornalismo em que ainda acredito.

O que agora está a acontecer é algo de novo, que exige muito mais resistência. Integro a fileira de trabalhadores a recibo verde, colaboradores, da Global Media. Não vou falar-vos da ansiedade, da angústia de não receber a horas certas, do que é estar no fim da linha, mesmo fazendo primeiras páginas.

Vou falar-vos da importância de recuperarmos a dignidade, enquanto jornalistas freelancers, mesmo que precários.

Há sete anos, nesta mesma sala, já vos falei da precariedade, de como sobreviver ao fim das Redações.

O que hoje está em causa é a sobrevivência do jornalismo. E dos jornalistas.

E eu, que venho da era pré-memes, dos cartazes nas redações, e da esperança, estou ainda como aquele que pendurei por cima da minha primeira secretária, num jornal local que já não existe: **não acredito em milagres, mas confio neles.**

Este é o meu terceiro congresso, e não quero que seja o último.

## **“A imprensa na região de Setúbal: 30 anos de morte lenta”, por Francisco Alves Rito**

Quando comecei a fazer jornalismo, há 30 anos, havia 20 rádios no distrito de Setúbal. Todos os concelhos tinham pelo menos uma rádio. Incluindo o litoral alentejano.

Hoje são meia-dúzia - a Popular FM, a Rádio Seixal, a Sesimbra FM, a Rádio Sines, a M24 e a Rádio Clube de Grândola - e quase todas reduzidas aos mínimos, com duas ou três pessoas no total.

Nos jornais o cenário é igual ou pior. Há 30 anos eram também umas duas dezenas.

Hoje já desapareceu quase tudo. Ficaram apenas O SETUBALENSE, diário regional, o semanário, também regional, Semmais, e alguns, poucos, semanários ou quinzenários locais. Creio que os únicos com publicação regular são O Sesimbrense, O Leme, e o Grandolense.

Acresce que estes resistentes, todos sem excepção, estão hoje na contingência de terem de continuar a lutar pela sobrevivência. A luta, árdua, contra a extinção, é a batalha diária de todos estes jornais.

Uma região com quase um milhão de habitantes, às portas de Lisboa, está quase transformada num deserto de notícias.

O que temos de novo são sites de uma única pessoa que, além de não serem sustentáveis economicamente e de não terem recursos humanos para fazerem o jornalismo que se deseja, acrescentam outro problema: mascaram a situação. Dão ideia de que há coisas a nascer. Ainda em Dezembro, o assessor do ministro da Cultura - e, supostamente, da Comunicação Social - me dizia isso. Quando disse a Sérgio Gomes da Silva que na comunicação social está tudo a morrer, respondeu-me que tem nascido muita coisa em Portugal nos últimos anos.

É muito desconhecimento e inconsciência. Para confundir os projectos uni-pessoais com órgãos de comunicação social já é preciso muita boa-vontade,

mas usar esse fenómeno, essa profusão de precariedade e miséria para argumentar que há crescimento ou mudança positiva no sector, é, no mínimo, desconhecimento. O que é grave, quando se trata de responsáveis governamentais.

Há 30 anos, os jornais tinham fontes de receita publicitária que os sucessivos governos, entretanto, foram eliminando. Antigamente, todas as sociedades comerciais que nasciam, tinham de publicar a escritura de constituição nos jornais, e tanto as empresas como os institutos públicos, tinham de publicar os relatórios de contas na imprensa. E muitos outros actos públicos tinham de ser publicados na imprensa, em nome da transparência, para conhecimento da comunidade.

Hoje, todos esses actos têm de ser apenas publicados online, em portais e bases digitais que não passam pela imprensa e, não menos importante, que as populações não conhecem nem consultam.

Com total insensibilidade e falta de visão, os governos retiraram recursos essenciais ao jornalismo. Recursos que nem são dinheiro público. O Estado nem precisava de financiar o jornalismo directamente, bastava ter o cuidado de regular de forma adequada e inteligente.

As empresas e outras instituições de cada concelho, através deste exemplo, poderiam, se a regulação fosse nesse sentido, contribuir para a sustentabilidade do jornalismo. Assim, muitas, quase a generalidade, nada contribuem. Temos o território nacional, de Norte a Sul, das aldeias às vilas e cidades, inundadas de supermercados que investem milhões em rotundas, que lucram milhares de milhões e que dizimaram o comércio local, e que nada - rigorosamente nada - contribuem para a comunidade que os enriquece.

Os supermercados, de que cada concelho tem pelo menos meia-dúzia, vão a cada terra buscar a quase totalidade do rendimento disponível e não deixam lá nada. Só aí, o Estado poderia assegurar boa-parte da sustentabilidade da imprensa local e regional, se regulasse os meios em que estas empresas fazem publicidade. Com benefícios para a comunicação em jornais e rádios e

limitação nos folhetos, pendões e publicidade de rua com que poluem o meio-ambiente e o espaço urbano. Ganhavam o jornalismo e as comunidades.

Com as autarquias é a mesma coisa. Já não estão obrigadas a publicarem as deliberações e certos avisos nos jornais locais. Deveriam estar, porque era receita para a imprensa e maior transparência a favor das populações. O que temos é, ao contrário, municípios que constroem verdadeiras redacções com dezenas de profissionais, de redactores a fotógrafos, operadores de imagens e ETC, com capacidade para produzirem comunicação multimédia que ofusca a imprensa livre. Isto é concorrência desleal, é manipulação da opinião pública e é anti-democrático. Quem tem de fazer o escrutínio da actividade municipal é a imprensa livre. As autarquias devem ser limitadas ao máximo na comunicação institucional porque o dinheiro público não pode servir para propaganda.

Destas coisas não se fala. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tem de ser sensibilizada para isto e o Estado central tem de assumir as suas responsabilidades e, pelo menos, regular.

O Estado tem de regular estes aspectos que dizem respeito à receita e às condições de subsistência dos órgãos de comunicação social, mas também o advento da Internet.

A comunicação tradicional precisa de migrar para novos suportes, aproveitar as novas e as ferramentas digitais, mas está tudo armadilhado. Quem manda nas redes sociais são as gigantes tecnológicas que criaram um ambiente absolutamente tóxico para a imprensa. Controlam tudo e asseguram a quase totalidade das receitas publicitárias.

Em suma, é essencial que deste nosso congresso saiam duas conclusões muito importantes:

- Que o Estado tem de assumir o seu papel de regulador e criar as condições à viabilidade da imprensa em Portugal, porque estão em causa o Direito à Informação e a Liberdade de Imprensa, dois princípios constitucionais estruturantes para a democracia.

- Pelas mesmas razões, deve ficar claro que, de uma vez por todas, tem de ser pensado e alterado o modelo de financiamento do jornalismo. A função do jornalismo, num Estado democrático, é demasiado importante para estar entregue ao mercado.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **“Jornalismo de proximidade no distrito de Castelo Branco”, por Miguel Santos**

Aqui estamos, sete anos depois, a realizar o 5.º Congresso dos Jornalistas Portugueses. Fazemo-lo numa altura em que a nossa profissão está cada vez mais ameaçada e apesar de todos os alertas que ficaram em 2017, muitos deles não foram considerados. Por isso não podemos entrar no habitual “fado” de nos queixar quando temos também algumas responsabilidades pelo quadro negro que estamos agora a enfrentar, sendo a situação dos nossos camaradas da “Global Media” disso exemplo. Por isso, queria começar por deixar uma palavra de solidariedade da todos os camaradas desse grupo, pela situação muito difícil que estão a enfrentar e deixando-lhe a garantia de que todo este congresso vai estar ao lado deles na defesa dos seus direitos e continuar a lutar por um jornalismo livre, independente e sem “amarras”.

Pedi-me a Comissão Executiva que vos pudesse falar naquela que é a realidade do meu distrito. Castelo Branco. Ele é dividido por 11 concelhos e nele estão a trabalhar mais de 10 publicações, sendo que alguns são semanários de referência e seis rádios, sem esquecer os correspondentes de diferentes órgãos nacionais. É um distrito onde não existem “desertos de notícias” uma vez que as rádios e os jornais fazem uma cobertura abrangente e não se limitam a exercer a sua actividade no concelho onde estão sediados.

No meu distrito, e sobretudo depois da “explosão” das redes sociais, foram criadas várias páginas que se autointitulam como jornais e até televisões. E aqui começa um dos problemas mais sérios que enfrentamos; a descredibilização. Porque depois somos “todos iguais”. E com todo o respeito, não.

Não somos. O que é que isto origina? Vários problemas. Desde logo a nível comercial porque quem patrocina não quer saber da credibilidade ou do esforço que é feito pelos muitos camaradas que trabalham de forma séria. Querem saber é dos “likes” e de outras luzinhas. Mas depois alguns de nós têm coragem e apresentam uma queixa à ERC. Sabem o que acontece? A Entidade Reguladora da Comunicação refere que não são órgãos devidamente registados e remete o assunto para a ACT. A Autoridade para as Condições de Trabalho refere que se trata de um assunto de um “órgão” de comunicação social e remete novamente o caso para a ERC. E não saímos disto. Reina uma impunidade total.

A proximidade é outro dos factores que, em muitos casos, é perverso. Se alguém, num dos maiores centros urbanos, escrever uma notícia sobre um concelho do meu distrito em que coloque em causa um qualquer interveniente ou instituição, não o encontra no dia seguinte no café, na reunião de condomínio ou na reunião seguinte da câmara ou assembleia municipal. E nós encontramos. E somos muitas vezes questionados porque fizemos “isto ou aquilo”. É essa a altura de dar a cara e de não estar escondido atrás de qualquer contacto mais impessoal que é feito por telefone ou por email. O que acontece depois disso? Se o interveniente entende que a notícia não é abonatória de si próprio, lá voltamos a ter dificuldades do ponto de vista comercial e muitas vezes até institucional.

Em tempos, uma antiga jornalista mostrou-se indignada por ter sido abordada por um desses intervenientes e lhe ter sido dito que devia fazer “jornalismo positivo”. Sabem o que faz hoje? É assessora de comunicação de um presidente de câmara. E agora já é a mesma pessoa que recorre a esse conceito do “positivo” Como diria o poeta “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”.

A credibilidade é a chave da nossa profissão. Mas hoje, basta passar os olhos pelo santo ofício do século XXI que são as redes sociais, para perceber que o nosso trabalho tem sempre defeitos. Há sempre quem faça melhor que nós. Quem aponte os nossos erros. E nós erramos. E temos de ter a humildade para o reconhecer. Mas algumas dessas críticas são injustas. Dá vontade

de perguntar à pessoa que as faz se sabe o que custa levantar-se às 06:30 da manhã para ir trabalhar num dia de Natal? Obviamente que não sabe. Criticar é fácil. Fazer já é mais difícil.

No meu distrito existe um jornal mensal que pertence a uma associação. Nada de estranho. O presidente dessa associação é o director adjunto do jornal. Também não é estranho. Mas é, simultaneamente vereador numa câmara municipal. Aqui já começa a ser estranho. É certo que não existe nenhuma incompatibilidade legal, mas moralmente não o devia fazer. Mas depois ainda se dá ao luxo de participar em iniciativas, onde recolhe sons e tira fotografias, de assuntos onde está como interveniente para levar para a redacção. É uma espécie de vereador/jornalista. Repito o que disse atrás. Não. Não somos todos iguais. E toda a gente sabe disto e vai deixando passar.

Eu trabalho numa rádio. De cada vez que é emitido um tema musical, é pago um montante à sociedade portuguesa de autores. Neste momento há quem tenha acoplados a funcionar rádios online a jornais. Cumprem com a lei no que diz respeito ao número de noticiários de produção própria diária? Não. Então porque se chamam como rádios? Porque sim. Porque lhes apetece. Qual a fiscalização que lhes é feita? Desconheço. Cada um faz o que quer e sem quaisquer consequências.

Falei há pouco na situação vivida no grupo “Global Média”, mas alerta para outra que vem a caminho. Para além do meu distrito, conheço um pouco daquilo que é a realidade de rádios locais que estão espalhadas pelo país onde a grande maioria dos profissionais que hoje tem nos seus quadros ainda vem do tempo das rádios piratas e que depois foram legalizadas. Esses camaradas estão quase todos eles já muito próximos dos 60 anos. O que significa que se o próximo congresso se realizar daqui por sete anos, vão muitas dessas rádios estar fechadas. Por falta de pessoas. Porque os profissionais que estão no activo vão-se aposentar e o jornalismo é cada vez menos atractivos. E todos esses casos juntos vão ser outro caso semelhante.

De quando em vez, quase em surdina, um ou outro camarada lá me vai dizendo que o salário (mínimo é claro) está atrasado ou que o subsídio de

Natal ou de férias não foi pago dentro dos prazos previstos na lei. Já houve outras situações complicadas. Com 3 e 4 meses de atraso. Mas não foram notícia. Porque eram pouquinhos. Eram só 2 ou 3. Por isso o assunto vai passando pelos pingos da chuva.

Há um outro caso que, pessoalmente, já me motivou várias interrogações. Falo de outro jornal. A sua tiragem foi suspensa por vários meses devido a alegadas dificuldades financeiras. E era comercializado em banca. Agora, felizmente, está novamente em actividade. Tem distribuição gratuita. O título foi adquirido por outra empresa. Mas o espólio e um imóvel onde, em tempos, funcionou parte do seu sector gráfico foi adquirido pelo município.

Hoje ninguém integra qualquer órgão de comunicação social sem ter uma formação de nível superior. E saem assim que acaba o contrato ou o estágio. Porque os ordenados são baixos, porque é preciso muitos dias trabalhar 10 e 12 horas e porque é o mesmo jornalista que vai a qualquer actividade que tem também de ser fotojornalista, responsável pelos conteúdos online e às vezes até leva o próprio carro. A formação profissional é quase inexistente. O tempo para o jornalismo de investigação e para aprofundar os temas não existe, O que acontece? Desmotivam. Vão embora. E mesmo os que lá estão seguem muitas vezes esse caminho.

Escutei há poucas semanas uma reportagem efectuada na Madeira pela camarada Inês Forjaz, que não sei se está nesta sala, mas a quem quero enviar uma especial saudação. Ela efectuou um trabalho sobre a realidade da RDP Madeira onde sete elementos faziam programação, notícias, desporto, exteriores e tudo o mais. Inês, essa realidade que retrataste é a realidade de quase todas as rádios locais espalhadas por este país. Como eu me revi nessa reportagem.

O jornalismo deve ser a única actividade no mundo inteiro de serviço público que é suportado por empresas do sector privado e muitas vezes pelas atarquias. Sabem no que dá isso, não sabem? Dentro de sensivelmente três meses vamos ter eleições legislativas e é uma altura chave para que cada um decida o que quer para o nosso futuro colectivo. Os apoios do comércio

e indústria local são cada vez mais escassos e as grandes empresas desconhecem ou fazem de conta que desconhecem a nossa existência. Saibamos desafiar os partidos a apresentar, de forma concreta, quais as propostas que tem para a comunicação social. Para que exista um apoio claro e transparente e se deixe de estar dependente da boa vontade do autarca A, B ou C. E acreditem que, para além do jornalista/vereador, conheço muitos outros casos de eleitos em órgãos municipais que presidem e tem responsabilidades na gestão de órgãos de comunicação social.

Nas últimas eleições para o Sindicato dos Jornalistas, aceitei um convite da camarada Paula Sofia Luz para integrar a lista que saiu vencedora nas eleições para o Conselho Geral. E termino, partilhando com todos, uma reflexão que já tive numa das nossas reuniões:

Quem emite os títulos profissionais é a comissão da carteira profissional. É ela que certifica quem é, ou não jornalista. E depois temos a ERC, que fiscaliza os órgãos. Crie-se um novo organismo. Que funda os outros dois. Que reforce os meios de fiscalização. Que penalize quem não cumpre. Mas mais do que falar importa agir. A bem de todos. A bem do jornalismo. Porque, caros camaradas, continuo a dizer que não somos todos iguais.

Viva o V Congresso dos Jornalistas Portugueses. Viva o Jornalismo.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **“Comunicação Social na Diáspora”, por Raúl Reis**

Quando se fala de comunicação social da diáspora - e há pelo mundo mais de 160 meios de comunicação dedicados à nossa emigração - ocorrem várias questões sobre a sua definição. Será jornal português aquele que escreve apenas na língua de Camões ou pode ser bilingue, ou mesmo adotar completamente a língua do país de acolhimento? Será rádio portuguesa aquela que é propriedade de portugueses emigrados ou continua a sê-lo se pertencer a “nativos” desde que continue a falar português? Será o conteúdo que define

a “nacionalidade” do meio de comunicação? Ou seja, se um “media” tratar a informação das comunidades portuguesas em inglês estaremos perante um jornal da diáspora? E, numa época de transformação da paisagem informativa, serão meios de comunicação as páginas nas redes sociais ou os blogues?

Aqui se propõem algumas bases para ajudar a definir o que é um órgão de informação da diáspora portuguesa, à volta de cinco pontos essenciais: 1) a proximidade das comunidades portuguesas – parece difícil fazer informação para os emigrantes sentado numa redação em Portugal; 2) fornecer conteúdos relativos às comunidades e outros que sejam do seu interesse; 3) servir de plataforma a articulistas da diáspora, 4) escrever e falar português e 5) fornecer conteúdos informativos regularmente seja qual for o formato e o meio.

A questão linguística é a mais polémica, sendo debatida por muitos dos jornalistas da diáspora, sobretudo em países em que a língua local é de origem latina – na Venezuela a opção pelo espanhol tem sido quase unânime – e/ou onde a pressão política e social da língua nacional como veículo de integração é enorme, como é o caso de França.

Aos defensores do argumento de que a língua do país de acolhimento facilita o acesso às segunda e terceira gerações deve ser contraposto que é pena que esses lusodescendentes deixem de compreender português.

A falta de profissionais qualificados para produzirem conteúdos em português, se já foi um argumento válido noutros tempos, passou a ser uma falácia por causa da emigração de diplomados dos últimos anos, e porque também é fácil recrutar jornalistas residentes em Portugal para exercerem a sua profissão na e para a diáspora.

Parece-me óbvio que para ser jornal, rádio ou outro meio de comunicação das comunidades portuguesas – e na definição atrevo-me a incluir blogues e páginas relevantes nas redes sociais – deve escrever-se e falar a língua de Camões. Esta opção é mais um fundamento para que esses “media” sejam apoiados pelo Estado português.

Se ouvirmos a maioria dos jornalistas das comunidades portuguesas pelo mundo, somos confrontados com constantes manifestações de descontentamento sobre a relação com o Estado português. Dirão que em 1998 e em 2000, mas também em 2012 e em 2015, participaram em encontros dos meios de comunicação da diáspora onde se debateram ideias para melhorar a situação periclitante dos meios de comunicação da diáspora, mas que nada aconteceu.

Estão mapeados cerca de 160 meios de comunicação da diáspora no mundo, sendo a Europa e a América do Norte os continentes que mais contribuem para este número com perto de uma centena.

A Plataforma – Associação dos Órgãos de Comunicação Social Portugueses no Estrangeiro existe desde 2015, mas não conseguiu superar as resistências e as dúvidas de muitos desses jornalistas da diáspora que consideram difícil a colaboração entre estruturas díspares e, na maioria dos casos, dependentes de um reduzido número de voluntários.

O governo, depois de os ter ajudado, de forma quase simbólica, durante a pandemia, acaba de mudar a legislação dedicada aos apoios às associações da diáspora integrando um capítulo dedicado aos ‘media’.

O decreto-lei nº122/2023 cria o “Programa de Apoios à Comunicação Social da Diáspora Portuguesa”, iniciativa que a Plataforma tem vindo a solicitar.

As comunidades merecem apoio para os diferentes suportes - jornais, revistas, rádios e televisões - que editam em português no mundo. Estes órgãos de comunicação social asseguram um verdadeiro serviço público pois, ao informar, promovem a integração social, cultural, política e económica dos portugueses nos países de acolhimento, reforçam a sua ligação com Portugal, consolidam laços de solidariedade entre os membros da comunidade, enquanto promovem a cidadania nas comunidades portuguesas e valorizam a língua e cultura portuguesas no mundo.

Por isso, a Plataforma congratulou-se com a nova lei, mas lamentou não ter sido consultada e revelou, em comunicado, as falhas desta legislação.

A principal dificuldade de acesso a estes apoios prende-se com o facto de ser exigido que os ‘media’ das comunidades estejam reconhecidos como tal nos países onde operam. A legislação portuguesa relativa à publicidade institucional encontrou este ano uma solução para “reconhecer” os órgãos de comunicação social da diáspora junto da ERC e essa parece ser uma abordagem simplificada e que pode ser eficaz. Contudo, o governo optou por uma solução menos fácil que pode excluir do acesso aos apoios grande parte dos potenciais interessados, cujas estruturas são extremamente variadas, tal como a legislação dos países de acolhimento que muitas vezes impede o acesso destes ‘media’ ao reconhecimento oficial das suas atividades jornalísticas.

Por outro lado, o decreto-lei não parece poder contribuir diretamente para a sobrevivência da imprensa das comunidades portuguesas já que se aplica apenas a projetos específicos e pontuais, não permitindo apoios para as atividades correntes dos meios de comunicação social.

Portugal esteve demasiado tempo alheio à vida destes órgãos de comunicação social que exercem em meios quase completamente ignorados pelos seus colegas dos ‘media’ portugueses, por isso, a Plataforma congratula-se com a decisão do Conselho de Ministros de criar este sistema de apoios – tal como os ‘media’ da diáspora foram incluídos na publicidade institucional – mas a aplicação prática deste Decreto-Lei revela dificuldades de execução e um grau injustificado de desconhecimento da realidade da diáspora portuguesa e dos seus media.

### **“Sobre o digital absoluto e outros perigos de morte”, por Isabel Nery**

Recorro a um estudo que fiz junto de jovens universitários para trazer à reflexão a forma precipitada como, por vezes, se tomam conclusões (e decisões) sobre o consumo de informação. E alerta para algumas das armadilhas que o digital, com todas as suas vantagens, nos pode estar a estender.

A análise baseou-se num questionário aplicado a cerca de 500 alunos universitários, a quem foi pedido em 2019 que respondessem a várias perguntas

sobre os seus hábitos de leitura de jornais e a preferência por suportes informativos em papel ou digitais.

As respostas ao questionário permitem concluir que:

1. A amostra afirmou preferência pelo consumo de informação através da internet (77%) e das redes sociais (mais de 20%);
2. Apesar disso, mais de 90% dos respondentes do questionário consideram que a leitura em papel ou dispositivos eletrónicos é diferente;
3. Cerca de 74% entendem que a leitura em papel lhes permite assimilar melhor a informação;
4. Para uma leitura imersiva, 84% preferem o papel;
5. Embora tendo sido claros na sua preferência por consumo de notícias online, os estudantes foram ainda mais enfáticos na sua escolha por leitura em papel quando o pretendido é a imersão e compreensão de um texto.

Se os jovens valorizam tanto os dispositivos eletrónicos, ao mesmo tempo que admitem de forma esmagadora a melhor compreensão de conteúdos lidos em papel, poderemos estar perante um grave problema de transmissão de informação e conhecimento para as próximas gerações.

Em Portugal, como noutros países, as redes sociais tornaram-se uma das principais fontes de informação (Gustavo et al., 2023). E enquanto elas crescem, as vendas dos meios em papel descem (Andi et al., 2020), com prejuízo não apenas para os órgãos de comunicação, mas também para os resultados escolares (Hassell et al., 2016).

O consumo de *media* eletrónica está associado de forma negativa às notas dos estudantes (Jacobsen e Forste, 2010). Por cada hora de exposição a meios eletrónicos, as médias universitárias podem reduzir entre 0.05 a 0.07 pontos (Coyne et al., 2013). Para efeitos de aprendizagem, estudantes questionados tanto nos EUA como no México afirmaram que preferem ler em papel e que a leitura digital está limitada a uma hora de concentração (Cull, 2011).

Apesar da afirmada preferência pelos conteúdos online e na palma da mão dos jovens do nosso questionário, mais de 90% consideram que a leitura em papel ou dispositivos eletrónicos é diferente e mais de 74% entendem que a leitura em papel lhes permite assimilar melhor a informação. Para uma leitura imersiva, 84% optariam pelo papel, dado com especial relevância numa população com média de idades de 22 anos.

As respostas dos universitários portugueses encontram explicação científica em vários estudos. No papel, os textos obrigam a uma relação sensorial e motora com o leitor que é diferente da estabelecida nos textos em dispositivos. Uma leitura menos física (sem contacto com o papel) pode impedir a imersão no texto. Ler em iPad afeta a noção de localização (Mangen e Kuiken, 2014), causando estranheza em relação aos conteúdos que exigem a manipulação do dispositivo e levando a uma pior compreensão do que é lido (Mangen et al., 2013).

Apesar de algumas investigações apontarem para a vantagem do texto impresso, enquanto outras favorecem o digital, meta-análises como as de Delgado et al. (2018) permitiram algumas conclusões sustentadas: quem lê em computador teve piores resultados nos testes escolares do que os leitores de papel; há uma inferioridade dos ecrãs, com mais baixos níveis de compreensão para textos digitais; há uma correlação negativa entre a frequência de leitura digital e a compreensão do texto; scrolling pode adicionar uma sobrecarga cognitiva à função da leitura, dificultando a orientação espacial no texto não impresso.

A competição entre a facilidade do que é partilhado nas redes sociais, proporcionando prazer e distração sem esforço, e a exigência necessária à leitura imersiva facilita a desistência de tarefas mais complexas.

No universo digital tudo se baseia no fácil e prazeroso. E essa é a grande armadilha – para o jornalismo e para as sociedades democráticas. Porque um não vive sem as outras. O mundo que estamos a construir, alerta Williams, cria as maiores ameaças à liberdade e à democracia – as invisíveis. “No fu-

turo, os mais terríveis adversários da liberdade não vão surgir dos nossos medos, mas sim dos nossos prazeres” (2021, p. 26).

A leitura rápida e em modo *scan* dificulta a interpretação, levando a argumentações mais exíguas e acríicas do que nos rodeia, num verdadeiro estender de tapete aos populismos. Talvez porque, como advoga Han (2021, p. 30), “sem o tato físico não se cria relação”. E, acrescentamos nós, sem relação não há sedução – nem escuta.

Apesar de sinais como o aumento da ansiedade social e depressão causados pelas redes sociais, que arrastam já muitos para a *cibercondria* (Williams, 2021), não se fala sequer de ameaça porque, na ligeireza da facilitação e prazer imediato, poucos detetam o perigo.

Em 2023, a Suécia fez manchete em jornais de vários países do mundo devido à inversão de políticas públicas relativamente à leitura e aprendizagem em dispositivos eletrónicos. Apesar de ser um dos Estados que mais investiu na aprendizagem digital, com os ecrãs a substituírem os livros em papel nos últimos 15 anos, os organismos públicos responsáveis pelas políticas de educação anunciaram um apoio extraordinário para o regresso aos manuais tradicionais: 60 milhões de euros em 2023 e 45 milhões por ano em 2024 e 2025 para acelerar o regresso às escolas dos livros em papel. A medida da Agência Nacional de Educação foi tomada com base no aconselhamento de profissionais de saúde, preocupados com a substituição demasiado rápida do papel por ecrãs. O objetivo passou a ser garantir um livro por disciplina a cada aluno (Hivert, 2023).

A Educação gratuita e universal foi uma das maiores conquistas de Abril, a par da liberdade de expressão. Quanto mais letrados, mais exigentes serão os nossos leitores.

Educação e Jornalismo estão umbilicalmente ligados. Se o digital absoluto não serve à Educação, poderá servir ao Jornalismo e à Democracia?

## Referências

Andi, S., Newman, N., Fletcher, Nielsen, R. K., Shulz A., (2020). Reuters institute digital news report 2020. *Report of the Reuters Institute for the Study of Journalism*.

Cardoso, G., Paisana, M., Quintanilha, T. L., Pais, P. C. (março 2018). *Literacias na Sociedade dos Ecrãs*. Observatório da Comunicação. Disponível em <https://obercom.pt/literacias-na-sociedade-dos-ecra%CC%83s/>

Cardoso G., Paisana, M. e Martinho, A. (2023). Digital News Report – Portugal 2023.

Coyne, M. S., Padilla-Walker, L. M., & Howard, E. (2013). Emerging in a digital world: a decade review of media use, effects and gratifications in emerging adulthood. *Emerging Adulthood*, 1 (2), 125-137. <https://doi.org/10.1177/2167696813479782>

Cull, B. W. (2011). Reading revolutions: Online digital text and implications for reading in academe. *First Monday*, 16(6). <https://doi.org/10.5210/fm.v16i6.3340>

Delgado, P., Vargas, C., Ackerman, R., & Salmerón, L. (2018). Don't throw away your printed books: A meta-analysis on the effects of reading media on reading comprehension. *Educational Research Review*, 25, 23-38. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2018.09.003>

Han, Byung-Chul (2021). No-Cosas. Uruguai: Taurus.

Hassell, M., & Sukalich M. (Dezembro 2016). A deeper look into the Complex Relationship between Social Media Use and Academic Outcomes and Attitudes. *Information Research*, 21 (4). <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1138645.pdf>

Hivert, A. F. (21 maio 2023). “Too fast, too soon? Sweden backs away from screens in schools”. *Le Monde*.

Jacobson, S., Marino J. e Gutsche Jr R., (2016). The digital animation of literary journalism, *Journalism*, 17, 4, 527-546.

Mangen, A., Walgermo, B. R. e Kolbjorn, Bronnick (2013). Reading Linear Texts on Paper versus Computer Screen: Effects on Reading Comprehension. Elsevier.

Mangen, A. (2016). The digitalization of literary reading - Contributions from empirical research, *Orbis Litterarum*, 71, 3, 240-262.

Mangen, A. e Kuiken, D. (2014). Lost in an ipad - Narrative engagement on paper and tablet, *Scientific Study of Literature*, 4, 2, 150-177.

Williams, James. Clics Contra la humanidad – Libertad y Resistencia en la Era de la Distracción tecnológica. Barcelona: Gatopardo Ediciones.

## **6 NOVAS FRONTEIRAS DA PROFISSÃO – BALANÇO DO PAINEL**

### **A falta de tempo: a má moeda das novas fronteiras da profissão**

Falta de tempo para combater a mentira que, como disse Miguel Carvalho, “anda de Ferrari”, enquanto a verdade “anda de trotinete”;

Falta de tempo para investigar a direita radical e populista, que segue, em alta velocidade, em direção à incontrolável normalização, como assinalou Natália Viana, fundadora da Agência Pública, plataforma digital brasileira de jornalismo de investigação. A jornalista forneceu-nos a perspectiva de quem lidou com a extrema-direita no poder durante cinco anos. Baseando-se na experiência que tem em investigar redes internacionais de desinformação, a conhecida jornalista, descreveu, ao longo das suas intervenções, os vários desafios que enfrentou quando Jair Bolsonaro chegou ao poder, relatando-nos todo o esforço que o jornalismo teve de fazer para se adaptar a esse novo contexto, para evitar ser manipulado.

Falta de tempo para investigar. Stefan Candêa (European Investigative Collaborations), Paulo Pena (Investigate Europe) e Micael Pereira (Expresso), explicam-nos que a luta contra o tempo para investigar e aprofundar as matérias jornalísticas não é um fenómeno exclusivamente português. Os jornalistas de investigação deste painel, com experiência em consórcios internacionais, criticaram a intensa produção noticiosa que se faz hoje nas redações e o foco na quantidade de artigos em detrimento da qualidade. E esta realidade não está desassociada, concordaram os oradores, com o facto de o jornalismo falar para um público cada vez menor, fechado em si mesmo. A tal “bolha”.

Falta de tempo para observarmos os efeitos do tempo a correr desenfreado. O painel “A ameaça ou oportunidade da inteligência artificial”, com a pre-

sença de Daniel Catalão (RTP), Ana Pinto Martinho (ISCTE) e Josh Dzieza (The Verge), debruçou-se, exatamente, sobre os efeitos da inovação tecnológica no jornalismo e na forma como as máquinas já estão a substituir o trabalho humano.

Os oradores esforçaram-se, contudo, para mostrar que a inteligência artificial não é capaz de ir à rua, de ter ideias, de ter pensamento crítico. Mas isso não afasta o perigo da inteligência artificial para o jornalismo, pois ela pode, segundo os oradores, transformar os jornalistas em verificadores da informação produzida pela inteligência artificial. A desinformação, e o papel da inteligência artificial na produção de notícias falsas cada vez mais aprimoradas, não foi um tema descuidado. A importância de se saber a origem da informação e identificar a fonte, uma função jornalística tão velha como o próprio jornalismo, nunca foi tão importante.

E, lá está, voltamos ao mesmo. Combater as deepfakes é um trabalho lento, defenderam os oradores. É preciso tempo.

Filipe Teles

# **AS MOÇÕES APROVADAS NO 5.º CONGRESSO**

**“As nossas redações espelham a diversidade do país?  
Não, e temos de falar sobre isso”, por Filipe Santa-Bárbara,  
Joana Carvalho Reis e Sara de Melo Rocha**

A falta de diversidade nas redações portuguesas é um desafio significativo para o setor dos media, refletindo-se não apenas na representação limitada de perspetivas, mas também na qualidade e na autenticidade da informação.

É possível garantir um verdadeiro pluralismo nos media se as redações portuguesas são mais brancas, masculinas e heterossexuais do que a população do país?

A falta de representatividade nas notícias contribui para a manutenção de estigmas e a invisibilidade de minorias, com impacto na cobertura jornalística que, muitas vezes, não revela a riqueza e a complexidade da sociedade portuguesa.

Para construir um setor verdadeiramente informativo e relevante, é crucial promover a diversidade nas redações, garantindo a presença de diferentes perspetivas nas decisões editoriais e na narrativa mediática. Além de valorizar as notícias, também fortalecerá a ligação entre os media e a sociedade que servem.

É certo que há falta de estudos que permitam conhecer verdadeiramente a realidade social portuguesa. Em 2021, o INE optou por exemplo por não fazer qualquer questão sobre a origem étnico-racial da população, apesar de ser essa a recomendação do grupo de trabalho criado para avaliar esta possibilidade.

Em alternativa, o INE fez um inquérito divulgado em 2023 que revela que mais de meio milhão de portugueses identificou-se como não-branco - representa 6,4% da população entre os 18 e os 64 anos. O mesmo inquérito mostra que 1,4 milhões de pessoas em Portugal “têm um background imigratório”; quase um milhão (947,5 mil) são imigrantes de primeira geração.

Perante estes dados, importa questionar: o jornalismo reflete esta diversidade? Estão as vivências e experiências destas pessoas verdadeiramente

reproduzidas nas notícias? Estamos a investigar e a desenvolver assuntos que interessam a toda a sociedade portuguesa? Estamos a fazer bem o nosso trabalho?

Se olharmos para outros fatores, um estudo da IPSOS mostra que 7% da população identifica-se como pertencente à comunidade LGBTQIA+. Já no que diz respeito à identidade de género, 1% das pessoas identificam-se como trans, não-binárias ou de género fluido. As perguntas são as mesmas: estamos a fazer bem o nosso trabalho?

A jornalista Joana Gorjão Henriques defendeu, num artigo académico, que “numa sociedade verdadeiramente democrática e plural não é suficiente que os temas das notícias reflitam a diversidade, é preciso também que quem as produz espelhe essa diversidade”.

Olhemos então para as nossas redações e façamos esse exercício de observação empírica. A conclusão é de que, na sua grande maioria, o olhar é o de um homem cis, branco e heterossexual.

Olhemos até para a Comissão Executiva deste congresso: zero pessoas não-brancas. E isso deve fazer-nos pensar.

E se é verdade, por exemplo, que as mulheres representam 41,6% do total de jornalistas com carteira profissional, sendo a maioria entre os 18 e os 40 anos (correspondem a 56,3%, de acordo com dados da CCPJ deste ano), também é um facto que recebem menos, trabalham mais horas e são menos de metade em posições de chefia e liderança.

Quanto às fontes de informação e aos comentadores, também é possível observar uma predominância masculina, branca e acima dos 50 anos, o que levanta sérias questões sobre representatividade na narrativa jornalística. É imperativo que os media portugueses promovam ativamente a inclusão de fontes que representem a diversidade de género, etnia e faixas etárias presentes na sociedade, garantindo assim uma informação mais rica e contextualizada para todos.

Atentando nos números, diz-nos o último relatório da monitorização do pluralismo dos media na era digital, do Centre for Media Pluralism and Media Freedom: “a área da Inclusão Social apresenta um risco médio para o pluralismo dos media. A sua pontuação é afetada pelo risco elevado e médio-elevado, respetivamente, dos indicadores Representação de minorias nos media e Igualdade de género nos media. As minorias e as mulheres estão subrepresentadas nos meios de comunicação social portugueses, tal como assinalado no relatório de 2022”.

Não estará a resposta para estes números no facto de as nossas redações serem maioritariamente masculinas, brancas e heterossexuais?

Perante esta realidade, os autores desta comunicação propõem:

1. A criação de um grupo de trabalho que analise a representatividade nas redações, produza um relatório sobre o assunto e apresente os dados
2. A criação de um grupo de trabalho que ouça associações e ONG que representem minorias que identifiquem lacunas em assuntos tratados nos media e produza um documento que possa servir de consulta e reflexão para as redações
3. O apelo às redações e aos jornalistas para que exijam maior diversidade nas suas próprias redações, considerando fundamental a tomada de consciência da ausência de pluralismo de temas e da falta de representatividade no jornalismo

### **“Moção pelo Fotojornalismo em Portugal”, por Álvaro Isidoro, Luís Miguel Sousa, João Miguel Rodrigues, Pedro Rocha e Vítor Mota**

“A fotografia é a única linguagem compreensível em qualquer parte do mundo”, Bruno Barbey

O Fotojornalismo tem especificidades próprias, atravessa graves problemas, e por esta razão fazemos esta intervenção, que, esperamos possa ajudar de forma construtiva a olhar para alguns dos problemas comuns.

Sim, somos todos jornalistas, mas sofremos mesmo todos do mesmo problema?

1. A redução dos orçamentos editoriais, o aumento da concorrência e a desconfiança que paira sobre a imprensa em geral são apenas alguns dos fatores que afetam o futuro do fotojornalismo. Por isso é fundamental haver um debate honesto sobre a importância da fotografia em TODOS os órgãos de comunicação social.

O papel da fotografia é fundamental por ser uma das formas mais simples, eficazes e imediatas de comunicar:

- É Universal;
- Não tem barreiras linguísticas;
- De apreensão rápida - coloca o leitor automaticamente dentro da ação, e subconscientemente funciona como facto, como comprovativo de testemunho daquele momento.
- Aporta uma dimensão sensorial que o texto não traz da mesma forma.
- Tem a capacidade de proporcionar identidade a um OCS.
- É fundamental como construtora de memória futura.
- Facilita a memorização da informação.

Há muitos argumentos, mas mesmo assim eliminam-se secções de fotografia por completo, “obrigando” a que um jornalista se multiplique em várias funções, ou que os serviços de fotografia sejam contratados externamente, por um critério simplesmente financeiro, sem nunca ter em consideração as mais-valias de um profissional, de uma equipa especializada!

2. Todos os OCS usam a fotografia nos seus vários meios, da imprensa escrita, ás rádios e televisões (estes últimos incluem fotografias nos separadores para as notícias, e muitas vezes nas próprias notícias, sem atribuir os devidos créditos das mesmas), não se compreende a forma de atuar de algumas direcções e administrações, na extinção de postos de trabalho.

3. Tem extrema importância, a obtenção de imagens através de agências de imagem, nos melhores casos, ou através de agências de comunicação, assessorias de imprensa, clubes e federações. Nenhum deles tem um código deontológico que norteie as suas ações, o que fere de morte, além da credibilidade da publicação/meio, um dos valores básicos do jornalismo, a imparcialidade!

Seria ético publicar diretamente um texto escrito pelo assessor?

Então porque uma fotografia enviada por estas organizações/entidades já não é problema?

Podemos confirmar que as fotografias são reais?

Ou que contam toda a história sem ocultar pormenores importantes?

É por exemplos como este, que o trabalho fotográfico tem de ser garantido por jornalistas e não deve ser entregue a fotógrafos de ocasião, anónimos com câmara ou a profissionais de comunicação contratados para controlar a “imagem” que as organizações ou personalidades pretendem ver difundida nos OCS, com a utilização de uma narrativa única, e a consequente perda de pluralidade.

Se abrimos precedentes e prescindirmos da imagem, o que vem a seguir? O texto?

4. O espaço informativo não desaparece, arranja-se é uma forma alternativa de o preencher, e o trabalho precário é outra alternativa às agências de comunicação.

- Onde não há vínculo contratual:
- não há obrigações do contratante
- os profissionais encontram péssimas condições de trabalho
- os profissionais estão sujeitos a assédio laboral
- os profissionais não têm nenhuma progressão na carreira

- os profissionais têm honorários miseráveis
- os profissionais não têm direitos, só deveres

Fomos, somos e seremos sempre necessários, porque o nosso trabalho, quando feito de forma séria, ética, imparcial, honesta e rigorosa, é verdadeiramente serviço público.

A fotografia é uma linguagem própria ao uso dos OCS!

Propomos mecanismos estratégicos, por meio de acordos ou sanções, que garantam os direitos e obrigações que dizem respeito à produção de informação relevante e não a mera produção ou divulgação de infotainment enlatado por organizações e interesses.

Ficam algumas sugestões de soluções que acreditamos que, a serem implementadas poderão trazer qualidade à profissão e, conseqüentemente, aos OCS para os quais trabalhamos empenhadamente:

- Garantir que todos os colaboradores fotográficos têm carteira profissional válida.
- Não utilização de imagens de organizações externas. A utilização de imagens sem controlo de proveniência (cidadãos anónimos, redes sociais, agências de comunicação, assessorias de imprensa) deve ser uma exceção e não a regra
- Sensibilização junto das redações para fiscalizar a utilização de fotografias de organizações externas, estando as entidades reguladoras vigilantes e obrigadas a aplicar sanções que visem o desencorajamento de utilização de imagens com proveniência não jornalística.
- Criação de uma coima no valor de 10 x o valor de serviço mínimo constante na tabela negociada em CCT (150€), por utilização de imagens de proveniência externa ao OCS, se a tarefa pudesse ter sido executada por um profissional dos quadros ou colaborador devidamente credenciado.

- Informar previamente os profissionais quando o trabalho a realizar for publlirreportagem.
- Efetivar as tabelas negociadas em CCT para os fotojornalistas independentes, atualizá-las, porque a inflação e os custos aumentaram desde que foram negociadas, e fazer com que sejam de facto implementadas, aplicando coimas aos incumpridores.
- Criar uma tabela para republicação de imagens, venda das mesmas a terceiros, num conceito de royalties.
- Comparticipação em reparações ou substituição de material próprio quando danificado em reportagem.

O maior desafio que enfrentamos presentemente, é a luta para sermos credíveis.

Isto implica pesquisar, fazer as perguntas certas e apresentar as histórias da forma correta, com a cooperação de quem redige o texto, fotografa, edita, compõe a página e cria o conteúdo multimédia.

É um trabalho de equipa, na qual o fotojornalista desempenha um papel crucial na captura de momentos únicos que retratam a história.

Passámos do filme para o digital, da impressão para a web e agora, numa altura em que a IA entra em força nas redações, temos a certeza que a fotografia sobreviverá. E que continuará a ser essencial, porque só havendo um jornalista atrás de cada câmara, se garante o cumprimento do compromisso que temos com os factos e com os leitores: A VERDADE!

### **“Pela rejeição da desinformação e do clickbait expressas no Código Deontológico”, por Sofia Craveiro**

A utilização das redes sociais como ferramenta de disseminação de informação jornalística deve trazer consigo uma responsabilidade acrescida. A partilha de conteúdos noticiosos em plataformas digitais necessita de estar abrangida pelas diretrizes aplicáveis à produção dos mesmos. O Código

Deontológico dos Jornalistas deve, por isso, especificar que o clickbait e a desinformação têm de ser combatidos pelo jornalista.

Sabemos que a autorregulação dos jornalistas se rege, fundamentalmente, pelo respeito pelo Código Deontológico. Este documento não se cinge a obrigações e deveres inerentes à nossa profissão, esclarece ainda práticas recomendáveis de conduta profissional nos momentos de relação humana. Deve, por este motivo, ser abrangente e dinâmico, evoluindo para acompanhar as alterações ao panorama mediático e a forma como os jornalistas se relacionam com a sua audiência.

A utilização das redes sociais como ferramenta de disseminação de conteúdos jornalísticos tornou-se rotineira e, será justo dizer, quase imprescindível em muitos casos. Não há como negar que as plataformas digitais constituem um importante meio de divulgação do nosso trabalho. Existem hoje conteúdos específicos, desenhados para resumir e captar a atenção das audiências online e encaminhá-las para a leitura ou visualização das notícias e reportagens propriamente ditas. As redações de maiores dimensões estão hoje repletas de jornalistas cuja única função é adaptar as publicações de conteúdos informativos para que sejam disseminados nas redes sociais.

Não podemos mais fingir que a nossa profissão não mudou.

Num meio tão caótico e ambíguo como é a internet, o jornalismo tem de manter e, diria mesmo, aprimorar o rigor que o caracteriza. A crise que paira sobre a nossa profissão não pode servir de justificação para a publicação de títulos sensacionalistas, enganadores ou dúbios que, em prol do clickbait, podem mesmo dar origem a situações de desinformação. A forma como as notícias são divulgadas em plataformas digitais e redes sociais tem de ser pensada em linha com a ética e deontologia jornalística, sob pena de descredibilizar o conteúdo jornalístico que pretende promover.

É nossa missão informar da forma mais honesta e responsável possível, mesmo que menos apelativa. Tal facto sempre foi válido para capas de jornais, tem de ser válido também para o meio digital e para a divulgação de

conteúdos noticiosos nas redes sociais. A partilha de notícias, reportagens e investigações tem de ser considerada complementar ao trabalho jornalístico, subscrevendo as mesmas regras e valores.

Não podemos continuar a encarar a partilha de conteúdos como alheia à redação de notícias e reportagens. Os meios de comunicação podem e devem controlar a forma como a informação é disseminada nas várias plataformas, sendo também uma responsabilidade do jornalista assegurar que tudo isso seja feito de forma responsável e honesta.

O Reuters Digital News Report de 2022, elaborado pelo Reuters Institute for the Study of Journalism, revelou que os hábitos de consumo de notícias estão a mudar a uma velocidade galopante. Segundo este documento, 39% dos jovens entre 18 e 24 anos utilizam as redes sociais como principal fonte de notícias. Com estes dados, torna-se inegável o rigor que deve estar subjacente à forma como as notícias e reportagens são disseminadas.

A inclusão direta destas preocupações no Código Deontológico que nos rege implica uma responsabilidade acrescida para jornalistas que trabalhem com redes sociais, o que se mostra como urgente no momento político e social que vivemos.

Proponho a este congresso a aprovação das seguintes propostas:

- Reformulação do artigo 2o do Código Deontológico dos Jornalistas, para que nele sejam incluídos os termos “clickbait” e “desinformação” como fatores a combater pelo jornalista. Assim, ao invés de o artigo 2o expressar que: O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais. O artigo 2o, passa a ter a seguinte formulação:
- O jornalista deve combater a censura, o sensacionalismo, a desinformação e o clickbait, rejeitando formulações passíveis de induzir em erro em prol da captação de audiência. O jornalista deve considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.

- Constituição de um grupo de trabalho para definir um glossário, que esclareça todos os conceitos expressos no artigo 2o, nomeadamente, censura, sensacionalismo, clickbait, desinformação, plágio e acusação sem provas. Todos são ataques muito distintos aos princípios deontológicos que regem a nossa profissão. O único ponto comum é a gravidade com que ferem a nossa ética profissional. Neste sentido, importa definir e clarificar o que está em causa em cada uma destas infrações;
- Além das alterações propostas, o mesmo grupo deve trabalhar para melhorar o Código Deontológico com anexos que contenham outras definições e exemplos que possam servir de orientação para todos os jornalistas. Este grupo de trabalho poderia ainda assumir a responsabilidade de redigir um manual de boas práticas - ou documento com diferente designação, mas função equivalente -, que nos permita esclarecer todas as dúvidas e eliminar zonas cinzentas, para que não exista margem para interpretações duvidosas que prejudiquem a nossa função na democracia.

**“120 jornalistas e trabalhadores dos media mortos no mundo, em 2023 – 96 foram mortos deste 7 de Outubro de 2023 na guerra em Gaza”, por Orlando César e Carlos Camponez**

O último relatório global da UNESCO (2021/2022) sobre Tendências Mundiais em Liberdade de Expressão e Desenvolvimento dos Media assinala que o jornalismo independente (o tipo que favorece o interesse público) está em perigo.

A erosão dos modelos de negócio que dão sustentabilidade aos meios de comunicação social «aprofundou uma crise na liberdade e segurança dos jornalistas em todo o mundo». Acrescenta que «aproximadamente metade do total dos gastos globais com publicidade vai para duas empresas: Google e Meta».

No seu relatório, a UNESCO salienta que, desde 2016, dezenas de países adoptaram ou alteraram leis e regulamentos que ameaçam a liberdade de

expressão e a liberdade de imprensa online. Nos últimos cinco anos, 85 por cento da população mundial registou «um declínio na liberdade de imprensa no seu país».

A organização das Nações Unidas afirma que «a resposta global a estes desafios na próxima década será decisiva para a sobrevivência de uma esfera pública democrática». Mas não é só a liberdade e os postos de trabalho que estão em risco. A vida dos jornalistas está em perigo. Em vários quadrantes do mundo já não basta a imposição de diferentes tipos de censura e de proibição do acesso de jornalistas aos acontecimentos.

Abatem os mensageiros.

A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) anunciou em 31 de Dezembro que 120 jornalistas e profissionais da comunicação social foram assassinados em 2023. Destes, 68 por cento foram mortos na guerra em Gaza. Foram assassinados 82 jornalistas e profissionais da comunicação social, dos quais 75 jornalistas palestinianos, quatro israelitas e três libaneses. No Médio Oriente, foram ainda mortos três trabalhadores dos meios de comunicação social na Síria.

Na Europa, foram mortos três jornalistas e profissionais dos meios de comunicação social na guerra da Ucrânia. Um era ucraniano, outro russo e o terceiro francês. Foi ainda morto um trabalhador dos media na Albânia. Nos restantes continentes, foram mortos 12 jornalistas na região de Ásia-Pacífico; dez na América do Norte e na do Sul; e nove em África, um dos quais em Moçambique.

A guerra em Gaza contribuiu para o crescimento exponencial de jornalistas e profissionais dos meios de comunicação social assassinados em 2023. Em 2024, as mortes prosseguem em Gaza. Pelo menos seis jornalistas e profissionais da comunicação social foram mortos durante as primeiras semanas de 2024.

De acordo com dados da FIJ recolhidos até 15 de Janeiro, pelo menos 96 jornalistas e trabalhadores da comunicação social foram mortos desde o início da guerra em Gaza, a 7 de Outubro de 2023: 89 palestinianos, quatro israelitas

e três libaneses. A federação sindical acrescenta que há ainda vários feridos e outros desaparecidos, o que considera ser «uma taxa sem precedentes».

A FIJ e os formadores de segurança do Sindicato dos Jornalistas Palestinos no terreno têm actualizado os seus conselhos de segurança e apelado «a todas as redacções – especialmente os empregadores – para protegerem os seus repórteres, fotógrafos e operadores de câmara no terreno». Insta os jornalistas no terreno a tomarem todas as precauções e a que lhes seja fornecido todo o equipamento de segurança profissional necessário para cobrir os eventos. Afirma que «nenhuma história vale a vida de um jornalista».

Em 13 de Outubro de 2023, a FIJ apelou à UNESCO para que exigisse às «partes em conflito que reduzissem a escalada da violência, o que só resultará em vítimas civis, especialmente jornalistas». A federação sindical salienta, além disso, que «a luta contra a desinformação é um dos pilares da Carta Global de Ética para Jornalistas da FIJ» e que «as suas disposições devem continuar a ser a espinha dorsal dos princípios profissionais dos jornalistas; estar bem informado é um dos primeiros direitos do cidadão».

Nasser Abou Baker, presidente do Sindicato dos Jornalistas Palestinos, afirmou que «há também uma guerra contra o jornalismo na Palestina porque Israel não quer que o mundo saiba dos abusos cometidos pelo seu exército.» A 7 de Dezembro de 2023, em Paris, denunciou também que vários ataques israelitas eram deliberados e visavam directamente jornalistas, os seus escritórios e casas.

Em 12 de Janeiro, a FIJ apelou ao Supremo Tribunal e ao governo israelita para que permitam a entrada de meios de comunicação estrangeiros em Gaza para garantir reportagens independentes e para que cesse a violação da liberdade de imprensa. Aduz estar «preocupada com o facto de o prolongamento da proibição contribuir para o controlo militar israelita sobre a cobertura mediática internacional da guerra em Gaza».

Desde o início da guerra em Gaza, Israel mantém detidos sem julgamento pelo menos 19 jornalistas palestinos, segundo divulgou, dia 18 de Janeiro;

a Comissão para Protecção dos Jornalistas (CPJ). A CPJ é uma organização norte-americana sem fins lucrativos com sede em Nova Iorque.

- O V Congresso dos Jornalistas manifesta a sua preocupação face à crescente restrição da liberdade de informação em todo o mundo, quer por via legislativa quer por constrangimentos de natureza económica ou outros.
- Manifesta preocupação com as ameaças crescentes aos direitos laborais e ao emprego.
- Manifesta preocupação com os ataques às condições de trabalho e ao exercício independente e autónomo da profissão em todo o mundo.
- Reclama a adopção pelas instâncias internacionais e pelos media de medidas eficientes de protecção dos jornalistas face aos riscos que enfrentam.
- Repudia com veemência o assassinato de 120 jornalistas no mundo, em 2023.
- Repudia o assassinato de 96 jornalistas na guerra em Gaza, o que equivale a uma morte por dia desde 7 de Outubro (de acordo com dados de 12 de Janeiro).
- Repudia o ataque feroz ao direito à informação e o controlo mediático da cobertura da guerra nos territórios ocupados.
- Manifesta a sua solidariedade aos jornalistas no terreno na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.
- Insta as autoridades israelitas a permitirem a livre circulação e o acesso de jornalistas, locais e estrangeiros, às zonas em conflito.

Estes autores não seguem as normas do novo Acordo Ortográfico

## **“Moção sobre ecossistema dos media e a deontologia”, por Orlando César**

O ecossistema dos media está em mudança acelerada desde a década de 90 do século passado. Como sempre aconteceu, a inovação tecnológica, a organização societária dos media e as mudanças sociais impulsionaram as transformações. Já neste século, os efeitos da globalização dos mercados, a influência crescente das relações públicas e da publicidade no conteúdo dos media e a perda de influência das organizações representativas dos jornalistas determinaram alterações mais profundas.

Transformações que tiveram implicações nas empresas de media, nas profissões dos meios de comunicação social, no conjunto de procedimentos e práticas, nos conteúdos e no domínio discursivo do jornalismo. Têm e terão, caso não haja uma inversão de tendência, consequências para a comunidade e para o papel de interesse público que desempenha na sociedade. O jornalismo é uma instituição de inscrição de conhecimento e uma instância da democracia.

As organizações de media mudaram na sequência de concentrações dos meios, da entrada de accionistas alheios ao negócio dos media, da inflexão na sua finalidade editorial, da desvalorização profissional e das relações laborais.

As redacções perderam autonomia em relação às administrações. Registouse uma tendência para que a direcção de informação alienasse a sua função de representação da redacção junto da administração. Tornando-se, nalguns casos e de forma explícita, uma representação da administração.

A intensidade do ritmo de trabalho, o acréscimo de tarefas, a escassez de profissionais e a falta de investimento na produção editorial nega às redacções a possibilidade de reflectirem sobre o exercício jornalístico. Conduz à atomização das tarefas e das relações profissionais, com perda de capacitação das redacções e da sua independência editorial.

O marketing, as relações públicas e as fontes profissionais ganharam ascendente e acesso, por vezes privilegiado, às redacções, com implicações no agendamento e na informação produzida.

O domínio discursivo do jornalismo também foi afectado pela tendência crescente da homogeneidade da forma e conteúdo da informação, decorrente de fluxos de um mercado noticioso transnacional que incorpora a interpretação subjectiva dos acontecimentos, baseada no interesse e na cultura política dos emissores da mensagem.

Situação agravada por submissão a concepções de autoridade externa que desgastam a autonomia e independência jornalísticas e por repetidas práticas que alienam os procedimentos básicos de natureza ético-deontológica da profissão.

As organizações de media, o jornalismo e os jornalistas vivem uma conjuntura difícil que é imperioso ultrapassar. São diversos os planos dessa crise, os quais concitam a acção dos jornalistas e a atenção dos diferentes actores envolvidos e das entidades que regulam o sector.

As empresas, os accionistas e os investidores devem ser idóneos e responsáveis. Também é legítimo exigir-lhes uma conduta que se inscreva no quadro da actividade dos medias e que assegure às redacções a independência e autonomia consagradas em sede constitucional.

Este contexto muito diverso degrada, em última instância, a produção jornalística, a qual é indissociável da figura do jornalista, das suas práticas e da sua responsabilidade profissional perante os públicos em prol de quem trabalha.

Mas os jornalistas têm património seu de luta que não podem descurar. Em 1969, um grupo de 170 jornalistas incorporou a figura do conselho de redacção nas Bases Fundamentais de uma Lei de Imprensa, que então aprovaram. Reivindicação acolhida a partir de 1970 pelo Sindicato dos Jornalistas, quando eleita uma direcção da confiança da classe. Silva Costa, então presidente do sindicato, considerou que nesse órgão residia o «mecanismo interior à própria actividade profissional».

Gabriel García Márquez alertou no final do século passado para uma questão crítica da profissão. «A melhor notícia nem sempre é a que se dá primeiro, mas muitas vezes a que se dá melhor». Fê-lo numa alocução proferida no

dia 7 de Outubro de 1996, em Los Angeles, perante a 52a Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa. Acrescentou então que «a ética não é uma condição ocasional, e sim que deve acompanhar sempre o jornalismo, como o zumbido acompanha o besouro».

O enunciado pretende contextualizar os diferentes factores que contribuíram para a situação presente do jornalismo. A moção centra-se em aspectos estruturais relacionados com os direitos e deveres dos jornalistas, que estão plasmados no seu código de conduta profissional e demarcados pela letra e espírito da Constituição da República Portuguesa.

O V Congresso reconhece que o direito de participação e de intervenção na orientação editorial dos meios é inerente à liberdade de expressão, de informação e de criação dos jornalistas, tal como consagra a Constituição. E constitui fundamento para o reforço indispensável e urgente das instâncias profissionais e dos seus órgãos representativos.

Assim, o V Congresso dos Jornalistas insta:

Os jornalistas a exercerem o direito de participação e intervenção na orientação editorial dos meios de comunicação social como um património da classe profissional e um direito consagrado na Constituição, na Lei de Imprensa e no Estatuto do Jornalista.

As direcções de informação a exercerem ou a reassumiram o papel de instância de representação junto das administrações.

As direcções de informação a assumirem o papel que lhes é cometido por lei, enquanto presidentes por inerência dos conselhos de redacção, e darem o exemplo de exigência do cumprimento escrupuloso dos princípios e deveres profissionais em matéria deontológica.

As redacções a elegerem os seus representantes nos conselhos de redacção, órgãos que constituem a primeira instância da regulação ética e deontológica.

As redacções a criarem uma base cultural e um ambiente de trabalho que se baseie na ética e deontologia, a qual define a natureza do profissionalismo e uma condição da qualidade do jornalismo.

As chefias e os editores a assegurarem a formação e acompanhamento dos jornalistas em estágio ou início de carreira.

Os jornalistas a assumirem a sua responsabilidade individual e colectiva perante o público em prol de quem trabalham.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **“Jornalista do Jornal Expresso foi agredido na Universidade Católica”, por Luís Filipe Simões, Diana Andringa, Pedro Coelho e Sofia Branco**

Na terça-feira, dia 16 de janeiro quando este congresso estava a abrir, um jornalista do Jornal Expresso foi agredido na Universidade Católica, onde se encontrava em serviço. É hora de dizer basta!

Basta de agressões a jornalistas. Basta de ataques ao jornalismo. Basta de complacência com quem reiteradamente faz ataques à liberdade de imprensa.

Basta de fazermos de conta de que nada está a acontecer e assim permitirmos que um dos pilares da democracia viva momento muitíssimo delicado.

Um jornalista do Expresso estava no exercício das suas funções na Universidade Católica no momento em que André Ventura, líder do Chega, falava com estudantes quando foi violentamente retirado da sala.

Foi agredido e um dos funcionários do partido ainda lhe perguntou se era suficiente ou queria mais.

Numa universidade. Num espaço que deve ser de liberdade. Num espaço que deve ser de debate. De conhecimento. De partilha de saberes. Espaço onde devia ensinar-se a respeitar todas as liberdades, nomeadamente a da liberdade de imprensa.

Não podemos continuar a permitir este clima de impunidade no que respeita à agressão a jornalistas que é, desde 2018, considerada uma ofensa à integridade física qualificada, nos termos do art. 145.º do Código Penal e que constitui crime público, nos termos do mesmo artigo, conjugado com o disposto no n.º 2 do art. 132.º do referido Código.

A Universidade não assumiu as suas responsabilidades, o partido em causa não assumiu responsabilidade do crime cometido. Os jornalistas presentes no congresso exigem da PGR que seja célere a responder à queixa do jornalista do Expresso e que avance com um inquérito rigoroso para o apuramento de responsabilidades e a punição exemplar dos responsáveis.

### **“Moção sobre preservação da memória audiovisual e digital”, por Nuno Domingues**

Caros camaradas.

Constando-se que que não existe na rádio, na televisão e nos meios informativos digitais, uma obrigação semelhante ao depósito legal de obras publicadas, que permita a salvaguarda da memória histórica desses órgãos;

Considerando que cada rádio, televisão ou meio digital, trata a própria memória em função do interesse próprio ou da falta dele, e dos meios humanos, financeiros e logísticos que dispõe;

Considerando que a memória de uma comunidade, é (ou deve ser) um dos objetos de trabalho dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social que estão integrados nessa comunidade;

Considerando ainda os casos recentes do grupo Global Media, com uma indefinição pública sobre a titularidade, o estado, e a localização dos arquivos dos vários títulos do grupo, e a inexistência de um arquivo da Rádio TSF;

Submeto ao V Congresso dos Jornalistas a seguinte moção:

1. Que o V Congresso dos Jornalistas recomende à Assembleia da República e ao Governo, a criação de legislação ou a alteração da já existente, que obrigue os titulares de órgãos de comunicação social nacional, regional ou local, registados na Entidade Reguladora da Comunicação social, a criar, manter e dar acesso público, mesmo que condicionado, ao arquivo de publicações ou difusões de programas, especialmente de informação;
2. Que o V Congresso dos Jornalistas recomende aos órgãos de comunicação social registados na Entidade Reguladora da Comunicação Social, através das estruturas representativas dos titulares dos mesmos e dos profissionais que nelas trabalham, a adopção voluntária de medidas tendentes à criação, manutenção e disponibilização dos respectivos arquivos de publicações e transmissões;
3. Que o V Congresso dos Jornalistas recomende ao Estado, através da Assembleia da República ou do Governo, a criação de um registo obrigatório das emissões de rádio e de televisão, semelhante ao depósito legal de publicações, e de um registo obrigatório diário de conteúdos digitais das publicações registadas como órgãos de comunicação social junto da Entidade Reguladora da Comunicação Social, e que possa estar à guarda da instituição que tutela os arquivos nacionais.

Este autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico

### **"Pela saúde mental dos jornalistas", por Isabel Nery**

O estudo de 2023 sobre desgaste profissional, fruto de uma parceria entre o Sindicato dos Jornalistas, a Casa da Imprensa e a Associação Portuguesa de Imprensa, concluiu que mais de metade dos jornalistas (57%) considera que o trabalho afeta a sua saúde.

Uma perceção especialmente gravosa no que toca à saúde mental: 48% tem níveis elevados de esgotamento e 18% está já em exaustão profissional.

E nem os jornalistas que fazem trabalho em contextos extremos têm direito a atenção por parte das empresas, já que 92% não teve qualquer apoio psicológico depois de fazer coberturas traumáticas.

Tendo em conta a gravidade deste diagnóstico coletivo, mas também o facto de a crescente precariedade e baixos salários tornarem quase impossível um apropriado acompanhamento de saúde mental, área não coberta pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), logo extremamente dispendiosa para quem dela precisa, proponho:

A CRIAÇÃO, POR PARTE DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, DE UM SISTEMA DE ACESSO A CONSULTAS DE PSICOLOGIA DE FORMA GRATUITA PARA JORNALISTAS

### **“Por um jornalismo ético - pelo sim e pelo não”, por Sofia Branco**

Não nos permitiremos entrincheirar em torres de marfim, bolhas de classe ou circuitos de poder.

Não continuaremos a servir a repetição e a imitação, correndo atrás dos mesmos: não encheremos chouriços.

Não serviremos de correia de transmissão e caixa-de-ressonância para gente mal preparada e mal-intencionada, para comentários sem fundamento, cedendo de mão beijada espaço que é de interesse público a gente que o usa para cavalgar as suas carreiras privadas.

Não limitaremos o princípio do contraditório a ouvir a e b, indo ao fundo do que diz a e b, juntando contexto e historial, acrescentando o que apuramos, nós próprios, sobre o assunto.

Não nos refugiaremos em aspas para reproduzir discurso de ódio – racista, misógino, homofóbico e discriminatório –, porque o jornalismo não pode servir para humilhar e desumanizar pessoas.

Não alimentaremos o discurso de que Lisboa é o país e o resto é paisagem, sabendo que essa paisagem é a riqueza do país. E não vampirizaremos o trabalho de órgãos locais e regionais.

Não abdicaremos, em caso algum, da pergunta. Tal como decidido aqui, em 2017, só participaremos em verdadeiras conferências de imprensa, rejeitando ser pés de microfone para declarações que podem ser asseguradas por equipas de comunicação interna ou agências de comunicação contratadas para o efeito.

Não deixaremos de nos bater contra a abutrição do trabalho jornalístico por redes sociais controladas por plataformas multinacionais que não pagam por ele o valor devido e muitas vezes o deturpam e manipulam a favor dos seus interesses.

Não nos esqueceremos de que existe uma cláusula de consciência, prevista na lei, que deve ser acionada sempre que recebamos uma ordem que contraria o código deontológico.

Não faremos nenhuma notícia que não gostássemos que fosse feita sobre a nossa mãe.

E pelo sim, o que temos?

Faremos por reforçar e fortalecer a autorregulação.

Garantiremos o escrutínio dos outros, escrutinando-nos também.

Defenderemos o jornalismo enquanto coletivo, contribuindo ativamente para as organizações representativas dos trabalhadores e as instituições que representam os jornalistas.

Separaremos o trigo do joio, apontando o dedo a quem viola o Código Deontológico, com isso prejudicando a credibilidade de toda uma classe.

Participaremos ativamente no esforço de literacia sobre os media e o jornalismo, no sentido de contribuir para uma cidadania esclarecida.

Limitaremos o recurso ao direto, que exclui a mediação, fundamental em tempos de extremismos e manipulação.

Selecionaremos com diversidade as fontes de informação a quem damos voz, garantindo o acesso de todas as pessoas ao jornalismo.

Assumiremos a necessidade de descolonizar o jornalismo e de garantir o pluralismo nas redações, e também o combate pela igualdade e pela paridade.

Promoveremos uma reflexão séria sobre o distanciamento dos cidadãos e a crescente descrença e desconfiança no jornalismo.

Seremos “funcionário da humanidade” e não apenas trabalhadores assalariados e colocaremos o serviço público acima de quaisquer interesses corporativos ou empresariais.

E finalmente, como disse aqui Stephen Ward, firmaremos um compromisso com a democracia.

### **“Não pode ser negado ao jornalista em período de estágio a possibilidade de assinar as suas peças”, por Ruben Martins**

No âmbito da minha comunicação ao congresso (em forma de moção alargada sobre a necessidade de valorização do papel de estagiário nas nossas redações), venho pedir que seja submetida a seguinte proposta à votação:

- Não pode ser negado ao jornalista em período de estágio a possibilidade de assinar as suas peças.

Deve ser igualmente salvaguardado que, na peça produzida, conste também o nome do editor da mesma (com a menção: “Texto/artigo/reportagem/... editado por”) nos meios em que é possível esta prática (nomeadamente na imprensa).

### **“Voto de louvor aos jornalistas da GMG”, pelo Sindicato dos Jornalistas**

O Sindicato dos Jornalistas propõe ao congresso que aprove um voto de louvor aos jornalistas, em particular e a todos os trabalhadores da Global Media Group, pela verticalidade e resiliência com que têm enfrentado a guerrilha de que são alvo por parte da administração.

Sem salários e com a incerteza de quando vão ser regularizados, os jornalistas do DN, do JN, do Jogo, da TSF, do Dinheiro Vivo e Açoriano Oriental e, claro, da Global Imagem têm resistido e mantido a qualidade do trabalho de serviço público.

O V Congresso de jornalistas mostra solidariedade e orgulho nos camaradas que são um exemplo para a profissão.

### **“Transparência de investidores”, pelo Sindicato dos Jornalistas**

Tendo em conta a crise generalizada no setor, o SJ vem propor:

A inclusão na legislação de normas de transparência dos investidores na comunicação social, e que qualquer pessoa ou entidade que decida entrar no ramo dos media tenha de obedecer a registo de idoneidade, sob pena de ficar inviabilizada essa entrada, à semelhança das recomendações da União Europeia que elaborou recentemente legislação nesse sentido no European Media Freedom Act.

### **“Pelo que os jornalistas reivindiquem para si os dividendos das grandes plataformas digitais”, pelo Sindicato dos Jornalistas**

Para que este congresso não fique apenas para a história como um enorme muro de lamentações. Tendo em conta que um dos grandes problemas da actualidade é o financiamento dos OCS, o SJ vem propor:

- Que os jornalistas reivindiquem para si os dividendos que as grandes plataformas digitais fazem com o trabalho dos profissionais;
- Que o sindicato tome a dianteira, para reclamar o dinheiro que é devido aos jornalistas pelo seu trabalho.

**“Criação de uma estrutura de Missão que integre as entidades organizadoras”, por Luiz Humberto Marcos, Luís Filipe Simões e Céu Neves**

- A. Considerando o ‘estado de calamidade’ em que mergulha o sistema mediático
- B. Considerando a forma como são violados os direitos de autor do trabalho jornalístico por parte dos ‘gigantes tec’ da distribuição de conteúdos
- C. Considerando que a crise não está no exercício da profissão do Jornalismo
- D. Considerando que o epicentro da crise está na gestão do ‘negócio dos média’ e na transição para novos modelos relacionados com a justaposição mediática
- E. Considerando a necessidade de se reconhecer o estado de emergência mediática em que vivemos

Os participantes e as instituições organizadoras do 5o Congresso dos Jornalistas aprovam as seguintes decisões:

1. Que se estude, com o Estado/Governo, a criação de uma estrutura de Missão que integre as entidades organizadoras, com o objetivo de analisar e propor medidas de médio e longo prazo para o setor.
2. Que, no curto prazo, se avalie com o Governo a hipótese de criação de um Fundo de Emergência Mediática (FEM) para corresponder às situações de risco atuais, com o devido controlo e transparência.

3. Que se crie uma comissão, constituída pelas entidades organizadoras do Congresso, para estudar as particularidades e exigências da requalificação profissional ao longo da vida, com vista a uma resposta atempada ao ritmo acelerado das transições tecnológicas nos média.

### **“O Estado que queremos”, pelo Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas**

O Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas, cuja composição é representativa da diversidade do universo do jornalismo em Portugal, propõe ao V Congresso dos Jornalistas que delibere no sentido de criar algumas medidas de apoio aos profissionais do setor e aos órgãos de comunicação para os quais trabalham.

Assim,

1. Que o Estado adote medidas fiscais direcionadas aos jornalistas freelancers, nomeadamente o fim do regime de IVA, asfixiante para a maioria desses trabalhadores; que reduza o IRS para 13,5%, à semelhança do que sucede com os demais profissionais sob a tutela do Ministério da Cultura.
2. Criação de um Observatório da Imprensa Regional, com jornalistas de todo o país, em comunicação com o Conselho Geral do SJ, que permita recolher denúncias de situações ilegais e organizá-las de forma sistematizada, encaminhando eventuais participações para as autoridades competentes, registando depois também qual a conclusão/eventual sanção aplicada.
3. Exigir ao Governo o cumprimento da lei relativa à obrigação de publicar 25% da publicidade institucional em meios regionais, bem como o pagamento anual dos valores previstos para financiamento dos media regionais que, apesar de irrisórios (1800 euros) apenas foram cumpridos uma vez na última década (em 2020, pandemia); exigir também o apoio do Estado com tempos de antena para as rádios locais, nas eleições legislativas e presidenciais.

4. Que a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista deixe de estar impedida, ao abrigo da lei, de divulgar os processos levantados aos jornalistas que são responsáveis pelos atos e funções incompatíveis com o exercício da profissão.
5. Que seja obrigatória uma formação específica em jornalismo (não obrigatoriamente superior) para quem quer aceder à profissão.
6. Que se acabe com os títulos de equiparados a jornalistas.

### **“Solidariedade com os camaradas palestinianos”, por Rui Nunes**

Proponho que seja incluída nas conclusões do Congresso a solidariedade com camaradas jornalistas palestinianos no terreno e uma condenação da matança em curso na Faixa de Gaza.

### **“Greve geral”**

Há anos que tentam partir a espinha do jornalismo e dos jornalistas. O descalabro e o nível de destruição a que assistimos nos últimos meses pôs a nu, e da pior forma, a gravidade das condições de exercício do jornalismo em Portugal. Mas não começou com a destruição do Global Media Group. A crise está entranhada em todas as redações.

Somos desconsiderados desde o momento em que pomos os pés numa redação. Vivemos eternamente com baixos salários, somos precários, forçados a fazer longos turnos, a grande maioria sem receber horas extra. Somos pressionados por todos os lados, somos agredidos e temos cada vez menos voz. Tentam-nos dividir, mas há um momento em que temos, coletivamente, como classe profissional, de fincar o pé. Esse momento é aqui e agora. Não aguentamos mais, temos cada vez menos a perder.

Camaradas, tentemos salvar o que ainda pode ser salvo.

No momento em que se assinalam os 50 anos do 25 de Abril, ouvimos à boca cheia que o jornalismo é essencial para a democracia. Vários disseram aqui, neste Congresso, que o momento é muito grave para o Jornalismo. Ora, para momentos muito graves, gestos consentâneos. Gestos que começam em cada um de nós. O 25 de Abril não se fez sem valentia, ousadia e grandes doses de risco e sacrifício individual.

Sabemos que é impossível, mas todos os dias, por redações pelo país fora, milhares de jornalistas tentam fazer o impossível. Fazem-no à custa do seu descanso, da sua saúde, das suas famílias, dos seus amigos e, sobretudo, do seu futuro. Com redações cortadas pela metade, com os jornalistas com décadas de experiência afastados, com a memória a perder-se, com os mais jovens a submeterem-se a brutais sacrifícios ou a desistirem antecipadamente da profissão.

O momento é aqui e agora. Temos de PARAR. Simplesmente parar. Exigir que finalmente nos ouçam. Deixar de dar notícias, de fazer diretos, abandonar as redações e as conferências de imprensa. Não metermos jornais nas bancas, não darmos notícias nas rádios, não transmitirmos o telejornal, não publicarmos nas redes sociais. Mostremos o quão necessário é o nosso trabalho. Caminhemos juntos sem deixar ninguém para trás. Empurrarmos para o escuro, mostremos o que é o escuro por um dia. Para que se perceba o que é viver sem notícias, o impossível da democracia: não haver informação. Parar também para refletir sobre o jornalismo que andamos, ou não, a fazer.

Avançemos para a greve geral. Propomos ao V Congresso de Jornalistas:

Mandar o Sindicato de Jornalistas (SJ), coordenando-se com outras estruturas sindicais do setor, para que convoque um dia de greve geral. Por salários dignos, pelo fim da precariedade, por melhores condições para o exercício da profissão. Em suma, em defesa da dignidade do Jornalismo;

Criar um grupo composto pelo SJ, pelo presidente do V Congresso dos Jornalistas e pelos signatários da moção, que definirá a data e o caderno

reivindicativo, bem como as ações de preparação e mobilização, fazendo ligação com os órgãos representativos dos trabalhadores e toda a classe, uma grande parte a trabalhar fora das redações;

Organizar, em simultâneo com a greve, uma manifestação nacional que expresse publicamente o descontentamento e as reivindicações da classe.

Proponentes:

Ana Luísa Rodrigues, Ricardo Cabral Fernandes, Nuno Viegas e Luís Filipe Simões.

Subscrevem as três moções que originaram esta:

Ana Patrícia Silva João Biscaia, Ruben Martins, Sofia Craveiro, Ana Cristina Pereira, Rita Pereira Carvalho, Claudia Carvalho Silva, Bernardo Afonso, Margarida David Cardoso, Carolina Amado, Mariana Durães, Sofia Neves, Miguel Dantas, Joana Moreira, Cristiana Faria Moreira, Marta Leite Ferreira, Inês Linhares Dias, Marta Silva, Diana Andringa, Teresa Serafim, Ana Adriano Mota, Sandra Reis, Hélio Carvalho, Pedro Miguel Santos, Rita Murtinho, Ana Ribeiro Rodrigues, Tiago Carrasco, Flávia Brito, André Sá, Mariana Marques, Tiago Henrique Pinto de Mesquita, Ana Bacelar Begonha, Maria João Guimarães, Pedro Crisóstomo, Andreia Sofia da Silva, Raquel Martins, João Miguel Rodrigues, Isabel Venceslau, Sara Figueiredo Costa, Susana Torrão, Rui Miguel Serralha, Ana Leiria, Sílvia Maia, Luís Reis Ribeiro, Ana Ribeiro Rodrigues e o Sindicato dos Jornalistas.



# **DEPOIS DO CONGRESSO**

## “Cozinhar Catorzes de Março”

### Cozinhar catorzes de Março Sem esquecer de adicionar constância

“Não faltas ao encontro e sê constante”, José Afonso<sup>1</sup>

“E o que pensam sobre uma greve geral de jornalistas?” A pergunta foi disparada para o painel do congresso, a rematar uma intervenção baseada no mote: “porque é que quem reclama condições dignas, mais democracia e mais igualdade nas redações é olhado como radical?”. Perante a expressão “greve geral de jornalistas”, parte substancial da sala rompeu em aplausos efusivos mostrando que havia matéria e insatisfação para detonar, pelo menos entre os duzentos que compunham a sala.

Que havia – e há – insatisfação não era – nem é – novidade. O processo e protestos ruidosos no Grupo Global Media punham – põem – a crise completamente a nu. Mas estava – está – longe de ser caso único.<sup>2</sup> Basta andar no “picanço” do dia-a-dia para perceber o grau de insatisfação e até desilusão que se instalou no ofício. Também há estudos para elucidar quem não anda no terreno: baixos salários, precariedade, altas percentagens de jornalistas com esgotamento mental, dificuldade de conciliar vida profissional e pessoal. Os ritmos de fábrica impostos pela informação ao minuto contraem o tempo – e por arrasto tantas outras dimensões humanas – a um nível irrespirável muitas vezes. Lidar com *deadlines* apertados, andar a ritmos mais acelerados do que a sociedade em geral, sempre foi uma característica da vida nas redações. Mas tudo tem limites e estes foram há muito ultrapassados.

Nos intervalos vários jornalistas vinham comentar a ideia, sinal de que o tema marcou. Sinal também da importância e potencialidade dos congressos, de estarmos juntos frente a frente. Mas para as palmas não ficarem só

1. Verso da canção “Tinha uma sala mal iluminada”, do disco “Enquanto Há Força” (1978)

2. Escrevo no pretérito, porque me refiro aos dias do V Congresso (Janeiro 2024), mas conjugo os verbos também no presente e realço com travessões. É preciso evidenciar a continuidade.

nas mãos era preciso persistir, fazer acontecer: “Greve Geral de Jornalistas” passou a moção entregue à mesa do V Congresso. A ideia contagiou outros: mais duas moções defenderam o mesmo. A Mesa do Congresso propôs juntarem-se as três numa só.<sup>3</sup> Optou-se por não convocar a greve durante a campanha eleitoral para as legislativas, para evitar divisões. O Sindicato dos Jornalistas (SJ) decidiria qual a melhor data. No debate, vários jornalistas enriqueceram a ideia: criar um grupo para preparar a greve, fazer uma manifestação pública, envolver jornalistas fora de Lisboa e Porto. A greve geral de jornalistas foi aprovada sem votos contra. E foi “a notícia” saída do congresso, replicada em todos os meios de comunicação. Não era para menos: a última tinha sido há mais 40 anos. Qual a profissão em Portugal que ficou 40 anos sem convocar uma greve geral da classe?

Dado o sinal de partida havia que concretizar. Foi decisiva a criação de um grupo organizador da greve, com gente de diferentes idades, visões e experiências.<sup>4</sup> A que se foram juntando jornalistas para ajudar a criar a onda necessária à boa adesão. Não tínhamos todos perspectivas iguais neste ponto. Havia quem estivesse confiante na adesão, havia quem estivesse céptico. Mas o importante foi o compromisso comum com o objetivo e a capacidade de, nos percalços do caminho, focarmos no essencial.

Construir um processo destes é sempre uma incógnita. Essa incógnita pode ser estimulante ou paralisante – depende das pessoas e, mesmo em cada pessoa, depende dos momentos. A favor para a adesão havia o exemplo e visibilidade da luta na Global Media, o mal-estar generalizado, atingindo várias gerações de jornalistas e logo nos 50 anos do 25 Abril, algo de importância para a própria identidade jornalística nacional. Mas a bater na tecla estavam sempre os pontos contra: a postura “anti lutas laborais” de diversas administrações e como isso se estende aos próprios profissionais, a

3. A versão final da moção intitulou-se “Está na hora de parar, avancemos para a greve geral”, foi redigida por Ana Luísa Rodrigues, Luís Filipe Simões, Nuno Viegas, Pedro Miguel Santos, Ricardo Cabral Fernandes e Sofia Branco. Foi subscrita por outros 45 jornalistas.

4. A Comissão Organizadora da greve foi composta pelo presidente do V Congresso, Pedro Coelho, o presidente do SJ, Luís Simões, e proponentes das moções, Ana Luisa Rodrigues, Nuno Viegas e Ricardo Cabral Fernandes. Juntaram-se Aline Flor, Inês dias, João Miguel Rodrigues, Marta Silva, Paula Sofia Luz, Simão Freitas e Susana Venceslau. Na organização das concentrações foram fundamentais Sofia Branco, Catarina Neves e Pedro Miguel Santos.

atomização nas redações, o amorfismo e comodismo de tanta gente, o puro e simples não acreditar que fosse possível. Passar da conversa de máquina de café para a decisão de fazer greve, perder dinheiro, enfrentar chefias, cepticismos dos camaradas, etc... é aí que está o gesto.

Enfrentar essa incógnita exige constância e persistência. Os jornalistas que se envolveram na preparação da greve envolveram-se sabendo que, a 14 de Março, podiam “perder” a aposta, as noites mal dormidas, as jornadas estendidas. Mas a vertigem desse pensamento é aplacada quando se vai juntando gente a contribuir – no fundo mostrando a cada um que, pelos vistos, não está sozinho. A força do coletivo que não é “radical” nem apenas verbo de encher, é sim ingrediente humano básico na preparação da greve geral de jornalistas e de qualquer processo laboral, social ou político.

No caminho para o 14 de março foram decisivas também as tecnologias, as mesmas que minam as nossas vidas tantas vezes: os “carrosséis de Instagram”, as reuniões e sessões de esclarecimento por *zoom* e, nas últimas duas semanas, as comunidades criadas no WhatsApp. Neste aspecto, foi fundamental ter no grupo jornalistas da geração dos 25-35 anos, que manejam e organizam as plataformas como os jornalistas mais velhos decididamente não fazem. Por outro lado, mais velhos foram imprescindíveis nos contactos, nas idas a redações. Experiências que se aliaram numa boa estratégia de divulgação: com diversos materiais, slogans como “Liberdade não se escreve sem Jornalismo”, textos, *press releases*. Se hoje dificilmente um protesto tem sucesso sem recurso às tecnologias, também não terá se esquecer do básico: as relações humanas, o contacto nos locais de trabalho, a simples chamada telefónica.

Uma preocupação constante foi olhar para o país como um todo e envolver os jornalistas dos meios de comunicação regionais e os jornalistas que trabalham sozinhos – uma aposta que se revelou muito acertada, pois a adesão destes camaradas deu imensa força ao protesto. Desde logo por, no início de Março, terem proposto concentrações públicas em mais locais como Ponta Delgada e Coimbra. Propor concentrações em lugares onde pouca gente

pode aderir, com uma antecipação mínima, é um expressivo termómetro para a força das convicções e do empenho.

Aliás a greve foi toda preparada em contra-relógio, bem ao estilo dos jornalistas. E além do empenhamento, à medida que 14 de março se aproximava surgiam sinais de que a greve já estava a ter impacto nas redações. Muitas chefias anteciparam dias de fecho de jornais, fizeram convites antecipados para programas, trocaram turnos para acautelar faltas de “prováveis” grevistas, ou reforçaram-nos para atenuar o impacto. Esses sinais “do outro lado” deram confiança – ainda não havia paralisação e já havia medidas prévias.

Na recta final concentraram-se esforços. Sessões de esclarecimento zoom até à véspera, conversas a explicar as razões ou responder a dúvidas. E a comunidade de WhatsApp a fervilhar, de fotos, comentários, mensagens de apoio. Foi nesta plataforma que se percebeu o primeiro impacto: a 13 de Março à noite, gente de jornais online e regionais a partilhar as imagens “Jornalista em greve” ou “Redação em greve”. O arrepio que muitos sentiam: será que ia dar certo? E logo às 0 horas de 14 Março a Antena 1 deu o alcance nacional, com o locutor a anunciar: “Não há noticiário da meia noite... jornalistas em greve geral”.

O avançar das horas, os números de adesão e a intensidade das concentrações públicas ia confirmando que esta foi “uma greve que entrou para a história do jornalismo português”. Como se escreveu no texto de balanço: “Jornalistas aderiram em massa ao protesto nacional por condições de trabalho dignas e em defesa da democracia. As redações de 64 órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais ficaram totalmente paralisadas e registaram-se sérios constrangimentos noutras dezenas. O Sindicato dos Jornalistas espera que as direções e administrações tenham compreendido o descontentamento que grassa entre a classe, passando finalmente das palavras aos atos.”<sup>5</sup>

5. No comunicado após a greve, pode ler-se: “A redação do Diário de Notícias parou por completo: o site não foi atualizado e a edição em papel não chegou na sexta-feira às bancas. Ficaram também totalmente paralisadas a Agência Lusa e a rádio pública. Desertas ficaram também as redações da TSF, O Jogo, TVI/CNN Algarve e SIC Évora. Entre os órgãos de comunicação social nacionais generalistas que não pararam totalmente, vários registaram fortíssima adesão, com evidentes constrangimentos

Os jornalistas foram chamados e a resposta, transbordante, superou as expectativas. A memória desse dia ficará como uma marca por vários anos. Os jornalistas perceberam que quando querem e se unem, fazem acontecer. No entanto, isso por si só não leva à mudança concreta das condições de trabalho. 14 março abriu caminho, fortaleceu reivindicações e dinâmicas, mas é preciso não deixar o caminho fechar. De pouco serve uma greve como memória emoldurada.

Por isso o subtítulo tem palavra constância. Fazem parte da vida os altos e baixos, alturas mais intensas, como as que antecederam a greve, outras mais distendidas. Mas é fundamental ser constante, de forma não monolítica, configurando-se à medida dos sinais e da realidade. Coletiva e individualmente. Um sério repto para a Direção do Sindicato dos Jornalistas. Um repto também para cada jornalista, pois numa época de tanto individualismo é quase paradoxal que as pessoas não percebam o potencial de alcance da sua própria ação. Como escreveu Angela Davis “é fundamental resistir à representação da História como obra de indivíduos heróicos, para que as pessoas reconheçam a sua capacidade de agir como parte de uma crescente comunidade de resistentes.”<sup>6</sup>

Se quisermos, o exercício da constância, sempre exigente, é-o ainda mais numa época marcada pela disrupção e descontinuidade. Constância não é um substantivo para apenas contemplar – e esse é o maior desafio.

Ana Luísa Rodrigues

no seu fluxo noticioso. Foi o caso da Visão (adesão de 90%), Jornal de Notícias (83%), Público (83%), Expresso (75%), Observador (56%), Jornal de Negócios (50%) e Rádio Renascença (38%). A redação de Lisboa da RTP registou uma adesão de 85%. Na RTP Açores, o Jornal da Tarde e o Notícias do Atlântico foram cancelados. Em várias delegações da rádio e televisão públicas a greve foi total: Coimbra, Castelo Branco, Guarda e Évora. Os correspondentes internacionais também se juntaram ao protesto: paragem em Madrid, Paris, Rio de Janeiro. (...) As concentrações desta quinta-feira por todo o país também contaram com uma forte presença de jornalistas: Lisboa (cerca de 700 pessoas), Porto (200), Ponta Delgada (70), Coimbra (65) e Faro (30). Registaram-se ainda duas concentrações espontâneas, em Viseu e Évora. A maioria das concentrações contou com presença importante de estudantes, jornalistas reformados e membros da sociedade civil.”

6. Angela Davis, “A liberdade é uma luta constante”, Antígona, 2020, Lisboa

## **Passar das palavras aos atos**

### **Formação Profissional: um desafio nacional**

Antes do congresso, na viagem que fizemos pelas diversas regiões do país onde o jornalismo, apesar dos efeitos negativos da distância, resiste, os elementos da Comissão Organizadora (CO), que participaram nesse périplo, identificaram os principais problemas dos camaradas que trabalham longe de Lisboa e Porto e fizeram uma promessa.

No texto que publicamos neste livro, o jornalista Paulo BARRIGA, que coordenou o grupo de proximidade no congresso, descreveu, ao detalhe, cada um dos problemas identificados. Se ao congresso apenas foi possível dar-lhes visibilidade e discutir soluções que minimizem alguns deles, há um que a CO se disponibilizou para ajudar a resolver: a formação profissional.

No capítulo da formação profissional é especialmente crítica a ausência de ações no domínio tecnológico. Os efeitos da passagem do ambiente analógico para o digital estão longe de ser atenuados nas comunidades de proximidade, onde há jornalistas que se queixam de não terem acesso a oportunidades de formação há bem mais de uma década.

A nova direção do CENJOR, com quem estamos a trabalhar no projeto que aqui vamos apresentar, revelou-nos a intenção de apostar nas ações de formação descentralizadas. A nossa proposta, cuja concretização começará no primeiro trimestre de 2025, enquadra-se, de forma plena, nos objetivos do CENJOR.

Em conjunto com o CENJOR, um grupo de jornalistas, que integrou a CO, decidiu erguer e concretizar um plano de formação em jornalismo de investigação.

O esboço desse programa foi revelado na viagem que fizemos antes do congresso. E esse esboço só passou a plano para ser efetivado porque o interesse demonstrado pelos nossos camaradas, com quem estivemos na

preparação da nossa reunião magna, foi positivo e saudado de forma particularmente expressiva.

Se a presença do jornalismo de investigação no território nacional é residual, é natural que adquira contornos ainda mais agudos nas comunidades de proximidade. Todas as razões que afastam o jornalismo de investigação dos meios jornalísticos nacionais fazem-se sentir, muito mais, a nível local e regional. Ora, neste contexto, participarmos no processo formativo de uma expressão jornalística inexistente nos territórios a que se destina pode configurar mais uma imposição do que a satisfação de uma necessidade real.

Não foi essa a posição dos jornalistas com quem interagimos nas 13 paragens que fizemos no país, entre abril e junho de 2023; também não é essa a nossa posição.

O CENJOR, o Paulo Barriga, o Filipe Teles, o Micael Pereira e eu próprio assumimos a missão de colocar o jornalismo de investigação no mapa português, a diversos níveis: aumentando a produção de matérias que sejam, de facto, investigação jornalística, colaborando na formação de jornalistas de investigação, reforçando, pela via da formação, as nossas próprias competências na área, participando na formação de jovens investigadores que explorem o campo científico da investigação jornalística, estabelecendo parcerias com centros de investigação científica portugueses e estrangeiros e com associações estrangeiras que partilhem dos mesmos objetivos.

Enquadra-se neste quadro de objetivos a ação de formação em jornalismo de investigação para jornalistas de proximidade, que os agentes, atrás referidos, levarão a efeito, anualmente, a partir do primeiro trimestre de 2025.

Será uma formação concetual, a apelar à discussão e à reflexão, mas será, sobretudo, uma formação muito centrada no domínio do saber fazer. Assim, aos módulos mais reflexivos, como a discussão do conceito de jornalismo de investigação, juntaremos uma componente mais operativa, associada ao estudo comparativo de casos práticos, jornalismo de dados, literacia estatística para jornalistas, modalidades de pesquisa em fontes abertas, segurança

digital dos jornalistas de investigação e proteção das suas fontes e, por fim, soluções de financiamento de investigações colaborativas.

Uma das marcas mais claras do 5.º Congresso foi exatamente o destaque que demos ao jornalismo de proximidade. Despertámos.

Somos um único país e precisamos de andar todos à mesma velocidade.

Pedro Coelho



# **MEMÓRIAS DO 5.º CONGRESSO**

Foto 1: A exposição “Portugal Livre”, executada no âmbito do pré-Congresso, ficou patente na Praça dos Restauradores de 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2024



Créditos: Eva Santos

Foto 2: Marcelo Rebelo de Sousa, na cerimónia de abertura do 5.º Congresso dos Jornalistas, foi recebido por estudantes e jornalistas na redação multiplataforma e deu uma entrevista à Rádio do Congresso



Créditos: Afonso Rodrigues

Foto 3: Pedro Coelho, presidente do 5.ºCJ, e Luís Filipe Simões, presidente do SJ, recebem o anfitrião, Carlos Moedas, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, antes da cerimónia de abertura



Créditos: Eva Santos

Foto 4: Alunos da redação multiplataforma entrevistam o orador Stephen Ward, da University of British Columbia, após a intervenção feita na sessão “Ética do jornalismo para a democracia”.



Créditos: Eva Santos

Foto 5: Detalhe da redação multiplataforma, que durante os dias do congresso juntou estudantes e professores de Jornalismo e Comunicação de todo o país



Créditos: Melissa Dores

Foto 6: O orador Sameer Padania, da Macroscope, fez uma intervenção para a sessão “Financiamento dos Media, quem vai pagar pelo jornalismo?”



Créditos: Melissa Dores

Foto 7: Da esquerda para a direita: João Rosário, Diana Andringa, Maja Sever e Mirna Queiroz, durante o painel “(Auto)censura – Novas formas, velhos hábitos”



Créditos: Afonso Rodrigues

Foto 8: Da esquerda para a direita: Hugo Torres, Marta Gonçalves, António Granado e Carlos Camponez, durante o painel “Desafios éticos do jornalismo hoje”



Créditos: Patrícia Miranda

Foto 9: Painéis paralelos foram organizados na sala 3 do Cinema São Jorge durante toda a programação do congresso. Em destaque, as intervenções de Sofia Moreira de Sousa, representante da Comissão Europeia em Portugal, e Sara Machado, representante da Europa Criativa



Créditos: Pedro Esteves

Foto 10: Da esquerda para a direita: João Miguel Rodrigues, Inês Linhares Dias e Luís Filipe Simões, durante o painel “O melhor ofício do mundo, o pior emprego do mundo”



Créditos: Iris Moreno

Foto 11: Da esquerda para a direita: Josh Dzieza, Ana Pinto Martinho e Daniel Catalão, durante o painel “A ameaça (ou oportunidade) da inteligência artificial”



Créditos: Melissa Dores

Foto 12: Natália Viana, da Agência Pública, durante a sua intervenção no painel “Extrema-direita e o jornalismo”



Créditos: Melissa Dores

Foto 13: Moderados por Maria Flor Pedroso e Ana Suspiro, os diretores dos órgãos de comunicação social portugueses juntaram-se para discutir o financiamento dos media nos painéis da tarde do dia 20 de janeiro



Créditos: Diana Cunha

Foto 14: Moderados por Maria Flor Pedroso e Ana Suspiro, os diretores dos órgãos de comunicação social portugueses juntaram-se para discutir o financiamento dos media nos painéis da tarde do dia 20 de janeiro



Créditos: Diana Cunha

Foto 15: Durante a apresentação das moções, os jornalistas concentraram-se na Sala Manoel de Oliveira para a votação



Créditos: Pedro Esteves

Foto 16: Detalhe do presidente do 5.ºCJ a comemorar uma moção aprovada



Créditos: Iris Moreno

Foto 17: Liderados pelo grupo de Formação da Comissão Organizadora, composto por Francisco Sena Santos, Luís Bonixe, Ana Pinto Martinho e Miguel van-der Kellen, os alunos de jornalismo e comunicação fizeram a cobertura de todos os dias do congresso. Disponível no site oficial do 5.º Congresso



Créditos: Reinaldo Rodrigues



## **COMISSÃO ORGANIZADORA DO 5.º CONGRESSO DOS JORNALISTAS**

Pedro Coelho, Presidência

Ilana Oliveira, apoio à presidência

### **Grupo de Trabalho: Formação e Acesso à profissão**

Francisco Sena Santos

Luís Bonixe

Ana Pinto Martinho

Miguel van-der Kellen

### **Grupo de Trabalho: Ética e Condições de Trabalho**

Paulo Martins

Vânia Maia

Ana Carrilho

Bárbara Reis

Carlos Camponez

Diana Andringa

Fernando Correia

Joaquim Fidalgo

Margarida David Cardoso

Orlando César

### **Grupo de Trabalho: Proximidade**

Paulo Barriga

Pedro Jerônimo

Dora Mota

Elisabete Rodrigues

Marta Caires

Paula Sofia Luz

Marta Silva

### **Grupo de Trabalho: Novas Fronteiras**

Filipe Teles

Teresa Abecasis

Adriana Alves

Diana Gomes

Leonor Riso

Marisa Torres da Silva

Micael Pereira

Rúben Tiago Pereira

Rui Barros

### **Grupo de Trabalho: Audiovisual**

Joana Carvalho Reis

Sara de Melo Rocha

Filipe Santa Bárbara

Ana Catarina André

Sandra Machado Soares

### **Grupo de Trabalho: Financiamento**

Ana Suspiro

Nuno Aguiar

Vitor Costa

Raquel Martins

Maria João Babo

### **Grupo de Trabalho: Relações Institucionais**

Rebecca Abecassis

Inês Pinto da Costa

João Damião

Rita Murtinho

### **Grupo de Trabalho: Logística**

Isabel Nery

Dina Margato

Marcos Borga

Paulo Alves Nogueira

Ricardo Duarte

Rui da Rocha Ferreira

### **Grupo de Trabalho: 25 de Abril**

Sofia Branco

Cláudia Lobo

Inês Duarte Coelho

João Rosário

Miguel Carvalho

Paula Sofia Luz

Sandy Gageiro

### **Comissão Executiva**

Pedro Coelho

Francisco Sena Santos

Luís Bonixe

Paulo Martins

Vânia Maia

Paulo Barriga

Filipe Teles

Joana Carvalho Reis

Sara de Melo Rocha

Filipe Santa Bárbara

Teresa Abecasis

Ana Suspiro

Nuno Aguiar

Rebecca Abecassis  
Isabel Nery  
Sofia Branco

### **Secretariado**

Pedro Coelho  
Ilana Oliveira  
Luís Simões  
Maria João Duarte  
Maria Flor Pedroso  
Cesário Borga  
António Borga  
Waldemar Abreu  
Isabel Nery  
Ana Suspiro  
Nuno Aguiar  
Rebecca Abecassis

### **Promotores**

Sindicato dos Jornalistas  
Casa da Imprensa  
Clube de Jornalistas

### **Conselho Consultivo**

Adelino Gomes  
Alexandre Manuel  
Ana Carrilho  
Ana Sousa Dias  
António Granado  
António Marujo

Cândida Pinto  
Daniel Reis  
Diana Andringa  
Eugénio Alves  
Fernando Correia  
Germano Silva  
Helena Garrido  
Jacinto Godinho  
João Garcia  
João Paulo Guerra  
Joaquim Furtado  
José Carlos Vasconcelos  
José Manuel Mestre  
José Pedro Castanheira  
José Rebelo  
Judith Menezes e Sousa  
Luís Afonso  
Luís Humberto Marcos  
Manuel Pinto  
Maria José Mata  
Ricardo Alexandre  
Sandra Marinho  
São José Almeida

### **Composição da Comissão de Árbitros das Comunicações**

Literacia para os Media: Dina Margato  
Novas Fronteiras: Marisa Torres Silva e António Granado  
Proximidade: Dora Mota  
Financiamento do Jornalismo: Judith Menezes e Sousa e José Manuel Mestre  
Ética e Precariedade: Joaquim Fidalgo e Carlos Camponez  
Censura e Memória: Carla Baptista  
Formação: Alexandre Manuel

## **Identidade Visual do 5.º Congresso dos Jornalistas**

Ilustração de André Carrilho

Design de José Mendes

## **Redação do 5.º Congresso dos Jornalistas**

### **Alunos**

Adriana Vitorino

Afonso Alexandre Rodrigues

Allanah Teixeira Esteves

Ana Carolina Bento Guerreiro

Ana Filipa Paz

Bárbara Machado

Beatriz Graça

Bianca Silva

Bruna Duarte

Bruna Margalho

Carla Neto

Carolina Arnêdo

Carolina Damas Fernandes

Carolina Pereira de Araújo Pinto

Catarina Cerdeira

Catarina Santos

Catarina Sousa

Cátia Voytovych

Cristina Cargaleiro

Daniel Basto

Daniela Fazendeiro

David Almeida

Denise Rodrigues

Diana Cunha

Diogo Costa

Emilia Henriques

Emily Orquera  
Eric Viana  
Eva Santos  
Evelina Ungureanu  
Fábio Alexandre Carvalho Fernandes  
Francisca Bernardes  
Francisco Madureira  
Frederica Sousa  
Geovanina Teixeira  
Gonçalo Amaral  
Gonçalo Moreira  
Helena Sá  
Iara Vieira Silva  
Inês Barros de Miranda  
Inês Gonçalves  
Inês Lopes Vieira  
Inês Martins  
Inês Pombinho  
Irene Valadares  
Iris Moreno  
Isabella Cavalcanti  
Jaime Silva  
Jéssica Oliveira  
Jéssica Sousa  
João Campos  
João Mota  
João Oliveira  
José Carlos Silva  
Juliana Neto  
Lara Castro  
Laura Almeida  
Letícia Vieira Oliveira  
Luciana Leite de Matos

Luísa Capucho  
Madalena Mendes Moreira  
Madalena Pombal  
Mafalda Monteiro  
Maria Adriana Mendonça  
Maria Inês Lopes  
Maria João Carvalho  
Maria Rego  
Mariana Carvalho  
Mariana Correia  
Mariana Costa  
Mariana Morais  
Mariana Rebocho  
Mariana Villalba  
Marta Abreu  
Marta Segundo  
Marta Silva  
Matilde Sabino  
Melissa da Silva Dores  
Miguel Moreira  
Miguel Rolo  
Milene Proença  
Miriam Dinis  
Nádia Neto  
Nicole Russo  
Nuno Pereira  
Pedro Batista  
Pedro Cardoso  
Pedro Esteves  
Pedro Germano  
Phelipe de Andrade  
Raquel Gonçalves  
Raquel Pereira

Raquel Sequeira  
Regina Maria Ferreira Nunes  
Renato Costa  
Ricardo Ferreira  
Rita Casqueiro  
Rita Maria da Cruz de Castro  
Rita Nobre  
Rodrigo Maurício  
Samuel Mendes Rodrigues  
Sara Daniela Craveiro Vaz  
Sara Silva  
Sofia Reis  
Sofia Sousa  
Tiago Correia  
Tiago Silva  
Vasco Fernandes  
Verónia Freitas

**Professores das entidades de Ensino Superior que acompanharam os alunos**

Elsa Costa e Silva – Universidade do Minho  
Filipa Silva – Universidade do Porto  
Ricardo Morais – Universidade do Porto  
Fábio Ribeiro – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
João Miranda – Universidade de Coimbra  
Carlos Camponez – Universidade de Coimbra  
Miguel Midões – Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Educação de Viseu  
Paulo Agostinho – Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais  
Sara Meireles – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Educação  
Carla Patrão – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Educação

José António Pereira – Universidade da Beira Interior  
Ruben Martins – Instituto Politécnico de Tomar – Escola Superior de  
Tecnologia de Abrantes  
Hália Silva – Instituto Politécnico de Tomar – Escola Superior de Tecnologia  
de Abrantes  
Élmano Ricarte – Universidade Europeia – IADE  
Joana Palminha – Universidade do Algarve  
Mário Antunes – Universidade do Algarve  
Adriana Guimarães – Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior  
de Educação e Ciências Sociais  
Patrícia Ascensão – Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de  
Educação e Ciências Sociais  
António Granado – Universidade Nova de Lisboa  
João Rocha – Universidade Católica  
Rita Curvelo – Universidade Católica  
Maria José Mata – Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de  
Comunicação Social  
Fátima Cardoso – Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de  
Comunicação Social  
Carla Cardoso – Universidade Lusófona  
Sónia Lamy – Universidade Lusófona

### **Formadores Cenjor**

Ricardo Dias  
Reinaldo Rodrigues  
Rui Guerreiro  
José Moreno  
Lídia Barata

### **Apoios institucionais**

Cenjor  
Erasmus

Inatel  
Universidade Autónoma  
Cinema São Jorge  
Câmara Municipal de Lisboa

**Em parceria com**

Comissão Europeia

**Apoios financeiros**

Brisa  
REN  
Nos  
Santander  
BCP  
Mota-Engil  
Google  
Mercadona  
Delta  
Fidelidade  
Fundação Oriente  
Kia  
Canon  
Xerox  
Ikea



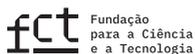


## TIPOGRAFIA

A fonte utilizada para este livro é a N27, desenvolvida pela Atipo e licenciada para a presente publicação.

**DOI FCT - LABCOM**

<https://doi.org/10.54499/UIDB/00661/2020>









O que sobressai é o consenso a que chegámos na defesa da nossa base: o quadro de valores do jornalismo. Coincidimos no diagnóstico e alinhámo-nos no desenho do processo de reconstrução do jornalismo. Todos queremos lutar por um jornalismo livre, todos defendemos um processo de formação e modalidades de acesso que ajudem, efetivamente, a criar uma nova geração de jornalistas preocupados com o jornalismo, todos estamos conscientes dos efeitos do mercado, todos reagimos aos efeitos da precariedade, que se acentuam fora dos grandes centros, todos percebemos que as tecnologias nos criam problemas, mas também desafios e oportunidades, todos aprovámos uma greve geral de combate ao que nos desestrutura e em defesa do futuro da profissão.

Sem termos um pensamento único, coincidimos naquilo que alimenta a nossa identidade. O 5.º Congresso deu-nos voz. A greve geral elevou-a e espalhou-a pela sociedade. Hoje, políticos e empresários dos media jornalísticos sabem que temos voz, que voltará a ser grito quando agentes sem escrúpulos tentarem manipular-nos, espezinhar-nos, suprimir-nos.